

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA
NÍVEL DE MESTRADO**

LAIZA SUELEN BARROSO CAMPOS

**BENEDITA E MANOEL: MEMÓRIAS DO FENÔMENO MIGRATÓRIO
(NORDESTE E SUL)**

**CAMPO MOURÃO – PR
2021**

LAIZA SUELEN BARROSO CAMPOS

**BENEDITA E MANOEL: MEMÓRIAS DO FENÔMENO MIGRATÓRIO
(NORDESTE E SUL)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: História Pública

Orientador(a): Dr(a). Jorge Pagliarini Junior.

**CAMPO MOURÃO – PR
2021**

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca
UNESPAR/Campus de Campo Mourão
Bibliotecária Responsável: Liane Cordeiro da Silva CRB 1153/9

C198b Campos, Laiza Suelen Barroso
Benedita e Manoel: memórias do fenômeno migratório (Nordeste e Sul). / Laiza Suelen Barroso Campos. -- Campo Mourão, 2021.
142 f. : il.; Color.

Orientador: Dr. Jorge Pagliarini Junior.
Dissertação (Mestrado) – UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP), 2021.
Área de Concentração: História Pública.

1. Migração-Paraná. 2. Historiografia. 3. História Pública. I. Pagliarini Jr., Jorge. (orient). II. Universidade Estadual do Paraná–Campus Campo Mourão, PR. III. UNESPAR. IV. Título.

CDD 21.ed. 325
907.2
904

LAIZA SUELEN BARROSO CAMPOS

**BENEDITA E MANOEL: MEMÓRIAS DO FENÔMENO MIGRATÓRIO
(NORDESTE E SUL)**

BANCA EXAMINADORA

Dr. Jorge Pagliarini Junior (Orientador) – Unespar, Campo Mourão (PR)

Dra. Juniele Ribeiro de Almeida – UFF, Niterói (RJ)

Dr. Thiago Reisdorfer – UESPI, Oeiras (PI)

Dr. Eduardo Baggio – Unespar, Curitiba (PR)

Dr. Fábio André Hahn (Suplente) – Unespar, Campo Mourão (PR)

Data de Aprovação

___/___/_____

Campo Mourão – PR

DEDICATÓRIA

Esta dissertação é dedicada aos meus avós, Benedita e Manoel, que inspiraram o meu amor pelos livros, pela escuta sensível e a minha curiosidade pela História. Dedico, também, aos milhares de migrantes nordestinos que vieram para o Paraná, trabalharam, estabeleceram laços, fixaram residência ou retornaram para suas terras natais e a todos e todas que possam se identificar com as memórias de meus avós.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por sempre me incentivarem a estudar e por terem me dado o suporte que lhes foi possível para a realização deste trabalho. Agradeço a toda a minha família e amigos pelo apoio e participação direta (ou indireta) neste trabalho e, na impossibilidade de citar todos os nomes, vou destacar meus cumprimentos especialmente para Ana Salustiano, Leandro Salustiano, Luiz Cícero Salustiano e Luiz Henrique Salustiano que me acolheram em sua casa em São Paulo e me deram todo o suporte para realizar as entrevistas com os familiares que lá residem. Maria Campos, Carlos Campos, José Carlos Alves que me receberam e aceitaram ser entrevistados. Agradeço à Camila Campos e ao Wesley Campos que também me acolheram. Camila Onofre, Marcela Carvalho e Ana Laura, as amigas que tive a oportunidade de encontrar no Programa de Pós-Graduação em História Pública e com as quais compartilhei as angústias, os desafios, os surtos e as felicidades desse percurso. Muito Obrigada!

Gostaria, ainda, de agradecer à Juliana Campos, minha prima, melhor amiga e irmã que mais do que qualquer pessoa conhece o valor deste trabalho para mim e com quem tenho compartilhado todos os momentos bons, ruins e incríveis da minha vida. Obrigado por tudo e por tanto. Estendo estes agradecimentos à Jéssica Campos e a Jaqueline Campos, que também estiveram presentes na minha vida nos momentos mais importantes e não seria diferente com esta dissertação. Amo vocês e agradeço imensamente dividir estes laços consanguíneos e de alma com vocês. Obrigada!

Gostaria, também, de agradecer as pessoas que tornaram todos os planos para esta dissertação possíveis. Primeiramente, agradeço ao meu orientador que não somente me direcionou para a escrita de um bom trabalho como, também, teve a sensibilidade em acolher meus momentos de fragilidade pessoais que acabavam interferindo no andamento da pesquisa. Obrigada pela compreensão, pela atenção e pelo cuidado. Agradeço, ainda, à Eliza Pazinato, ao Diego Melo e ao Rafael Ferreira, com os quais parte dos grandes desafios desta pesquisa eu não poderia realizar. Sou extremamente grata por terem aceitado participar do projeto audiovisual da pesquisa, por toda a compreensão, apoio e cuidado com que se dedicaram a este trabalho. Estendo estes agradecimentos ao Marcos Paixão, a Cíntia Santos e à produtora musical 044Hits por terem aceitado participar do projeto compondo a trilha sonora do documentário e terem, igualmente, desempenhado um trabalho delicado e cuidadoso. Agradeço a todos que direta ou indiretamente me auxiliaram no desenvolvimento deste trabalho e, especialmente, a minha amiga de longa data e que também sempre presente

em momentos importantes da minha vida: Ana Beatriz, que me acolheu em sua casa para que eu pudesse me dedicar exclusivamente à escrita do trabalho.

Por fim, agradeço àqueles que foram responsáveis pela minha formação: meus professores e professoras. Tive muitos destes profissionais presentes na minha vida. Todos me marcaram de alguma forma, com eles aprendi a base de tudo aquilo que estrutura esta dissertação, tanto na escrita, quanto no propósito. É impossível que cite todos os nomes, mas preciso dedicar um agradecimento especial para alguns deles. Primeiramente, à professora Rita de Cássia, que me acompanhou nas aulas de português do Ensino Médio, me incentivou a escrever e me recebia em sua casa para corrigir minhas redações para o vestibular. Aprendi muito sobre gramática (apesar de ainda escorregar nela) e consegui as melhores notas nas redações de vestibulares que fiz, inclusive no vestibular que me permitiu entrar na Unespar. Mas, a lição mais importante foi a da partilha e da generosidade. Eu saía das tardes de domingo em sua casa com a certeza de que, independente da escolha do curso de graduação, gostaria de ser uma profissional como ela. Obrigada por me ensinar tanto. Em segundo lugar, gostaria de agradecer aos meus primeiros orientadores de pesquisa, de quando ainda era uma caloura perdida e confusa na graduação e na Iniciação Científica: Cristina Pátaro e Frank Antonio Mezzomo. Obrigado por terem me ensinado não só a pesquisar mas, sobretudo, a me comprometer, ser mais responsável e dedicada e, também, por sempre me instigarem a alcançar o meu melhor e por acreditarem que esse melhor era possível. Agradeço, também, ao professor Murilo Rompatto e Thiago Reisdorfer que me auxiliaram na construção do projeto de pesquisa que me trouxe até o mestrado. Enfim, agradeço aos professores que nos acompanharam nas aulas do Programa de Pós-Graduação em História Pública e que nos ajudaram a desbravar esse caminho, para muitos de nós, desconhecido. Obrigado por toda a dedicação. Estendo os agradecimentos também ao Programa de Pós-Graduação em História Pública, pela oportunidade em fazer parte dele, e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) por me conceder o auxílio da Bolsa, sem o qual, parte do desenvolvimento desse trabalho não seria possível.

A todos e todas, muito obrigada, por tudo e por tanto!

RESUMO

CAMPOS, Laiza Suelen Barroso. **Benedita e Manoel: memórias do fenômeno migratório (Nordeste e Sul)** . 139f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2020.

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o fenômeno migratório entre o Nordeste e o Sul do Brasil a partir das memórias de Benedita e Manoel, nascidos em Vitória da Conquista, na Bahia, e que migraram para o Paraná na década de 1960 – passando pelo município de Paranavaí, até fixarem residência em Ubiratã. Basicamente, a análise se concentra nas memórias de Benedita e Manoel e no significado que esse fenômeno migratório adquiriu em suas vidas, com base em suas narrativas. Além disso, pondero nesta investigação o grau de parentesco que possuo com os entrevistados, o que apresenta uma problemática da afetividade, já que tratam-se de meus avós. Para a realização da investigação, utilizei como principal fonte as entrevistas tendo como base teórico-metodológico a História Oral e, ainda, refletindo as escolhas feitas durante o processo pensando a História Pública, neste caso, a realização do documentário que se deu a partir da filmagem das entrevistas coletadas para a pesquisa. Desse modo, de um lado este trabalho se concentra em analisar as memórias de Benedita e Manoel e de outro, em apresentar e discutir a maneira pela qual abordei a História Pública nesta pesquisa a partir da produção do documentário, que tem como título “*Benedita e Manoel*”. A partir disso, foi possível perceber como processos históricos amplos perpassam as narrativas de Benedita e Manoel e, especialmente, explorar as possibilidades de diálogo da História com outras áreas do saber – como o cinema – e com os públicos não-acadêmicos, trazendo como “atores” ou “personagens” históricos pessoas que, possivelmente, de outra maneira, permaneceriam anônimas na historiografia.

Palavras-chave: Migração Nordeste - Paraná. Memória. Documentário. História Oral. História Pública.

ABSTRACT

CAMPOS, Laiza Suelen Barroso. **Benedita and Manoel: Memories of the migratory phenomenon (Northeast and south).** Master's Thesis (M.A). Postgraduate Program in Public History - Master. State University of Paraná, Campo Mourão Campus. Campo Mourão, 2021.

This research aims to analyze the migratory phenomenon between the Northeast and the South of Brazil from the memories of Benedita and Manoel, born in Vitória da Conquista, Bahia, and who migrated to Paraná in the 1960s - passing through the city from Paranaíba, until they settled in Ubitatã. Basically, the analysis focuses on the memories of Benedita and Manoel and on the meaning that this migratory phenomenon acquired in their lives, based on their narratives. In addition, in this investigation, I ponder the degree of relatedness I have with the interviewees, which presents a problem of affectivity since they are my grandparents. To carry out the investigation, I used the interviews as the main source, having as a theoretical-methodological basis the Oral History and, also, reflecting the choices made during the process of thinking about Public History, in this case, the documentary making that happened from the interview recordings collected for the research. Therefore, on the one hand, this work focuses on analyzing the memories of Benedita and Manoel and on the other hand, on presenting and discussing the way in which I approached Public History in this research from the production of the documentary, entitled "*Benedita and Manoel*". From this, it was possible to see how broad historical processes permeate the narratives of Benedita and Manoel and, especially, to explore possibilities of dialogue between History and other areas of knowledge - such as cinema - and with non-academic audiences, bringing as "historical actors" or "characters" people who, possibly, otherwise, would remain anonymous in historiography.

Keywords: Migration Northeast - Paraná. Memory. Documentary. Oral History. Public History.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES; TABELAS; ABREVIATURAS E SIGLAS; SÍMBOLOS

Lista de Abreviaturas e Siglas:

CPF – Cadastro de Pessoa Física.....	34
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.....	45
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....	57
IOCS – Inspetoria de Obras Contra a Seca.....	57
IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca.....	57
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.....	70
CTNP – Companhia de Terras Norte/Noroeste do Paraná.....	72
CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.....	77
SINOP – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná.....	85
COAGRU – Cooperativa Agroindustrial União	89

Lista de Ilustrações/Figuras:

Figura 1 – Comprovante de Matrícula no Sindicato dos Trabalhadores Rurais 1972.....	37
Figura 2 – Comprovante Eleitoral de Benedita – 1989	37
Figura 3 –Mapa da Bahia com Municípios.....	47
Figura 4 – Semiárido Nordeste.....	59
Figura 5 – Localizando Ubiratã e Paranavaí.....	71
Figura 6 – Painel de Ubiratã.....	99
Figura 7 – Divisão das partes do Roteiro.....	129
Figura 8 – Organização das colunas do roteiro.....	131

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: APRESENTANDO BENEDITA E MANOEL	21
1.1 Benedita e Manoel: uma biografia ou construção de sentidos?	31
1.2 O Ponto de Partida da <i>Nordestinidade</i>: Bahia	39
1.3 A relação entre o Estigma da Seca e a Migração	51
CAPÍTULO 2: PARANÁ: O PROVISÓRIO QUE DUROU UMA VIDA	62
2.1 Primeira Parada: Paranavaí	68
2.2 Última Parada: Ubiratã	86
2.3 Disputas de Memória e Identidade: a presença (in)visível de Benedita e Manoel ..	92
CAPÍTULO 3: AS MEMÓRIAS DE BENEDITA E MANOEL NO E PELO DOCUMENTÁRIO	101
3.1 Diálogos e Aproximações: o que é um documentário	107
3.2 A Escrita do Documentário: Um processo	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
FONTES	136
REFERÊNCIAS	137

INTRODUÇÃO

Benedita Alves Campos é minha avó e Manoel Ferreira Campos, que também está presente neste trabalho, é meu avô. Diante da responsabilidade de narrar essas trajetórias familiares, pensei em diversos caminhos possíveis para desenvolver esta pesquisa, também pensei muito nos apontamentos de minha Banca de Qualificação, nas condições adversas da Pandemia do Covid 19¹, nos desafios que me propus neste trabalho, na honestidade com que o encaro, no significado de estar na primeira turma de um Mestrado em História Pública no Brasil e, pontualmente, nas informações cabíveis para esta apresentação. Assumindo o risco de parecer informal demais para os propósitos de uma dissertação, decidi que a melhor forma de começar esta narrativa é compartilhando o caminho que ela foi tomando até chegarmos nos capítulos que se desdobram, espero que, deste modo, o leitor se familiarize não apenas com as discussões que serão trazidas aqui, mas também, com as angústias, incertezas, dinâmicas e percalços da pesquisa acadêmica.

Em 2019 estava sem muitas perspectivas profissionais depois de ter concluído o curso de História, mas mantinha um sonho vívido de ingressar no Mestrado, foi quando soube da possibilidade que se abria com a seleção da primeira turma do Programa de Mestrado em História Pública da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). É importante frisar a questão das perspectivas profissionais porque quando tive o primeiro contato com a História Pública, comecei a ler a respeito e tentar entender aquele campo que se apresentava; uma das coisas

¹ A pandemia por COVID 19 (ou Corona Vírus) iniciou-se na China, no final de 2019, espalhou-se pela Europa e chegou ao continente americano no início de 2020. No Brasil, a situação de contaminação se acentuou, principalmente, a partir de Março de 2020 com o início da quarentena: medida de distanciamento social adotada para frear a contaminação em massa pelo vírus. Essa situação de pandemia afetou de forma dramática todas as sociedades pelo mundo nos mais diversos níveis, mas, principalmente, o Brasil, que não só enfrenta uma crise sanitária por conta da doença como, também, uma crise política. Em abril de 2021 o país bateu recorde de mortes diárias (cerca de 2.815 óbitos) e, até o presente momento (Junho de 2020), chegou a um número de 465.199 mortes pelo vírus dos cerca de 16.624.480 casos registrados. A crise política afeta particularmente esta situação, uma vez que, o presidente do País, Jair Messias Bolsonaro (sem partido), têm negado a gravidade da doença desde os primeiros óbitos registrados no país, além de veicular uma série de informações falsas a respeito do vírus, de sua alta taxa de mortalidade e de medicamentos para o seu tratamento. É válido ressaltar que quando batemos o recorde de mortes diárias, já havia vacina com eficácia comprovada, que foram oferecidas ao governo brasileiro por diversos laboratórios do mundo, inclusive pelo próprio Instituto Butantã, que desde dezembro de 2020 tinha cerca de 4 milhões de doses da vacina CORONAVAC para uso emergencial. Contudo, todas as ofertas de vacina foram recusadas por Bolsonaro. Neste momento, ele não só nega a eficácia da vacina como, também, não tem realizado medidas efetivas para facilitar e garantir a imunização em massa da população brasileira. Abriu-se em Maio de 2021 a CPI da Covid 19, com o objetivo de investigar os crimes e omissões cometidos por esta gestão na administração da pandemia no País. Enquanto isso, o SUS (Sistema Único de Saúde) segue lentamente a imunização da população, desde meados de janeiro de 2021, quando se iniciou o processo de vacinação, cerca de 68. 244.216 doses foram aplicadas, o que não corresponde nem à metade da população brasileira que é de 210.147.125. (PAINEL CORONA VÍRUS. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 02/06/2021).

que me chamou a atenção foi justamente a possibilidade de conciliar novas linguagens, novos formatos de divulgação científica e historiográfica ao que já se produzia convencionalmente no espaço acadêmico. Desde que ingressei na Universidade, sempre estive dentro dela, diria até que de corpo e alma, mas isso seria exagero de minha parte. Contudo, sempre estive presente na iniciação científica, depois residência pedagógica e, apesar de me identificar com o espaço acadêmico, acabava encontrando algum tipo de frustração entre aquilo que eu aprendia sobre História no curso e aquilo que circulava sobre História nos grandes meios de comunicação. A distância sempre me pareceu muito grande e me lembro de como praticamente todos os eventos científicos que participei entre 2015 e 2018 intensificavam o debate sobre a importância da interdisciplinaridade e de uma linguagem alternativa que pudesse aproximar a escola da Universidade e, também, aproximar a Universidade de *públicos* fora dela.

A História Pública na prática de historiadores não é uma novidade. Apesar do termo “História Pública” só começar a circular na década de 1970 nos Estados Unidos, historiadores e historiadoras ao redor do globo já estavam buscando por novas formas de comunicação com públicos distintos e, também, já procuravam por campos de atuação profissional que não estivessem apenas vinculados à docência e à pesquisa (SANTHIAGO, 2018). No Brasil, as discussões sobre esse diálogo entre historiadores e o público não acadêmico ganhou força em 2011 com a criação da Rede Brasileira de História Pública e destaco aqui o artigo publicado em 2014 pelo historiador Jurandir Malerba intitulado “*Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History*” em que o autor apresenta importantes reflexões sobre uma problemática constante no nosso campo profissional: a do protagonismo ou relevância que trabalhos sobre história feitos por “historiadores não acadêmicos” têm sobre os trabalhos realizados por “historiadores acadêmicos”. Como o próprio Malerba destaca, “o tema é sensível em todo o lugar”. De um lado existem diversas narrativas históricas possíveis em que uma, dentre as tantas, é a narrativa historiográfica, acadêmica. De outro lado, existe uma demanda por mercado profissional e, de certo modo, o tema sensível da autoridade que surge como uma forma de afirmação desse profissional. Atualmente, com a aprovação da Lei nº14.038 de Agosto de 2020 que regulamenta a profissão do historiador este debate tem se intensificado.

Não pretendo aqui me estender nesse assunto, apenas destacar que estas questões foram de extrema importância para as minhas escolhas ao longo da pesquisa. Apesar de me identificar com o espaço acadêmico, também me identifico com o espaço fora dele,

especialmente aquele envolvido com a comunicação por meio das mídias sociais e os diversos formatos em que podemos nos comunicar no campo audiovisual. Essas inquietações se intensificaram com a dificuldade em encontrar um espaço de atuação profissional assim que me graduei. Como mencionei anteriormente, a possibilidade de ingressar no Mestrado em um campo no qual essas mesmas inquietações que carregava poderiam ser discutidas, debatidas e direcionadas fez com que eu, rapidamente, empenhasse-me na construção do projeto de pesquisa que, inicialmente, tinha um objetivo claro e pretensioso: discutir sobre a formação da identidade nordestina e paranaense por meio dos fenômenos migratórios (Nordeste e Sul) das décadas de 1950-1970 e, a partir das fontes orais coletadas para a pesquisa, produzir algum material audiovisual de divulgação em mídias sociais como *Youtube*®, *Instagram*® e *Facebook*®.

Esse tema é mais do que uma ideia de pesquisa, é uma motivação pessoal, pois parte de questões e provocações que alimentei ao longo da minha vida a partir do contato que tive e tenho com meus avós. As histórias que eles me contavam povoaram meu imaginário e com essas histórias vieram as observações do que me cercava, então comecei a perceber discrepâncias entre pequenas coisas como: o fato de meus avós terem chegado no Município de Ubitatã – onde nasci e onde eles residem até hoje – em 1972 e nunca terem sido mencionados como pioneiros na formação da cidade; o fato de que não se falava nas aulas de história do município ou de história do Paraná sobre a migração nordestina e as expressões deixadas por estes migrantes na formação destes municípios e, talvez, a observação mais importante foi o fato do fenômeno das migrações internas no Brasil serem, na maioria das vezes, tratadas em âmbito local e não como um fenômeno importante de ser refletido em nível Nacional. Minha intenção inicial era a de *deslocar* esse olhar e percebia que isso poderia ser feito a partir da narrativa da minha própria família, em que o ponto de partida foi Vitória da Conquista (BA) mas que os primos, tios, sobrinhos e irmãos se ramificaram e participaram de processos econômicos, históricos e da formação urbana de outros estados do país, especialmente São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Contudo, entrevistar meus familiares e trazê-los como fonte exigiria lidar com uma dimensão afetiva e subjetiva que, a princípio, me julguei despreparada. Por esta razão procurei, de diversas formas, evitar trazer esta dimensão de forma tão relevante para a pesquisa.

Uma vez aprovada no Programa de Mestrado em História Pública, o plano era tratar da migração nordestina a partir da narrativa de migrantes residentes no Município de Ubitatã, partindo da rede de contato que meus avós tinham, entre conhecidos, amigos e familiares residentes no município. Minha perspectiva inicial era de que trazer a narrativa de outras

peças com as quais eu não tivesse vínculos afetivos poderia proporcionar maior “credibilidade” para pesquisa porque me ajudaria a “escapar” dessa dimensão pessoal, mesmo que entre os entrevistados estivessem meus avós e familiares. Os conselhos e orientações que recebi, tanto do meu orientador, Jorge Pagliarini Junior, quanto dos professores e professoras que tive oportunidade de ter importantes trocas ao longo das disciplinas do programa, foi o de, justamente, assumir essa dimensão afetiva. Ainda assim, decidi que faria o máximo de entrevistas possíveis, entre familiares e desconhecidos, como forma, também, de garantir um acervo documental que poderia resultar em produções audiovisuais futuras, para além da que já pretendia realizar na pesquisa. Meu objetivo era coletar estas entrevistas no Segundo Semestre de 2019, porém, a pesquisa precisaria passar por um Comitê de Ética² e este processo levou cerca de seis meses para ser finalizado até ter em mãos o número de protocolo e a autorização para começar a realizar as entrevistas. Além disso, precisava conciliar a minha disponibilidade para fazer as entrevistas com a disponibilidade da equipe de filmagem e fotografia que iria me auxiliar neste processo. Portanto, decidi, junto com o meu orientador, que as entrevistas começariam no início de 2020.

Antes do início das entrevistas tive a oportunidade de realizar um Trabalho Voluntário no Museu Paranaense, em Curitiba³. Este foi outro momento importante para a exploração do tema de pesquisa. A primeira coisa que constatei no Museu Paranaense é que não existia sinal algum da presença de migrantes nordestinos nas exposições, ou de “nortistas”, termo amplamente utilizado no Sul do país, para designar de forma pejorativa estes migrantes e, também migrantes do norte de Minas Gerais que, de modo geral, segundo os próprios migrantes, nas pesquisas realizadas por Medeiros (19-20, 2017) e Rompatto (2016), se referia a todos que realizavam os “piores” e mal remunerados serviços; ainda que os dados indiquem que só em Maringá, nordestinos correspondam entre 15% a 20% dos participantes do processo de colonização do município e, em nível estadual, correspondam a cerca de 12% da composição de migrantes procedentes de outros estados configurando o terceiro maior grupo a migrar para o estado (FERNANDES, 2012; CAVALCANTE, 2013). No acervo do museu, o mesmo problema se apresentava, era possível identificar algumas menções a nordestinos em jornais e revistas da década de 1960 a 1980, mas, ainda assim, eram menções pontuais e pouco expressivas.

² É importante ressaltar que esta investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética. É possível acessar o registro no número: 3.692.110.

³ Trata-se de um crédito exigido pelo Programa de Pós Graduação em História Pública, que consiste em realizar trabalhos voluntários em áreas que estejam correlacionadas com a pesquisa desenvolvida pelo mestrando e que possa contribuir para o contato do mesmo com outras possibilidades de atuação profissional.

Em janeiro de 2020, tive a oportunidade de visitar alguns familiares no estado de São Paulo e levei o gravador, despretensiosamente, com o intuito apenas de coletar algumas informações e de fazer alguns testes de entrevista antes de iniciar a coleta de fontes no Paraná, que já estava agendada para o meu retorno em Fevereiro. As entrevistas coletadas em São Paulo foram ao todo 3 (três). Considero que foram exploratórias e me ajudaram a testar alguns possíveis desafios que o ato de entrevistar poderia trazer. Também, foram importantes para compreender as diferentes perspectivas que os irmãos de meus avós tinham em relação ao processo migratório que eles viveram, praticamente, no mesmo período. Ainda assim, estas entrevistas não foram filmadas e exceto uma delas se encaixava no recorte espacial proposto para a pesquisa, por estas razões em um primeiro momento, essas entrevistas não estavam sendo consideradas para a pesquisa.

Quando retornei de viagem, a primeira entrevista que estava agendada com a equipe de filmagem foi a realizada com meus avós. Os detalhes sobre o processo dessa entrevista vou deixar para o terceiro capítulo, quando discutirei a dimensão audiovisual e a produção do documentário para a pesquisa. O intuito neste momento, é apresentar o processo da pesquisa até chegarmos no objetivo que ela alcançou para esta dissertação e nas análises que se seguirão nos próximos capítulos. Realizei a entrevista com meus avós no dia 19 de Fevereiro de 2020 e comecei a agendar as entrevistas seguintes. Foi quando a pandemia despontou exigindo uma mudança drástica nos planos da pesquisa. Como os meus entrevistados faziam parte do grupo de risco, precisei cancelar os agendamentos para as entrevistas seguintes e lidar com o fato inevitável de que minhas fontes, agora, se resumiam às entrevistas realizadas com meus familiares.

Com este novo cenário, comecei a trabalhar diretamente com a escrita dissertativa para a Qualificação, recolhendo e organizando o material documental e revisando as entrevistas que havia realizado até aquele momento. Destas entrevistas selecionei três delas que faziam sentido com o recorte espacial da pesquisa, neste caso as entrevistas selecionadas foram as dos meus avós (Benedita e Manoel) e da minha tia Maria, intimamente conhecida pela família como tia Bilia. Juntamente com as entrevistas, dediquei um espaço importante para o acervo documental, especialmente os documentos que em alguma medida tinham a intenção de amplo acesso ao público, como é o caso do Livro *Ubiratã: História e Memória*, publicado em ocasião do aniversário de 50 anos do Município de Ubiratã e que procura contar a história do Município e, também, parte do acervo coletado no Museu Paranaense sobre o *Paranismo*, movimento que teve o intuito de construir uma narrativa identitária para o estado do Paraná e que contou com o suporte de literatos, intelectuais, artistas das mais diversas áreas, entre

outros. O suporte deste acervo documental tornou-se uma forma de contribuir com o aporte metodológico, ainda que as entrevistas seguissem como as principais fontes da pesquisa. Acreditei que dessa forma, poderia garantir um afastamento maior da dimensão afetiva que as entrevistas traziam, especialmente por serem meus familiares ali entrevistados.

O material audiovisual, por sua vez, desde o projeto teve o intuito de ser outra narrativa, que não fosse necessariamente uma “transcrição” em outra linguagem do texto dissertativo e que não pretendesse ser uma apresentação dos resultados da pesquisa. Pelo contrário, o material audiovisual é outra narrativa que funciona dentro dessa outra linguagem, com outros propósitos, foi incluído no trabalho de História Oral e funciona como uma espécie de catalisador de toda essa narrativa. No terceiro capítulo voltarei a esta questão, explorando o caminho que esse material audiovisual percorreu, especialmente porque, ainda que ele não pretenda atender aos pontos que mencionei, continua sendo parte da pesquisa, parte do objetivo que este projeto teve e, por isso, o processo de sua construção, mais do que necessariamente o seu resultado final, são o foco do debate que pretendo construir.

E o que aconteceu com a qualificação? Os apontamentos da banca me orientaram a assumir a afetividade que essa pesquisa possui, de forma mais segura e crítica, para superar possíveis fragilidades que essa dimensão poderia trazer. O caminho da pesquisa nos surpreende a cada passo e, mais do que apresentar os autores que dialogam com o meu tema ou analisar diretamente minhas entrevistas, penso que apontar o caminho que minha pesquisa percorreu seja, talvez, de extrema importância, especialmente, porque não chegamos a uma dissertação do nada, a pesquisa se faz no caminhar e o pesquisador se constrói nesse mesmo caminho. Partimos, antes de tudo, da troca de experiências, das dificuldades, das inseguranças e das possibilidades que vamos construindo ao longo da pesquisa. Para mim, esta investigação representou a superação de uma das minhas maiores inseguranças que, a esta altura imagino que tenha ficado explícito: a de lidar com uma narrativa que precisa ser técnica porque, afinal, é científica; mas que, também, é afetiva porque, afinal, são meus avós e atribuo aqui o sentido de afetividade não apenas como um sentimento terno de afeição, mas, sobretudo, como tudo aquilo que *afeta* – seja de sentimentos bons ou ruins –, impacta e é profundamente subjetivo e complexo. Como transformar tudo isso em potência?

Diante deste questionamento norteador a pesquisa mudou seu curso. Assim, o centro da narrativa, o objetivo da pesquisa, deixa de ser o fenômeno migratório em si e a construção das identidades nordestinas e paranaenses; e passa a ser a história contada por Benedita e Manoel, suas memórias e os fatos históricos circunscritos em suas narrativas; bem como o próprio processo de pesquisa, isto é, a relação de parentesco, os acordos e angústias no

momento da entrevista e os lugares flutuantes de pesquisadora e neta. Além disso, creio ser importante fazer uma ressalva sobre a escolha da escrita e da organização do texto dissertativo: Para contar suas histórias esta dissertação segue três grandes lugares de pertencimentos individuais e históricos, quais sejam: o Nordeste; o Paraná; e o trânsito entre eles, com a Migração. Não pretendo aqui fazer divisões rígidas em que em um momento discuto um tema e em outro momento discuto outro, uma vez que o principal fio condutor desta escrita é a própria narrativa de Benedita e Manoel, que acabam indo e voltando no espaço, no tempo e nos assuntos. Porém, ainda que assuma este estilo de escrita é necessário o mínimo de organização para garantir a compreensão do leitor. Desse modo, o texto que segue divide-se em três momentos.

Conforme adiantado acima, no primeiro capítulo continuarei o assunto da afetividade, os caminhos que a pesquisa seguiu e as escolhas metodológicas e teóricas que foram sendo adotadas no caminho. Neste primeiro momento, três dimensões ganham importância na análise: A História Oral, a Memória e a Identidade, discutidas de forma diluída com as histórias circunscritas nas narrativas de Benedita e Manoel. Neste caso, partindo do ponto inicial de suas falas que é de suas vidas na Bahia até a decisão de migrar. As principais discussões e reflexões levantadas neste capítulo são o processo formador do Nordeste, enquanto território e ideia, os regionalismos e como Benedita e Manoel constroem-se a si próprios.

Nesse sentido, o segundo capítulo continua seguindo o fluxo das narrativas agora com Benedita e Manoel já localizados no Paraná, procurando destrinchar a presença destes migrantes no território paranaense, analisando o percurso que fizeram pelo estado e investigando, especialmente, a sua *presença* no Paraná. Discute-se aqui, principalmente, a presença e invisibilização nordestina no Paraná, refletindo sobre a forma com que o país lidou historicamente com os diferentes tipos migratórios e a relação desse processo com atos xenófobos, especialmente, percebendo a maneira com essa dinâmica pode ocorrer na trajetória de Benedita e Manoel.

Por fim, o terceiro e último capítulo discute a dimensão audiovisual, ou seja, a produção do documentário intitulado "*Benedita e Manoel*". O objetivo deste capítulo é discutir as dimensões da História Pública, da História Oral e do Cinema Documentário, refletindo sobre como tais perspectivas teóricas/metodológicas foram importantes para o direcionamento desta parte da pesquisa. E, sobretudo, compartilhar uma espécie de Relato de Experiência em que eu apresento o processo de construção do documentário em termos técnicos (Câmera, edição, equipe), de atuação em campo (seria a produção: as filmagens, as

entrevistas) e o processo de pós-produção, neste caso, a montagem, edição e, principalmente, a escrita do roteiro. A ideia é enfatizar o caráter colaborativo e transdisciplinar da pesquisa.

CAPÍTULO 1

APRESENTANDO BENEDITA E MANOEL

“História Oral não é uma coisa que se faz como profissão; no meu caso, literalmente nunca foi meu emprego. A boa história oral tem um propósito, até mesmo uma missão. Ela ambiciona deixar uma marca no mundo. Ela não termina quando o gravador é desligado, quando o documento é depositado, quando o livro é escrito”

Alessandro Portelli

Neste capítulo delinearei como as questões afetivas possivelmente interferem na dinâmica da investigação – não para perceber se isso é bom ou ruim, mas com o intuito de analisar a complexidade desse processo e das escolhas que precisaram ser feitas ao longo da investigação – e, principalmente, busco acompanhar os primeiros momentos da narrativa de Benedita e Manoel. Conforme já mencionei na introdução, não seguirei divisões rígidas na organização dos capítulos, mas é necessário uma organização mínima para garantir a compreensão do leitor e leitora. Desse modo, podemos pensar na seguinte divisão para este capítulo: Inicialmente, vou discutir a biografia de Benedita e Manoel, os sentidos que constroem de si e sobre si, a memória que configuram e reconfiguram e os esquecimentos e silenciamentos desse processo. Em seguida, abordarei especialmente o Nordeste e a condição de migrante. Contudo, é válido ressaltar que estes assuntos não estarão compartimentados, pelo contrário, serão fluídos ao longo do texto e recorrentes na medida em que a análise exija. Antes dos subtítulos, começo a apresentação deste capítulo problematizando elementos das minhas entrevistas. Para isso, pretendo continuar a discussão que iniciei na introdução desta dissertação: discutindo a questão da dimensão afetiva na relação pesquisadora e entrevistados e, especialmente, sobre o caminho percorrido pela pesquisa que levou às análises que se seguem.

No livro “História Oral como arte da Escuta”, de Alessandro Portelli (2016) é possível identificar diversas reflexões que nos ajudam a lidar com a dimensão afetiva desse tipo de pesquisa, especialmente, porque quando nos propomos a ouvir as pessoas e “*cocriar*”⁴ essas fontes de pesquisa histórica a partir de suas histórias de vida e de seus conhecimentos, é inevitável termos de lidar com a sensibilidade que esse tipo de trabalho exige, ainda que os

⁴ Alessandro Portelli afirma que as fontes orais “não são *encontradas*, mas *cocriadas* pelo historiador” (2016, p.10).

entrevistados não sejam seus familiares, conhecidos, amigos, pessoas com as quais você nutre algum tipo de sentimento ou vínculo profundo. No livro supracitado, Portelli começa destacando alguns pontos essenciais para o trabalho de um historiador que escolhe lidar com fontes orais, como é o caso desta investigação. Tais elementos não devem ser tomados como soluções “mágicas” para esse tipo de trabalho, o que pretendo apresentar é de que maneira esses apontamentos me ajudaram a olhar de modo mais crítico para minha pesquisa, minhas fontes e para a relação disso tudo com a problemática da afetividade que venho abordando desde a introdução deste trabalho.

Desse modo, o primeiro elemento apresentado é o de que a história oral “não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores” (PORTELLI, 2016, p. 12), basicamente, isso significa que o exercício não é apenas de olhar para o fenômeno narrado por quem é entrevistado, mas compreender aquele fenômeno através das “lentes” de quem narra, percebê-lo do lugar de quem diz. Neste sentido, é preciso refletir não só sobre o fenômeno migratório que ocorria entre o Norte/Nordeste e Sul/Paraná durante todo o século XX, mas o que esse fenômeno migratório significou na vida de Benedita e Manoel. O segundo ponto é o de que de certa forma contribuiu fortemente para me trazer para outro lugar de pesquisa e diz respeito aos fatores que estruturam o diálogo da entrevista, o que torna um diálogo possível e o que estabelece uma confiança na qual esse diálogo possa se fundar. Das reflexões que se seguiram após a qualificação, precisei, primeiramente, fazer-me um questionamento íntimo e extremamente importante: que história minhas fontes contam? E ainda, que história eu quero contar? Minha resposta automática é de que a história que se inscrevia nesta pesquisa era a de Benedita e Manoel e não a história de Benedita, Manoel e Maria – ainda que Maria tenha trazido em sua narrativa elementos que contribuem para a pesquisa. De fato, o que se apresentava era um trabalho que se relacionava principalmente com o significado que o fenômeno migratório tem na vida de Benedita e Manoel e a problemática sobre a afetividade, que tanto venho discutindo aqui, vem de onde este vínculo é para mim mais sensível: meus avós.

Depois que cheguei à compreensão de como a narrativa de Manoel e Benedita conduzia – aos meus olhos – a pesquisa, me concentrei em outros dois questionamentos importantes: Que elementos construíram ou fundaram o diálogo dessas entrevistas? Onde o meu grau de parentesco com os entrevistados interferiu na entrevista e como? Para Portelli, “uma troca de conhecimento só tem significado se esse conhecimento não está previamente compartilhado – isto é, se entre os sujeitos envolvidos existe uma diferença significativa e um deles está em situação de aprendizagem” (2016, p. 13). Isso implica reconhecer

primeiramente o cenário das entrevistas: Meus avós (que foram entrevistados alternadamente e depois em conjunto); duas pessoas operando câmeras e que também participavam ativamente das entrevistas levantando questões; e eu, que estava ali como a responsável pela pesquisa, mas, sobretudo, estava no lugar de neta que realiza uma pesquisa ou um trabalho específico, do qual, por diversas vezes Benedita e Manoel ouviram falar. Além disso, trata-se de uma investigação que foi em grande parte motivada, justamente, pela quantidade de vezes em que durante minha infância e adolescência, ouvi os dois contarem suas histórias. Certamente, nenhuma narrativa se repete. Contudo, não pude deixar de me perguntar: Que perguntas deixei de fazer no momento da entrevista por acreditar que já sabia a resposta? Ou ainda, o que eles deixaram de me dizer no momento da entrevista por acreditar que eu já ouvi demais aquela mesma história? Será que no ato da entrevista me coloquei na situação de aprendizagem da qual Portelli se refere?

Antes das entrevistas começarem, especialmente Benedita, estava muito aflita por não saber o que compartilhar comigo já que “eu conhecia toda a história”. Ela parecia estar procurando saber o que eu queria que ela dissesse. A minha solução imediata para lidar tanto com essa expectativa que estava sendo colocada durante a entrevista como, também, para suavizar a presença das pessoas que estavam operando as câmeras, foi de trazê-los para participar desse momento, também, fazendo perguntas. No início de todas as entrevistas, disse para meus avós ficarem à vontade e contarem a história de suas vidas para Diego e Elisa, já que era a primeira vez que eles estavam ouvindo-os. Essa alternativa garantiu que meus avós ficassem pouco mais à vontade diante da câmera e com a presença da equipe de filmagem, os quais estavam conhecendo pela primeira vez. Contudo, isso não fez minha presença ali desaparecer. Pelo contrário, em alguns momentos é possível perceber como eles escolhem as palavras justamente por estarem diante de mim. Retomarei esta discussão mais adiante. Por ora, vamos nos concentrar nos elementos trazidos por Portelli, que contribuiram para uma análise mais crítica do meu material.

Ainda sobre o diálogo da entrevista, Portelli (2016) entende que ter algo em comum torna um diálogo possível e que não só as similaridades estabelecem a confiança na qual o diálogo se funda, mas também, as diferenças podem tornar este diálogo significativo. Nesse sentido, existiam muitos elementos ali que traziam uma espécie de conforto e confiança para que o diálogo acontecesse – especialmente depois que a situação da presença dos operadores de câmera foi resolvida trazendo-os para um cenário mais participativo das entrevistas – e os elementos em comum também eram possíveis, não apenas pelo grau de parentesco. Agora, as diferenças são parte do elemento que me fez refletir sobre uma das perguntas que levantei

acima: será que no ato da entrevista eu me coloquei na situação de aprendizagem da qual Portelli se refere? Se é possível considerar que o fato de realizar as entrevistas já significava que eu precisava de suas narrativas para *aprender* sobre o fenômeno migratório, então, essa “situação de aprendizagem” já estaria acontecendo. Entretanto, busquei ir mais a fundo nesta reflexão. Existe entre eu e meus avós algumas diferenças importantes: diferença de idade, que implica uma diferença de experiências de vida, uma diferença geracional, uma diferença em grau de instrução/alfabetização, que também leva a uma diferença de percepção sobre as coisas. Essas diferenças não devem ser tomadas num lugar de hierarquização, especialmente de hierarquização sobre o conhecimento. É interessante aqui percebê-las justamente como o fator que torna o diálogo significativo, permitindo uma troca e uma situação de aprendizagem, como lembra Portelli, “pontos em comum fazem com que a comunicação seja possível, mas é a diferença que a torna significativa” (2016, p. 14). E como isso poderia funcionar? No processo de escuta e análise das entrevistas, segui a partir de um tipo de escuta interessada no que aquelas narrativas poderiam me ensinar sobre o tema de pesquisa, sobre os meus avós que seriam os narradores, sobre o método de pesquisa que escolhi e sobre mim, enquanto pesquisadora, ou seja, nas perguntas que fiz e nas que não fiz; e assim segui com uma escuta atenta às diferenças trazendo-as para um lugar de complexidade para a análise deste material.

Partimos agora para a relação entre público e privado, a ideia de histórias na dimensão privada e História na dimensão pública e como a História Oral pode questionar tais fronteiras. Esse fator se relaciona mais diretamente com as razões pelas quais escolhi trabalhar com História Oral, antes mesmo de ter uma temática para um projeto. Em determinado momento da minha formação, soube que gostaria de contar a história dos meus avós, ser uma ponte para as suas narrativas de alguma forma, não estava claro ainda como e onde, até o momento da pesquisa. A ideia de contar suas histórias veio também de todas as discussões teóricas sobre história na sala de aula e de uma compreensão simples, que para mim foi muito reveladora: Nem todos têm acesso a enciclopédias clássicas de História, mas a maioria das pessoas tem acesso à memória. E a memória é para nós historiadores uma importante fonte histórica.

Antes de ingressar no curso de História, quando eu ainda era uma estudante de ensino fundamental II, tinha o costume de perguntar para os meus avós sobre momentos que eles presenciaram ao longo de suas vidas e que eu, até então, só tinha conhecimento através dos livros de História. Eram perguntas sobre assuntos como Era Vargas e Ditadura Civil Militar de 1964. Em todos os casos, digamos que minha imaginação “passeava” pelos cenários narrados por Benedita e Manoel e eu observava as coisas acontecerem a certa distância, como quando se lê um livro em que existe um narrador contando a história. Talvez, naquele

momento, havia uma pesquisadora nascendo em mim, ou uma curiosa. Contudo, foi na universidade que eu entendi que esse “costume” poderia ser uma prática de pesquisa e que seria possível compreender e reescrever a história que lia nos livros a partir da história que ouvia dos meus avós e de outras pessoas. Essa possibilidade me fascinava. Certamente, esses fatores influenciaram minhas escolhas, especialmente a minha percepção sobre esta linha tênue entre História e histórias, e contribuíram para me trazer até essa escrita dissertativa.

Portelli (2016) chama a atenção para as relações entre público e privado e entende que a História Oral é um meio de questionar as fronteiras que dividem o que diz respeito à História, com “H” maiúsculo, e o que não diz. Nesse sentido, “a fronteira móvel e esquiva entre a História e as histórias é uma das relações que torna a história oral significativa (...) a História oral diz respeito ao significado histórico da experiência pessoal, por um lado, e ao impacto pessoal das questões históricas, por outro” (p. 16), com isso, voltamos àquilo que mencionei nos parágrafos anteriores sobre a importância de reconhecer que mais do que compreender a temática migratória entre o Nordeste e o Sul, trata-se de perceber este fenômeno através das lentes de Benedita e Manoel e compreender o que este fenômeno significou para eles. Nesta investigação, o grande elo entre essas fronteiras invisíveis construídas historicamente é, justamente, a história de vida de Benedita e Manoel, especificamente suas memórias. Neste movimento, os fenômenos históricos narrados pela Historiografia não perdem sua relevância, mas passam a ser percebidos através do olhar de quem os presenciou e do significado que estas pessoas constroem sobre estes acontecimentos, colocando-os como sujeitos produtores de sentido para estes fenômenos ao mesmo tempo em que atuam ou atuaram em sua formação.

Pensar em Benedita e Manoel como produtores de sentidos para os fenômenos históricos que viveram e ao mesmo tempo continuam vivendo nas memórias, significa olhar para outro fator importante no trabalho com fontes orais: a memória. É precisamente o olhar cuidadoso sobre essa palavra cheia de possibilidades e sentidos que permite um posicionamento teórico e metodológico seguro diante dos usos da afetividade na e pela história, especialmente quando se entende que o trabalho de história oral “é história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória” (Portelli, 2016, p.18). Para Portelli, “o que faz com que as fontes orais sejam importantes e fascinantes é precisamente o fato de que elas não recordam passivamente os fatos, mas elaboram a partir deles e criam significado através do trabalho de memória e do filtro de linguagem” (ibidem.). Nesse sentido, pelo fato das memórias serem elaboradas e não recordarem passivamente é que se faz necessário um cuidado ao lidar com elas, não para

incorrer no erro de classificar uma memória como válida ou inválida com base no quanto ela se assemelha a documentos (e na própria historiografia) ou buscá-la como testemunha ocular dos fatos, mas, sobretudo, como uma fonte histórica que, como tantas outras, precisa ser interrogada e percebida dentro de toda a sua particularidade e contexto, manejada com o aporte teórico e metodológico específico para melhor analisá-la.

Tal percepção foi de extrema importância quando comecei a analisar as fontes orais e a minha preocupação inicial foi a de interrogar as análises que buscava fazer das narrativas de Manoel e Benedita. Desse modo, as primeiras perguntas foram: Quais questionamentos eu deixei de fazer sobre suas narrativas por medo de invalidar suas histórias? E, sobretudo, de que modo eu poderia questionar suas narrativas sem que isso significasse invalidar suas histórias? Conforme Portelli (2016) uma forma de resolver essas questões é checando os fatos a fim de identificar o que são “narrativas factualmente confiáveis, que são a maioria, e os casos significativos de mito e erro criativo” (p.19). Contudo, ainda é possível que haja casos em que uma memória seja totalmente “inventada” ou que ocorram erros criativos substanciais na narrativa e, conforme mencionei anteriormente, seria um erro e no mínimo um descuido analisar uma memória buscando validá-la como “verdade” ou “mentira”, neste caso, desconsiderar, por exemplo, tais mitos narrativos ou erros criativos. Sobre isso, Janaina Amado escreve um artigo em 1995 que aborda um caso, no mínimo, curioso sobre um de seus entrevistados (Fernandes) que, supostamente, inventou completamente sua narrativa sobre a Revolta do Formoso em Goiás. Ao retomar esta entrevista, Janaina percebeu que ele não só inventou como se baseou no clássico Dom Quixote para criar sua versão sobre o Revolta do Formoso⁵. Para a pesquisadora, as linhas entre o que é vivido e o que é recordado são muito tênues, mesmo assim, memória e vivência possuem em si naturezas distintas. A prática pode ser considerada o “substrato” (p.131) da memória que, por sua vez, tem mecanismos variados para selecionar e elaborar a lembrança sobre o fato. Para usar o próprio contexto de Janaina, a experiência da Revolta foi uma coisa e as memórias de Fernandes a respeito da revolta é outra, completamente diferente.

Nesse sentido, é importante ressaltar que mitos, erros criativos ou invenções não devem ser invalidados, descartados, desconsiderados na narrativa, justamente porque não

⁵ Quando Janaina descobriu que as narrativas de Fernandes não batiam com os fatos, documentos e outras narrativas, acabou arquivando aquela entrevista e finalizou sua pesquisa com as narrativas confiáveis e respaldadas. Contudo, voltou alguns anos depois para esta entrevista e, observando-a com outro olhar, chegou a reflexões interessantes: Fernandes tinha como livro de cabeceira Dom Quixote e, sua narrativa sobre a Revolta do Formoso, foi totalmente contada a partir da história contida no livro, substituindo os personagens do livro, pelos personagens da Revolta. Não só Fernandes como a maioria dos moradores da cidade tiveram contato com o livro e era interessante notar os elementos narrados que se assemelhavam à história do livro.

existe verdade ou mentira nelas, pelo contrário, é preciso respeitar a integridade da entrevista e do entrevistado e encarar a narrativa como a verdade histórica daquele que diz, o significado que cada um constrói sobre suas próprias memórias, uma vez que, conforme Janaina (1995, p. 132) “a memória toma experiências inteligíveis, conferindo-lhes significado”. Assim, as memórias de Fernandes, apesar de inicialmente absurdas e inventivas, foram influenciadas pela sociedade e pela época em que viveu, bem como, o conjunto de outras memórias cooptadas por Janaina para abordar a Revolta do Formoso. Em suma, essa separação entre o “mito”, a “invenção” e os “fatos” não deve funcionar com o intuito de desacreditar o narrador.

Algo semelhante com a memória acontece na narrativa, que como destaca Portelli não é algo fixo, mas sim “um processo e uma performance” (p.19). Neste sentido, a oralidade pode ser considerada como um discurso em processo e, desta forma, “podemos pensar nas fontes orais como algo que acontece no presente em vez de apenas como um testemunho do passado” (ibidem), é por esta razão que eu mencionei anteriormente o fato de cada testemunho de meus avós serem únicos, pois em cada momento que os ouvi estávamos em um tempo diferente, em um contexto diferente e suas narrativas, aquilo que escolhiam ou não dizer, eram influenciadas pelo contexto histórico em que nos encontrávamos e, também, pelo contexto presente, o momento em que conversávamos, por exemplo, um almoço de domingo com a família ou em uma entrevista “formal” com equipe de filmagem e gravador. Além disso, Portelli destaca outro elemento importante sobre as narrativas que é a “Responsabilidade individual”, ele diz:

O lugar em que a memória é elaborada é a mente do indivíduo, e a maneira pela qual a acessamos é a narrativa individual. Sendo assim, os narradores assumem uma responsabilidade cada vez que relatam sua história. Devemos sempre nos lembrar disso: assim como o narrador tem a responsabilidade de contar, o historiador tem a responsabilidade de abrir um espaço narrativo, escutando ativamente o que o narrador tem a dizer (PORTELLI, 2016, p. 20)

Penso que tal responsabilidade possa ser interpretada a partir de diferentes perspectivas, sem que uma anule a outra, uma vez que, aquele que diz é responsável por suas palavras e pela memória que narra. Além disso, o processo de elaborar e contar suas memórias também traz consigo alguma responsabilidade inconsciente ou consciente para com a família, as pessoas, a comunidade em que este narrador está inserido. Nesse sentido, a responsabilidade pode se estender não só no sentido de si – a fidelidade com que fala sobre si e sobre suas memórias – mas para com os outros que se relacionam com o narrador – na

responsabilidade de perpetuar tradições, ritos, mitos e até na preservação da imagem de alguns sujeitos trazidos em suas narrativas. A responsabilidade do historiador é, dentre muitas outras, a de permitir que o narrador diga, sem fazer muitas interferências na fluidez de sua fala, apresentando interesse no que está sendo dito, assim, abrindo tal “espaço narrativo” como menciona Portelli (2016, p. 20).

Para finalizar as discussões que venho desenvolvendo na apresentação deste capítulo, vamos abordar o último elemento suscitado por Portelli, que diz respeito ao processo de escrita de um trabalho que parte da oralidade. Mais do que contribuições para melhor transcrever uma entrevista, Portelli trouxe-me reflexões sobre que postura assumir na escrita desta dissertação e por esta razão não encontrei outra forma de começá-la a não ser dividindo com o leitor todo o desenvolvimento reflexivo que me trouxe até aqui. De fato, existe uma distância entre o que é dito e o que é escrito, especialmente porque a narrativa possui mais camadas de significado e caminhos interpretativos do que a análise lógica e racional (PORTELLI, 2016). É preciso ter cuidado com o trato das transcrições da entrevista, mas também é preciso ter cuidado com a forma com a qual se conduz suas análises, especialmente pela complexidade que esse tipo de trabalho possui. Para mim, que ocupo o lugar de pesquisadora e de neta, essa complexidade se apresenta a todo o momento e isso não é um exagero. Não exagero porque realmente me preocupo com a honestidade nos desafios e no percurso que tive nesta pesquisa, mas também, porque me preocupo com a honestidade na análise que faço neste trabalho. Certamente, meus avós disseram coisas na entrevista porque era eu quem os entrevistava e deixaram de dizer coisas pela mesma razão, mas enquanto pesquisadora, preciso não só interrogar meus entrevistados, preciso, sobretudo, interrogar minha própria postura, meu próprio trabalho, eis o que se coloca nesse processo: O que eu analiso e percebo por que sou neta? E o que eu deixo de analisar e perceber pela mesma razão? O que eu escolho dizer porquê sou neta e o que eu escolho não dizer pela mesma razão?

Creio que posso exemplificar o que quero dizer aqui. Existe um momento na entrevista quando minha avó, Benedita, fala dos conflitos e da recepção que ela teve das pessoas assim que chegou no Paraná. Naquele momento ela diz que não foi mal-recebida e nem deixou inimizades no lugar onde morou assim que chegou, mas com sua irmã foi um pouco diferente. A irmã a que ela se referia nesse momento era Maria, que também foi entrevistada por mim em janeiro de 2020. Enquanto Benedita me contou dos conflitos que Maria arranjou no lugar onde moravam, Maria me disse que não vivenciou tantos conflitos

assim, pelo menos se esquivou de entrar em detalhes sobre eles. As suas narrativas seguem da seguinte forma:

Benedita: Eu mesmo pra mim é que nem eu te falo, eu tô nessa idade mas, graças a deus, não tive uma pessoa inimigo na minha vida. Eu, tu sabe que eu nunca encontrei ninguém? A minha irmã, sempre às vezes ela que encontrou muita barreira, porque ela era muito... Bilia, ela era muito avoada, e então... Agora eu não, eu toda a vida eu soube respeitar as pessoa, soube saber relevar, soube tratar, como ali em Paranavaí mesmo, ali nós viveu doze anos ali, eu saí e não deixei nenhum inimigo, agora ela deixou muitos, mas eu não... Nós foi muito bem recebido. Às vezes alguma encrenquinha tinha hora que eu às vezes ainda entrava assim por o meio, porque é irmã né, e então tinha hora que a gente entrava assim pelo meio, mas o povo nunca levou a sério. Quando chegou ela foi mal recebida pela turma da Comadre Zefinha que hoje é... hoje não, não sei se é viva mais, era minha comadre, já não gostaram dela, já encrencaram.

Diego: Por que Dona Benedita? Qual que era o motivo?

Benedita: Porque ela, filho, você sabe aquelas pessoa se 'cê fala alguma coisinha assim com seu filho, os menino dela, Deus me perdoe porque já morreu... tô falando na vida e não na morte, porque eles dois, todos os dois que fazia isso já morreu. Mas, a maioria das encrenca dela era por causa dos filho, você sabe por quê? Porque o povo falava alguma vez alguma coisa com eles assim... uma coisa desse tamaninho, eles chegava lá e já falava pra ela uma coisa totalmente diferente. Aí ela ia tirar satisfação com a pessoa. E aí era onde ia pegando aquela rixa, aquelas briga. (BENEDITA, entrevista concedida para Laiza, Ubiratã, 2020).

Maria: A gente nunca procurou viver brigando, procurar briga, porque a violência você sabe como que é, nunca sai de lugar por causa de briga, assim, por causa de brigar com patrão porque é ruim isso né, muito ruim. Então, nesses ponto aí... a gente, ninguém é santo. Às vezes tem alguma confusãozinha, mas nunca teve nada de pior. Meu marido nunca foi preso, nunca teve nada com polícia, nunca. Só trabalhava. (Maria, entrevista concedida para Laiza, Guarujá, 2020)

Esta situação parece vir ao encontro daquilo que Portelli (2016) coloca: “a tonalidade e as ênfases do discurso oral carregam a história e a identidade dos falantes, e transmitem significados que vão bem além da intenção consciente destes” (p. 21). Estes trechos das entrevistas trouxeram um conflito que não se apresentava só naquilo que foi dito, mas na minha relação com as entrevistadas e com a pesquisa. Afinal, cabe, de fato, analisar este trecho ou simplesmente ignorar a existência dele? Ignorar que as coisas que Benedita diz, contradizem a escolha de Maria em não dizer? Fiquei por meses refletindo se caberia ou não expor esse pequeno imbróglio, porque, por um lado, no lugar de pesquisadora essa situação me pareceu interessante para dela discutir, justamente, sobre como cada um constrói uma narrativa sobre si e significa as circunstâncias que viveu, ao mesmo tempo em que escolhe o que dizer e o que não dizer, ou escolhe o que dizer com mais detalhes e o que dizer por alto,

sem necessariamente omitir, mas, sem tampouco dizer objetivamente. Por outro lado, existia o lugar de neta que se sensibiliza com a possibilidade de isso resultar em algum conflito em nível mais íntimo, especialmente se eu escolhesse colocar o que foi dito por Benedita no Documentário.

Certamente, as duas entrevistadas assinaram um termo em que se dispunham a dizer e a serem expostas na integridade das coisas que disseram e, inclusive em suas imagens, mas será que ainda assim não precisaria haver cuidado da parte do pesquisador com aquilo que expõe e que não expõe? Talvez, um pesquisador que não tivesse um vínculo afetivo profundo com os entrevistados não passaria tanto tempo questionando-se sobre expor ou não expor este pequeno imbróglio. Contudo, este não é o meu caso. Enquanto um sujeito que também é histórico e subjetivo, eu não tenho como colocar em uma caixinha a “Laiza historiadora, pesquisadora e racional” e em outra caixinha a “Laiza neta e sentimental” e escolher qual das duas é mais adequado usar em cada momento. Estas duas “Laizas” existem em mim, elas se fazem presentes em todas as decisões desta pesquisa e as duas são válidas. O que venho fazendo é tentar equilibrar uma, quando questiono a outra e assim seguimos.

A partir destas reflexões entendi que não bastaria apenas refleti-las, seria preciso escrevê-las, analisá-las e fazer delas um componente importante da investigação. Afinal, como ressalta Portelli (2016) “A história Oral lida com histórias, e as histórias não podem ser reduzidas a um único significado” (p.43) e é por esta razão que o que antes tinha o objetivo de olhar apenas para um fenômeno histórico localizado no tempo e no espaço, se transformou em um olhar para este fenômeno a partir das memórias de Benedita e Manoel. São eles que conduzem o tom desta narrativa, porque afinal é de suas histórias que trataremos aqui e porque eles não são apenas dados para uma pesquisa, são pessoas em toda a complexidade que significa ser alguém.

Desse modo, nos aprofundaremos em tais complexidades nos próximos subtítulos, que se organizam da seguinte forma: Inicialmente, no subtítulo “1.1: Benedita e Manoel: uma biografia ou construção de sentidos” procuro discutir a biografia de Benedita e Manoel, apresentando-os e discutindo os sentidos que constroem de si e sobre si, a memória que configuram e reconfiguram e os esquecimentos e silenciamentos desse processo. Ainda, as narrativas da memória e a linearidade da narrativa da História enquanto historiografia e suas combinações na pesquisa. Em seguida, no subtítulo “1.2 O Ponto de Partida da *Nordestinidade*: Bahia” abordarei especialmente o Nordeste e a condição de migrante e procuro problematizar de que Nordeste os entrevistados partem, sobre qual nordeste eles se referem e com qual nordeste se identificam. A discussão prossegue no subtítulo “1.3 A relação entre o estigma da

seca e a migração”, assim como no tópico anterior, possibilitada a problematização da condição do migrante entendida a partir do esforço do estudo de memória.

1.1: Benedita e Manoel: uma biografia ou construção de sentidos?

Joel Candau (2011), no capítulo que escreve sobre Memória Individual e Consciência, de seu livro Memória e Identidade, diz que “sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas” (p.59-60), pois, para ele, a memória e a identidade caminham juntas, logo, um sujeito que perde sua memória, perde, também, um pouco de si. Quando pedi aos meus avós que contassem sobre suas histórias de vida, de sua infância até a chegada ao Paraná e o que viveram aqui, não tinha a dimensão, em um primeiro momento de que, de certa forma, estava propondo uma lógica para a história que iriam me contar de suas vidas. Além disso, não questionei, inicialmente, o que de fato é uma história de vida e se ela de fato pode ser contada. De acordo com Bourdieu, em seu artigo de nome bem sugestivo “a ilusão biográfica”, quando pedimos para que um sujeito conte sua história de vida, primeiramente, pressupomos que a vida é uma história e, logo, que esta história possa ser narrada a partir de um caminho, uma viagem, um percurso que possui começo, meio e fim. Nesse sentido, “o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva...” (BOURRDIEU, p.184, 2006).

De fato, a ideia de um início, meio e fim, é a lógica que tentamos aplicar para organizar os acontecimentos caóticos e aleatórios de nossa existência, especialmente, a *memória* que temos dessa existência. Por isso, acaba sendo de interesse não só do entrevistado construir uma linearidade em suas narrativas, na busca de alcançar um sentido lógico para elas, como também, o próprio entrevistador pode estar interessado em “aceitar o *postulado do sentido da existência* narrada” (BOURRDIEU, p.184, 2006, grifos do autor). No caso desta investigação, ela não teve de início o intuito de narrar ou ser fundamentalmente a biografia de Benedita e Manoel, o que buscava e, de certo modo ainda busco, era perceber como a história de suas vidas atravessava fenômenos históricos importantes, uma vez que como sugere Michel Pollak “mesmo no nível individual o trabalho de memória é indissociável da organização social da vida” (1989, p.15). E, na impossibilidade de tratar de todos os fenômenos históricos de suas vidas, escolhi abordar com maior ênfase aquele que instigou minha curiosidade: a migração entre Nordeste/Sul.

Contudo, ainda que o foco não fosse esmiuçar suas biografias, decidi que perguntaria sobre suas histórias de vida e que gostaria que eles me contassem de suas vidas da infância até

o momento presente. Eis que proponho já na entrevista uma linearidade que não necessariamente é positiva ou negativa e, tampouco, definitiva em uma conversa que durou mais de uma hora, ou seja, a linearidade, especialmente cronológica, em uma narrativa não se mantém, ainda que existam esforços cognitivos para manter tal lógica e sentido. É preciso refletir profundamente sobre essa construção lógica, linear e cronológica de qualquer narrativa, especialmente quando ela envolve memória, pois como ressalta Pollak (1989), seja em uma memória individual ou coletiva “tudo se passa como se coerência e continuidade fossem comumente admitidas como os sinais distintivos de uma memória crível e de um sentido de identidade assegurados” (p.11). Portanto, mais do que garantir uma organização e sentidos lógicos para a compreensão de quem lê ou escuta determinada história, todo esse processo busca, sobretudo, validar a narrativa, torná-la crível. Além disso, existe a relação da memória e da identidade que precisam ser analisadas sob essa perspectiva e que influenciam na organização de tais narrativas sobre si e sobre suas histórias de vida. Retomamos Candau (2019) que enfatiza a imbricação entre memória e identidade, sendo a memória capaz de consolidar ou desfazer o sentimento identitário. Para Candau:

As relações de si para si mesmo, o trabalho de si sobre si mesmo, a preocupação, a formação e expressão de si, supõe um trabalho de memória que se realiza em três direções diferentes: uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória da ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro. (CANDAU, 2011, p. 60).

Nesse sentido, cada indivíduo constrói sua identidade ao passar do tempo. A memória, em suma, permite ao indivíduo compreender-se continuamente no mundo, por isso, ela também pode ser considerada um fator organizacional da narrativa. Conforme Candau (2011), diferente de um computador, o cérebro humano se auto-regula, constrói seus próprios programas, se organiza; computadores apenas executam programas e, por isso, computadores são incapazes de escolher lembrar ou esquecer, diferente do cérebro humano. Portanto, é preciso considerar que as narrativas de Benedita e Manoel não se fazem somente por aquilo que dizem, atendendo ou não à uma linearidade cronológica e organização lógica, mas, sobretudo, estão ancoradas naquilo que não é dito, nos silêncios e esquecimentos de suas memórias. Conforme explica Michael Pollak (1989), pode haver muitas razões para que um indivíduo decida silenciar suas memórias, muitas vezes as memórias podem ser

traumatizantes, difíceis, dolorosas e a pessoa precisa antes de tudo encontrar uma escuta. Soma-se a isso razões políticas e, principalmente, pessoais “que consistem em poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais” (p.4). Esse último caso, é particularmente interessante para nossa investigação, tendo em conta a dimensão afetiva e os laços familiares que estabeleço com Benedita e Manoel. Muitas vezes, é no momento em que esses indivíduos sabem que não lhes resta muito mais tempo no mundo, que decidem compartilhar os seus silêncios, o não dito. E seus “filhos”, para usar a colocação de Pollak, também estão dispostos a ouvir. Basicamente, de acordo com o autor, as fronteiras entre o que é silenciado, não dito e esquecido podem ser muito tênues e, sobretudo, estão em constante deslocamento, sendo moldados “pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos” (p. 06). Para Candau, tais “falhas de memória” estão “sempre vinculadas a uma consciência que age no presente” (p. 63), ou seja, são as circunstâncias do momento presente, até mesmo do ato da entrevista, que determinam esquecimentos, silenciamentos e não-ditos.

Indo mais a fundo na relação entre memória e identidade, Candau (2011) entende que a memória é responsável por organizar o passado a partir daquilo que se vive no presente e que se espera do futuro, desta forma, ela não possui a função de “conservação” do passado ou do vivido tal qual ele ocorreu e nem mesmo é uma consciência em si, em suas palavras “a lembrança não ‘contém’ a consciência, mas a evidencia e manifesta” (idem.). Nesse sentido, determinadas memórias, doloridas, difíceis, afetariam, sobretudo, a imagem que o indivíduo faz de si mesmo. Ou seja, da sua apresentação identitária. Tal perspectiva evidencia “o caráter ambivalente da memória no jogo identitário, pois ela pode simultaneamente organizar e desorganizar a construção de uma imagem satisfatória de si própria” (p. 64). Portanto, podemos questionar: Quais memórias de Benedita e Manoel organizam ou desorganizam a imagem que fazem de si? Quais narrativas sobre si eles constroem? A qual identidade eles querem pertencer? Ou qual identidade eles consideram mais adequada narrar, especialmente, diante de sua neta? Quem, afinal, são Manoel e Benedita?

Antes de explorar a discussão sobre como Benedita e Manoel constroem-se a si mesmos na narrativa, creio que seja importante apresentá-los com algumas informações biográficas para que o leitor se familiarize com suas trajetórias. Benedita completou 79 anos em 2021, é uma mulher negra, nascida em Vitória da Conquista (BA), casou-se aos 16 anos com Manoel e teve o primeiro filho aos 17, trabalhou em fábrica de farinha e como empregada enquanto esteve na Bahia e quando migrou para o Paraná (aos 17 anos) passou a cuidar da casa, das criações – que geravam renda extra para a família – e dos filhos. Teve oito

filhos, dois natimortos, uma menina que faleceu aos sete meses e cinco meninos que sobreviveram. Manoel nasceu no município de Ilhéus (BA), se mudou para Vitória da Conquista (BA) com a família aos 14 anos, onde conheceu Benedita com quem mais tarde se casaria. Sempre trabalhou na roça, mexendo com criação, chegou a estudar e aprender a ler, mas, precisou largar os estudos para ajudar o pai a sustentar os outros 13 irmãos. Em 2021 Manoel completou 84 anos de idade, é um homem negro que sempre trabalhou na lavoura e desde a década de 1970 se mantém associado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e participante das reuniões, assim como se mantém vinculado à Cooperativa Agroindustrial União (COAGRU), desde que ela foi fundada em 1975.

Benedita e Manoel se casaram em Dezembro de 1959 e migraram para o Paraná em 1960. São casados há 61 anos e suas vidas de casados se confundem com a trajetória de suas migrações. No Paraná, moraram por 12 anos em Paranavaí e depois migraram novamente para Ubitatã, também no Paraná. É nesse pequeno município de pouco mais de 20.000 habitantes que os dois residem até hoje, na pequena chácara de cerca de 4 alqueires que compraram com o trabalho da família. Dos cinco filhos sobreviventes, dois ainda residem no município de Ubitatã, outros dois ainda no Paraná e o mais velho mora em Mato Grosso. O meu pai, Orlando Campos, é o caçula dos filhos e o único que ainda mora na pequena chácara com Benedita e Manoel e que, também, vive do trabalho na terra, assim como o seu pai viveu e o seu avô antes dele, mas, a escolha dele foi fugir das monoculturas e trabalhar com horta a fim de fornecer alimentos para a merenda escolar. Foi nessa mesma chácara que eu nasci e cresci, morando a pouco mais de 20 passos da casa de Benedita e Manoel. Atualmente, ambos estão aposentados, mas Benedita ainda mantém o cuidado com as galinhas no quintal, os afazeres domésticos e coloca a mesa para todas as refeições com Manoel. Por sua vez, mesmo com a aposentadoria e, um problema no joelho que limita seus movimentos – decorrente de um acidente, quando jovem, jogando futebol –, Manoel ainda cuida de algumas vaquinhas, ajuda no trabalho na horta e vez ou outra está capinando ou fazendo cercados para as vaquinhas não fugirem, também mantém a produção de monoculturas de soja e milho na chácara por meio de arrendamento.

Essas informações, longe de reduzirem Manoel e Benedita a essa ou aquela definição, nos servem de base para começarmos a conhecê-los e perceber suas narrativas dentro de um contexto mínimo. Certamente, defini-los (ou mesmo apresentá-los) em poucas palavras seria impossível. O que posso propor é tentar compreender como Manoel e Benedita se apresentam: nas narrativas coletadas em 2020; diante de sua neta e uma equipe de filmagem; para uma pesquisa da qual conheciam minimamente e sabiam se tratar especialmente, do

fenômeno migratório vivenciado por eles. Isto é, o que tentarei traçar aqui é o que podemos considerar um *fragmento* de Manoel e Benedita, um fragmento que se apresenta diante de uma circunstância específica, que afeta suas escolhas narrativas, suas lembranças e seus esquecimentos. Partindo de tais pressupostos podemos começar a tentar compreendê-los a partir de seus nomes e aqui, duas “facetas” identitárias se mostram. Por um lado, existe Benedita e Manoel e, por outro, existem meus avós – como já os designei diversas vezes nesta dissertação. Não vou me alongar mais uma vez na explicação sobre o meu lugar de neta e a dimensão afetiva deste trabalho pois creio ter debatido detalhadamente na introdução.

Contudo, neste momento, acredito que seja importante fazer uma consideração sobre estes dois lugares identitários ocupados: ora “Benedita e Manoel” e ora “meus Avós”. De acordo com Bourdieu (2006, p.187), “o nome próprio é o atestado visível da identidade de seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais”; ou seja, o nome próprio é o “ponto fixo” que designa as pessoas no tempo e espaço e, principalmente institucionalmente. O nome próprio também é importante para a Memória e Identidade, conforme Candau (2011), “todo o dever de memória passa em primeiro lugar pela restituição de nomes próprios” (p. 68), uma vez que apagar o nome de uma pessoa seria como apagar sua existência, ou seja, reencontrar o nome de uma vítima, por exemplo, “é retirá-la do esquecimento, fazê-la renascer e conhecê-la conferindo-lhe um rosto, uma identidade” (idem.).

Por sua vez, em nossa sociedade atual o nome próprio, aliado ao Número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) e outras documentações, são imprescindíveis; tornam-nos, em certa medida, “visíveis” para o Estado e “visíveis” institucionalmente e, ainda, marcam elementos importantes para a construção de nossa identidade – como sexo, etnia, idade, nacionalidade, etc. Nesse sentido, o nome próprio institucionaliza os sujeitos, ao mesmo tempo que os identifica e, de modo geral, quando perguntados sobre suas histórias de vidas, “tudo leva a crer que o relato de vida tende a aproximar-se do modelo oficial da apresentação oficial de si, carteira de identidade, ficha de estado civil...” (BOURDIEU, 2006, p.188). Partindo desta reflexão, quando nos perguntamos sobre quem são Benedita e Manoel podemos, de certa forma, também estarmos nos referindo a que marcadores identitários os nomes Benedita e Manoel carregam nos documentos que os institucionalizam. Para além das questões subjetivas e pouco lineares das narrativas, preciso também levar em consideração na análise que a construção que fazem de si perpassa esse lugar institucional que ocupam: desde suas carteiras de identidade e registros de nascimento – que dizem que são Negros, que nasceram na Bahia,

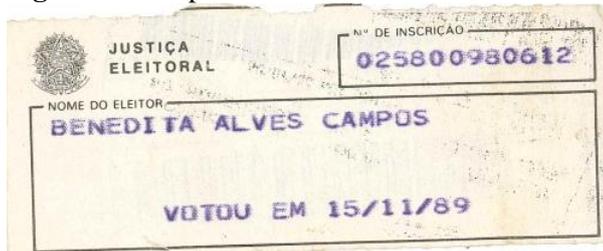
que são casados e aposentados – até os recibos de pagamento do Sindicato de Trabalhador Rural ou comprovantes de quitação eleitoral, que se confirma em suas narrativas, especialmente na de Manoel. Conforme as imagens abaixo:

Figura 1: Comprovante de Matrícula no Sindicato dos Trabalhadores Rurais- 1972



FONTE: Arquivo pessoal, concedido por Manoel.

Figura 2: Comprovante Eleitoral de Benedita - 1989



FONTE: Arquivo pessoal, concedido por Benedita.

Em contrapartida, existem “meus avós” que estão para além daquilo que os documentos dizem sobre “Benedita e Manoel”. Quando me refiro a eles como meus avós e quando eles se veem na posição de avós sendo entrevistados pela neta, o que se apresenta, principalmente, é o lugar de subjetividade e expectativas da investigação. Dizer que são meus avós evidencia o grau de parentesco, o laço consanguíneo e, também, a dimensão “moral” que precisa ser apreciada nesta análise. Afinal, se Manoel e Benedita constroem uma narrativa fiel ou semelhante aos documentos institucionais que carregam seus nomes, eles, também, podem buscar construir uma narrativa fiel aos “lugares de avó e avô” socialmente construídos e aceitos. O que isso significa? Significa precisamente refletir sobre a imagem que eles buscam construir desse lugar de parentesco, talvez mais do que simplesmente me ensinarem uma lição sobre suas vidas ou atender a um pedido para um trabalho, pode existir, ainda, a expectativa de continuidade de seus rituais, de sua honestidade, de seu caráter que pode ser depositada em

mim, enquanto a neta próxima que os entrevista mas, também em relação aos outros netos e familiares que possivelmente terão contato com esta entrevista por meio do documentário decorrente dela. Além disso, ainda que não existisse o grau de parentesco, não podemos nos esquecer que eles estavam cientes de que não só familiares teriam acesso a suas memórias mas, também, um possível público. Neste sentido, seria interessante considerar a consciência que eles tinham de que estavam sendo filmados – pretendo aprofundar-me nisso no último capítulo. Em todo o caso, é interessante notar que esse lugar pode representar uma continuidade não só de suas ações e costumes, mas, sobretudo, de suas próprias identidades, de seus nomes.

Uma situação que aparece nas entrevistas e que pode ajudar a compreender esta discussão é o fato de Benedita fazer um ritual, realizado em todo o período de Páscoa no qual, conforme aprendeu com sua mãe, que aprendeu com a mãe dela, busca trazer prosperidade para a família. Na ocasião deste ritual, ainda em 2020, gravei todo o processo com o celular – neste dia sem equipe de filmagem, apenas filmando com uma mão e o gravador na outra. O ritual passa por um ano de preparação, em toda a Páscoa ela recolhe um pouco de tudo que é servido na mesa de almoço em um potinho, que guarda para que seja oferecido às divindades de sua crença no ano seguinte. Então, no momento em que filmei esta prática, sabia que era a única oportunidade que tinha, já que ela faz isso somente uma vez ao ano. Descemos um pequeno trecho até o riacho que fica nos fundos da residência, ela segurava o potinho de comida do ano anterior (2019). Durante o caminho ela explica sobre a prática:

Benedita: Isso aqui é história do tempo dos meus avó, que diz que tem né. Aí eu, isso tem muito, muitos ano, eu tenho essa tradição, não quebrei essa tradição, ‘cê entende? (...). Então, aqui ‘cê pega essa comida, no dia de sexta feira da paixão, antes de ninguém mexer nela, primeiro ‘cê tira de tudo o que ‘cê tem, cê ponha um pouquinho aqui nessa vasilha e deixa, de um ano no outro. Aí agora tá fazendo um ano que eu tirei essa comida aqui, aí agora eu vou no rio, jogo ela, coloco ela lá dentro do rio, peço, rezo um Pai Nosso, uma Ave Maria, uma Santa Maria, em intenção da Sagrada Família, pedindo paz, luz, muita vida e muita saúde pra mim e toda a minha família e prosperidade pra que Deus não deixe nunca faltar o pão nosso de cada dia e ofereço na intenção de Ogum e Oxalá e Yemanjá (...) agora aquela que eu tirei lá, eu chego e coloco lá de novo aqui nessa vasilha e deixo.

Laiza: A que a senhora tirou hoje né?

Benedita: É, a que eu tirei hoje, essa eu deixo aqui, quando for de hoje a um ano, se eu for viva, eu venho aqui e jogo. E se eu não for viva, tem que achar uma pessoa que faz isso... Só que agora quebra a tradição porque não sei se ninguém vai querer seguir isso aqui né!

Laiza: Mas claro que vai! Eu tô aqui pra aprender!

Além do aspecto de sincretismo religioso que essa prática realizada por Benedita revela, existe também o que podemos considerar um apelo para que essa prática não seja interrompida quando ela não estiver mais aqui. Dois aspectos parecem se misturar: o medo de que a morte represente o fim absoluto de sua presença e a necessidade de transmitir a tradição, para que os netos e familiares possam segui-la quando ela não puder mais o fazer. Podemos, ainda, compreender outras dinâmicas identitárias que essa prática revela. Benedita é assumidamente católica, é possível notar pelas fotos de família de batizado dos filhos, netos, e na certidão de casamento religioso – inclusive, documentos que levam seu nome –, bem como nas diversas imagens de santos em sua estante e também, nas orações que fazem parte do ritual descrito em sua fala. Contudo, a subjetividade dessa prática e, podemos até pensar na origem dela, não está fixada aos rituais e dogmas do catolicismo e sim, em rituais e práticas de matriz africana, como o Candomblé. Não se sabe como esse rito começou, também não é uma prática que outras famílias faziam em Vitória da Conquista (BA), onde ela nasceu. O que ela sabe é o que aprendeu com a mãe e com a avó. É possível que mudanças e ajustes tenham sido feitos ao ritual original, porém, são suposições pois, neste momento, só podemos chegar até onde memória de Benedita alcança e como ela mesma diz “Eu não lembro não, eu só lembro da minha família... eu não sei se já vinha de alguém né” (Benedita, entrevista concedida para Laiza, 2020).

O significado de se passar a prática para as próximas gerações foram ditas na sequência da entrevista citada:

Benedita: É isso aí é coisa de meus avó né. É tradição, ‘cê entende como é que é? E eu venho com essa tradição e eu sigo ela... e parece que tem uma coisa que não deixa eu parar, porque eu quero parar mas não consigo, é tradição mesmo, que é de muito e muitos ano. Olha, que é desde eu nova, meus filho tá tudo criado né, tudo criado e eles sabe disso, eu encomendava pra eles tudo, todo o ano eu encomendava, se o ano que vem eu não for viva, pega aqui essa comida, leva no rio e joga lá no rio. Não precisa falar nada, só abasta pedir pra Deus paz e luz, que Deus não deixa faltar o pão nosso de cada dia e joga ela pra descer no rio (...)

Laiza: A sua mãe e a sua avó eram católicas?

Benedita: Era fia, quem era uma pessoa que eu não entendo: meu avô. Ele era uma pessoa que ele lia muito a bíblia né (...) ele era uma pessoa assim, ele era muito, sei lá, ele não era muito assim de ir em igreja, essas coisa, era muito rebelde assim. Dava na hora do terço, que a gente rezava o terço na minha casa, que a minha vó toda a vida rezou terço, a minha mãe era rezadeira de terço, mas dava na hora ele invés de ficar ali perto da gente ele saia né. Mas só que ele seguia muito a bíblia, mas, eu não sei se a bíblia que ele seguia era a Católica...

Certamente, perceber estes dois lugares de pertencimento identitários não significa que em determinado momento Benedita e Manoel ligam uma chave para serem “Benedita e Manoel” e depois ligam a outra chave para serem “meus avós”, possivelmente não seja tão simples identificar estas oscilações em suas narrativas, porém, é preciso estar ciente de que elas existem, é preciso conhecer os conflitos e os sentidos que se configuram no momento da entrevista. A partir disso, podemos começar a compreender Benedita e Manoel nas entrevistas e, também, os fenômenos históricos que perpassam suas narrativas. Para fugir aqui de questões biográficas mais específicas, que não correspondem ao objetivo do trabalho, assumo que o que observo aqui é a construção de sentidos que Benedita e Manoel fazem sobre si e sobre o seu processo migratório. Em suas narrativas se desenha a trama de diversos espaços de pertencimento identitário que não podem se resumir a estes dois lugares que acabei de descrever. Estes lugares nos servem, apenas, para entender a complexidade destes sentidos e a engenhosidade dessa trama, serve-nos como panorama. Não se trata, também, de desconstruir essa trama e transformá-la em um imenso fio linear, cronológico e lógico. Pelo contrário, trata-se de assumir o olhar para o emaranhado sem espanto e estar ciente de que no momento em que comecei a escrever esta dissertação estava buscando um sentido para ele, ainda que não o desmonte.

1.2 O Ponto de Partida da *Nordestinidade*⁶: Bahia

O que nos vem à cabeça quando pensamos em “Nordeste”? Como caracterizamos as pessoas desse lugar? Como as identificamos? Pessoalmente, antes de iniciar esta investigação, o Nordeste que eu conhecia vinha das narrativas de Benedita e Manoel, dos livros do Graciliano Ramos e da Rachel de Queiroz, das pinturas de Portinari, das notícias sobre a seca, da figura dos retirantes e das aulas de história sobre o Cangaço e sobre Antônio Conselheiro. Esses “lugares comuns” sobre o que é o Nordeste e como ele é representado artisticamente, intelectualmente e midiaticamente é precisamente o que esta dissertação procura questionar, abalar e, quem sabe, desfazer. Contudo, este não é o único trabalho que se atreve a romper com estes estereótipos, Durval Muniz de Albuquerque Junior, em seu livro intitulado “A invenção do Nordeste e outras artes” (2011), procura questionar tais estereótipos construídos historicamente, reforçados pelas representações artísticas e encorajados pela Mídia que reduzem o Nordeste a seca, a miséria e a paisagem da caatinga, além das expressões pouco

⁶ Durval Muniz (2019) empresta este termo de Rachel de Queiroz, no artigo publicado para o Estado de São Paulo, em 1988, intitulado “Os olhos Tortos da Mídia”, em que ela critica a postura jornalística da época em retratar o Nordeste apenas a partir da “miséria”.

usuais, originárias do português arcaico. Tal discurso da estereotipia é “assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva a estabilidade acrítica” (2011, p.30) e que se coloca no direito de dizer o que o outro é em poucas palavras.

Neste trabalho, por sua vez, torna-se importante desmistificar este discurso estereotipado por dois motivos: primeiramente, porque para compreender o fenômeno migratório que Benedita e Manoel narram em suas entrevistas, precisamos entender de que Nordeste eles partem, sobre qual nordeste eles se referem e com qual nordeste se identificam e, segundo, por que a própria narrativa de Benedita e Manoel não está inscrita em qualquer “lugar comum” ou estereótipo que os reduzam e que reduzam o Nordeste a este ou aquele significado. Assim, o que se apresenta aqui é a forma com que Manoel e Benedita constroem sua trama de significados, sentidos e pertencimentos sobre o Nordeste e, especificamente, sobre a Bahia, onde nasceram e viveram um período curto de suas vidas até decidirem migrar para o Paraná. Neste movimento, perceberemos também as questões históricas que os atravessam. Isto posto, os primeiros minutos de conversa com Benedita se iniciam da seguinte forma:

Benedita: Pois é, eu nasci aonde ‘Nel [Manoel] nasceu né, Vitória da Conquista [Bahia], tenho 77⁷ anos e não conheci meu pai porque ele morreu eu fiquei com seis anos de idade, nós era em nove irmão, minha mãe ficou grávida do último né e ele saiu pra trabalha e não voltou até hoje né, voltou morto, no caixão. E aí aquela vida foi de sofrimento e de dor né... Porque ‘cê sabe o que que é lá no Nordeste a pessoa cria nove filho? Só com a ajuda de Deus né!. Hora d’eu vê... Graças a Deus, Graças a Deus hoje eu tenho de tudo de fartura na minha casa... Vê meus irmãozinho pedir a comida, que que ela fazia, ela ia lá pegava aquele dentinho de alho, uma cebolinha verde, uma coisa, *ponhava* numa água pra ferver pegava um ovo ali, quebrava ali dentro e fazia aquela farofa, ‘cê entende como é que é? Que as vezes aquela... quase sem gordura porque não tinha, e aí ela botava um pouquinho pra cada um de nós, que nós era em nove, com ela era dez e ela ficava por último. Maioria das vezes ela ficava sem comer praticamente, pra dar aquele pouquinho pra todo mundo. Só que ali a gente comia aquela farofa sem nada, só aquilo ali sabe? E bebia água e ali passava o dia. (Benedita, entrevista concedida para Laiza, 2020).

Passei por este trecho da entrevista diversas vezes e, em muitas vezes, ignorei a ordem com que ele aparece na fala de Benedita. Contudo, olhando mais atentamente, a primeira pergunta que fiz foi: por qual motivo a primeira memória que Benedita acessa, nos primeiros minutos de entrevista, é sobre algo tão doloroso? Penso que nos aproximarmos de uma

⁷ No momento da Entrevista Benedita ainda não tinha completado 78 anos, pois faz aniversário dia 22 de Julho e a entrevista ocorreu em Fevereiro de 2020. Agora, no momento de finalização dessa dissertação ela já completou 79 anos e Manoel 84 anos.

resposta para esta pergunta implica olharmos para duas direções: a primeira diz respeito ao lugar de migrante que Benedita ocupa e o que significa este “ser-migrante”. O segundo elemento diz respeito ao que comecei discutindo neste tópico: os estereótipos criados sobre o Nordeste. Iremos por partes. Primeiramente, sobre ser-migrante: Quando ela diz que a vida na Bahia foi de sofrimento e de dor, este pequeno trecho parece apenas uma constatação a partir das experiências que ela viveu e que foram difíceis. Contudo, levando-se em conta a condição de migrante de Benedita, podemos entender que neste trecho ela não somente constata a vida difícil que levou durante sua infância e adolescência na Bahia, mas, sobretudo, busca *justificar* e *reafirmar* os motivos pelos quais migrou. Ora, se a vida que ela vivia era de “sofrimento e de dor” logo, migrar em busca de uma vida melhor fazia sentido e torna “justificável” sair e deixar a mãe, os familiares e os vínculos que ela mantinha em sua terra natal, mas, principalmente, justifica para sua neta, que estava ali diante dela ouvindo sua história, as razões pelas quais ela precisou “abandonar” tais vínculos quando migrou.

E essa justificativa se faz necessária? Para Abmalek Saiad (2000) todo o processo de migração é vivido na dor e essa dor é compartilhada entre os que escolhem sair e os que ficam. O pesquisador explica que “não existe presença em qualquer lugar que não tenha a contrapartida de uma ausência” (2000, p. 51), é precisamente tal ausência que traz em si a vontade de “retornar” – este retorno é considerado por Sayad um elemento presente no ato de migrar independente das semelhanças ou diferenças entre cada tipo de migração – e esse retorno ou vontade de retorno é tido como normal e até esperado no senso-comum. Isso porque a pessoa que emigra, portanto sai de seu lugar de origem, acaba sendo de certa forma “punida” por sua ausência, por estar de alguma forma “abandonando o grupo”. A alternativa que o emigrado encontra para reconfortar esta dor é colocar sua condição de emigrado como provisória. Esse retorno seria, então, o conforto dos que ficaram e dos que saíram. Porém, muitas vezes esse provisório se prolonga por uma vida toda, como no caso de Benedita e Manoel. Na circunstância do excerto específico, talvez não seja tão perceptível a necessidade de retorno como Sayad aborda, porém, é interessante notar que, de certa forma, buscar por uma justificativa, ainda que sutil, para os motivos que tornavam a vida naquele espaço em que Benedita nasceu difíceis, pode ser considerada uma forma de confortar essa “condição” de migrante que é constante uma vez que, mesmo aquele emigrado que se estabelece em novas terras, também acaba em alguma medida sendo “punido” por sua presença, já que os processos de emigração e imigração são tidos como subversivos, pois são responsáveis por alterações culturais. Portanto, trazer já de início as razões pelas quais era difícil viver na

Bahia, especificamente em Vitória da Conquista, é uma maneira de previamente justificar o motivo de sua partida.

Outro fator que pode se somar a essa construção sobre ser-migrante é a relação já abordada entre identidade, lembrança e esquecimento. Dizer que viveu na Bahia uma vida de dor e sofrimento é uma frase recorrente na fala de Benedita, que aparecerá em outros excertos ao longo da dissertação, seja em uma frase repetidamente exposta, ou em uma correspondente. Essa insistência me pareceu de início uma forma de enfatizar a dificuldade que foi viver na Bahia diante daquelas circunstâncias, todavia, ao recorrer ao trabalho de Michael Pollak (1989) pude problematizar a questão. As narrativas sobre a história de vida podem até apresentar variações, mas continuam mantendo um núcleo resistente, um fio condutor. Precisamente este fio condutor, que se manifesta até mesmo na fala repetida, “devem ser considerados como instrumentos de reconstrução da identidade e não apenas como relatos factuais” (p.11), ou seja, esta fala insistente pode ser uma demarcação importante do fio condutor que ela pretende construir em sua narrativa enquanto migrante nordestina. Além disso, pode ser que sua narrativa atenda a uma expectativa de quem a estava entrevistando, no caso sua neta. Como já mencionei em outros momentos, Benedita conhecia algumas das minhas intenções com a pesquisa, ainda que saibamos que a investigação é fluida, flexível e estas intenções se refaçam a cada olhar que lançamos para o material. Contudo, no momento da entrevista ela estava munida de algumas informações sobre o que eu buscava realizar na pesquisa ou sobre o que ela julgou que mais contribuiria com o meu trabalho, ou seja, no ato da entrevista ela pode ter entendido que a principal informação que eu buscava em sua história era sobre a migração e, por isso, escolhe a narrativa de migração como fio condutor de sua fala, trazendo inicialmente o que justifica sua saída mais do que necessariamente se aprofundando nas vivências de sua infância e adolescência.

Nesse sentido, não fica difícil entender porquê considero o discurso da estereotipia, neste caso, sobre o Nordeste, como o segundo elemento que pode nos aproximar da resposta sobre o porquê de Benedita iniciar sua fala abordando algo tão doloroso. Como já mencionei aqui, o discurso da estereotipia é assertivo, repetitivo e busca dizer o que o outro é em poucas palavras (ALBUQUERQUE, 2011). Entretanto, nem sempre esse discurso aparece de forma tão redutível na entrevista. A fala de Benedita está carregada de muitas palavras, mas estas muitas palavras parecem trazer em sua essência um dos principais estereótipos sobre o Nordeste: a miséria e a fome. E, tal escolha narrativa de Benedita pode se dar justamente porque ela julga que a fome e a miséria são imagens repetidas sobre o Nordeste, portanto, as que melhor o defina. Por isso, ainda que ela possa ter tido outras experiências naquele lugar –

das quais ela silenciou ou esqueceu – que não se assemelham a tal expectativa sobre o Nordeste, ela acaba por *escolher* a lembrança que mais se aproxima da imagem já convencional – e historicamente construída – sobre ele; o que, de maneira alguma significa que não tenha sido real ou palpável a experiência de fome que ela viveu; também, não podemos ignorar o fato de que por ter sido uma experiência dolorosa, seja marcante em sua narrativa. Contudo, precisamos olhar, aqui, para além das questões subjetivas que envolvem sua fala e reconhecer o contexto que atravessa suas escolhas narrativas. Neste caso específico, essa escolha pode ter a intenção de atender a uma ideia sobre o que eu estava buscando em sua história no momento da narrativa. Mas, o que cria esse discurso estereotipado? Tais estereótipos sobre o Nordeste nem sempre existiram, justamente porque a própria existência do Nordeste como conhecemos é histórica, isto é, é marcada por um processo histórico de “invenção” como propõe Durval em seu livro citado (2011). Para compreender a dinâmica que cria o Nordeste – como cria outras regiões do Brasil – precisamos discutir, brevemente, sobre a formação dos *Regionalismos*.

Inicialmente, durante o período Colonial Brasileiro não houve condições objetivas e subjetivas para a configuração de um espaço regional já que a falta de um Estado Nacional e a vigência do Antigo Regime, impediam a emergência de qualquer atividade política minimamente livre e participativa (BERNARDES, 2007). O fim desse sistema tornou o Brasil independente, sob o signo das mudanças políticas em decorrência da Revolução Francesa – apesar de ainda manter a escravização. Este novo cenário trouxe consigo a necessidade de nacionalizar e identificar o Brasil, o que proporcionou uma nova configuração regional. Se antes a **região** que corresponde ao atual Nordeste era um importante catalisador de decisões políticas e administrativas, agora, com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, uma nova territorialidade se impôs, dividindo o Império em duas grandes regiões: O Norte e o Sul⁸. As províncias ao Norte corresponderiam da Bahia até o Amazonas e as províncias ao Sul correspondiam de São Paulo até o Rio Grande do Sul.

O novo modelo político trouxe consigo mudanças orçamentárias em que o que era arrecadado pelas províncias era destinado para o Império, quem redistribuía esses valores entre as suas províncias – ficando muito pouco para elas – o que gerava severas críticas ao suposto parasitismo do Império. Nesse momento, as diferenças entre Norte e Sul começam a ser construídas do ponto de vista econômico, identificando um Norte que vende a escravatura

⁸ É por isso, inclusive, que ainda persiste o uso da expressão “norte” e “nordeste”, como sinônimos, especialmente quando se trata dos imigrantes que são identificados como “nortistas” e, também, durante as entrevistas que realizei, muitas vezes, os entrevistados utilizaram a palavra norte como sinônimo de nordeste.

e um Sul que compra e multiplica as riquezas. Estendendo-se para diferenciações culturais, que colocam o Norte como antiquado, vivenciando ainda tradições, costumes do passado colonial e que, também, mantêm técnicas e “modos” de produção que parecem não acompanhar o desenvolvimento industrial (BERNARDES, 2007). Por sua vez, o Sul passa a ser considerado o lugar do progresso, da indústria, das empresas de melhoramento e do clima ameno, parecido com a Europa, portanto, atrativo a imigrantes estrangeiros, um tipo de colonização que não seria possível ocorrer no Norte por conta de seu clima quente e de suas condições naturais distintas. (BERNARDES, 2007).

O discurso estereotipado também é a base daquilo que caracteriza uma região, para além de sua demarcação territorial. Neste sentido, podemos entender região enquanto um “grupo de enunciados e imagens que se repetem com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.35). Assim, o Nordeste pode ser compreendido como uma repetição de enunciados tidos como definidores do caráter de região e de seu povo, o que significa que a espacialidade não é eterna, mas sim, está sujeita a um movimento de construção e reconstrução. Desta forma, durante muito tempo não houve uma “territorialidade denominada *Região Nordeste*” (BERNARDES, 2007, p. 43, grifos do autor), o que não significa que os elementos de sua formação espacial já não estivessem presentes, porém, não existiam enquanto “parte de uma divisão institucional e geográfica chamada nordeste” (BERNARDES, 2007, p. 43).

O Nordeste, como conhecemos, vai surgir das “ruínas da antiga organização regional” do Império, isto é, durante a Primeira República (1889-1930), quando a *questão regional* é levantada, evidenciando um novo regionalismo a partir de 1920, que extrapolava a fronteira dos estados e buscava um agrupamento espacial maior, tornando o Nordeste, finalmente, instituído (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 51, BERNARDES, 2007). Alguns fatores articularam-se e foram determinantes neste processo, como a emergência de elites locais, que exerciam domínios sobre os estados, passando a ter maior controle sobre o poder da União; um novo ciclo econômico, com o Café, concentrando-se, especialmente, na região sul/sudeste, as políticas *eugenistas* que ganham força durante o século XX e, principalmente, a situação da seca que passa a ser institucionalmente enfrentada. Além disso, cada vez mais o espaço é desvinculado do *natural* e *geográfico* para se tornar *histórico* e *artificial*, construído por pessoas (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011; BERNARDES, 2007).

A partir do momento em que se institui uma ideia de nordeste e que se reconfigura a espacialidade regional do país, torna-se importante identificá-los. Notadamente, o Nordeste não surge apenas como uma nova territorialidade, ele surge, também, como um novo discurso,

um novo sentido e uma nova identidade, orientada pelo que o Albuquerque Jr. vai chamar de “dispositivos das nacionalidades”, que impunham às pessoas a necessidade de ter uma nação, identificarem-se com um espaço delimitado por linhas imaginárias e instituído historicamente. Assim, o Brasil buscava construir uma identidade para si e para os brasileiros que viesse a suprimir as diferenças e tornasse o país cada vez mais homogêneo, o que fazia com que esses regionalismos disputassem para que os “costumes, as crenças, as relações sociais, as práticas sociais de cada região que se institui nesse período, pudessem representar o modelo a ser generalizado para o restante do país, o que significava a generalização de sua hegemonia” (ALBUQUEQUE JUNIOR, 2011, p. 61). Portanto, é neste contexto que os estereótipos sobre o nordeste surgem e ganham força, especialmente o estereótipo sobre a fome e a miséria que estamos discutindo aqui, identificando o Norte e Nordeste como ultrapassado, pobre e arcaico enquanto o Sul e Sudeste representavam o progresso, o moderno, o desenvolvimento.

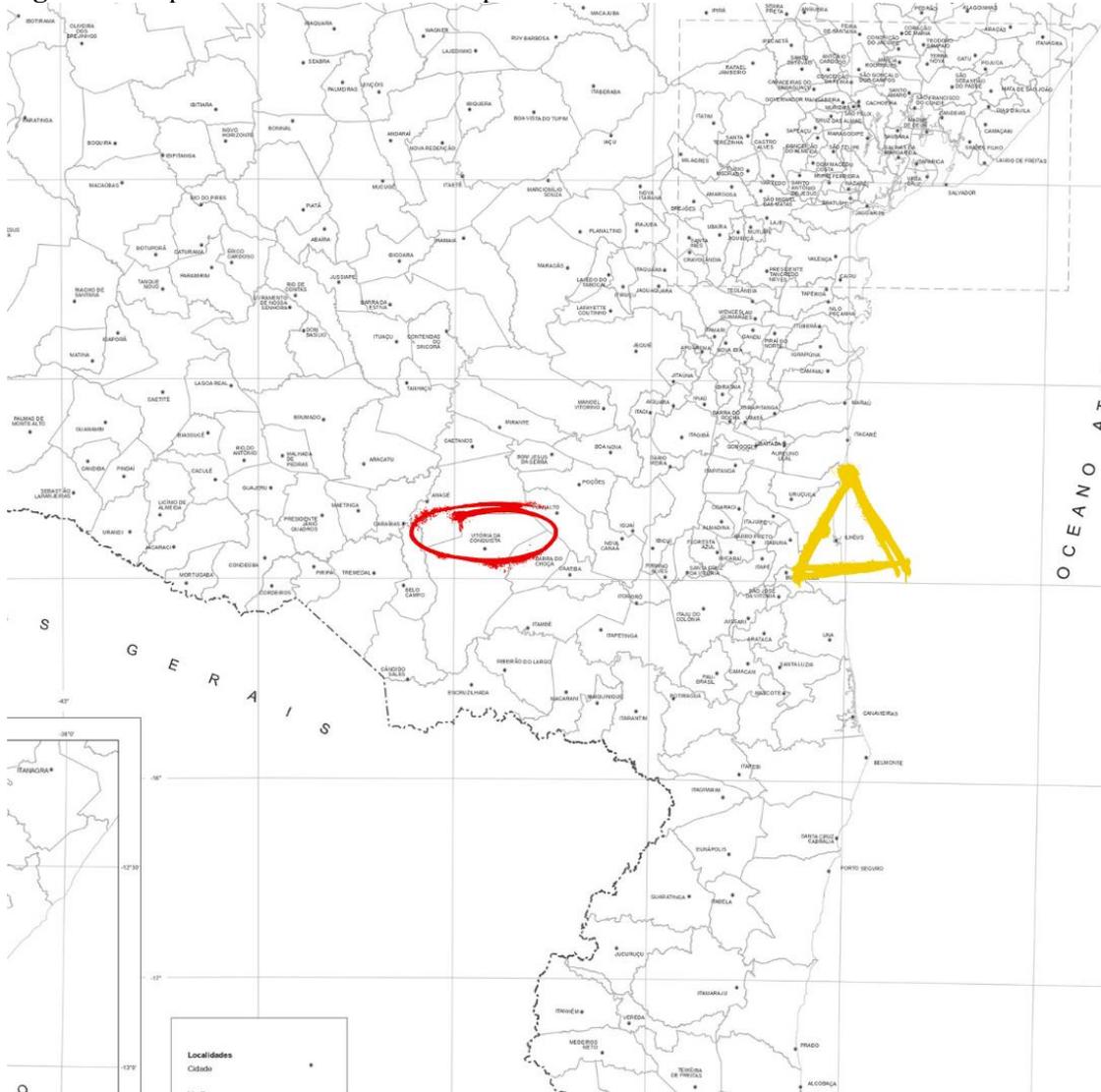
Para continuarmos essa discussão e nos aprofundarmos nela, podemos recorrer agora aos primeiros minutos de entrevista com Manoel:

Eu sou Natural de Vitória da Conquista, Bahia. Nascido em... No dia 11 do 03 de 1936. Nasci... mas, pertence mais ao Sul da Bahia ali e... Fui criado, sempre mexendo assim na lavoura, meu pai sempre mexia com gado, fui criado assim: em cima de cavalo mexendo com criação. Aí quando peguei uma idade, meu pai pegou e... ele era gerente de uma fazenda, aí acertou aquilo lá... os direito dele, aí ele e comprou uma área mais pertencendo ali em Vitória da Conquista mas, mais pro Leste. Ai eu continuei ali, sempre fui criado mexendo com criação. Depois, aquilo, modo uma região que ele mudou já não era muito pequeninha a parte do sul, meio fracassado. E foi indo e vacilou e foi, fracassamo. Ai a gente foi criado, acabado de criar, lutando pra pode vivê (MANOEL, entrevista concedida para Laiza, Ubiratã, 2020).

É nítido tanto na narrativa de Benedita quanto na de Manoel algumas contradições a respeito do local em que nasceram. Benedita diz que nasceu no mesmo lugar em que Manoel, que seria Vitória da Conquista e Manoel diz ter nascido em Vitória da Conquista e, em seguida, diz ter nascido em uma região que pertence ao Sul da Bahia. Depois, ele complementa dizendo que o seu pai acabou vendendo as terras que possuía e teria se mudado para a região de Vitória da Conquista – onde as condições climáticas seriam totalmente diferentes da região sul a que pertenciam. Conforme Pollak (1989) “assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para constituir, a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões” (p.11) e esta situação parece se apresentar como tal tensão resultante da memória que constroem sobre

seus espaços de origem. De fato, os dois nasceram em lugares diferentes. Benedita é natural de Vitória da Conquista e Manoel nasceu, ao que tudo indica, no que hoje é considerado o município de Ilhéus, mais próximo do litoral da Bahia.

Figura 3: Mapa da Bahia com os municípios.



FONTE: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 2019. O Círculo em vermelho identifica Vitória da Conquista e o triângulo em amarelo identifica Ilhéus. (Adaptado pela Autora).

Contudo, ambos dizem terem nascido no mesmo lugar e isso me levou a uma reflexão: Quais fatores subjetivos fizeram com que considerassem terem nascido no mesmo lugar, quando de fato não nasceram? É certo que eles partiram do mesmo lugar quando vieram da Bahia para o Paraná, ou seja, ambos partiram de Vitória da Conquista. Porém, aparentemente marcar o espaço em que nasceram parece ser mais complicado e podemos supor uma infinidade de motivos para isso, por exemplo, Manoel ter passado pouco tempo em Ilhéus

antes de se mudar para Vitória da Conquista e ter criado lá a maioria de seus laços de pertencimento e identificação; a própria relação matrimonial de ambos que, de tão longa, faz com que algumas fronteiras de separação não sejam consideradas em suas narrativas ou tenham sido ressignificadas; e, sobretudo, o que pretendo destacar aqui, a própria configuração ou noção de fronteira, espaço e territorialidade que eles vivenciavam no interior da Bahia no início do século XX.

Vou recorrer novamente a Albuquerque (2016) para compreendermos um pouco mais sobre territorialidade e fronteira. Em seu livro intitulado “Xenofobia: Medo e rejeição ao estrangeiro”, ele tenta explicar conceitualmente o que é xenofobia e como ela se manifesta em diferentes situações migratórias. Para este momento, vou focar na noção de territorialidade e fronteira que ele apresenta e, em outro momento, focarei no conceito de xenofobia que também nos será útil para compreender a dinâmica migratória que está sendo analisada aqui. Enfim, para Durval, assim como os animais usam o cheiro do corpo, sons, fezes e urinas para demarcar o espaço, nós seres humanos recorreremos àquilo que nos particulariza na natureza para definirmos nossos territórios: o fato de produzirmos cultura. Isso significa que “o território se constitui através da marcação do espaço com traços humanos, através da humanização do espaço” (p. 46). Esta marcação é importante, pois o território também é um fator fundamental para a manutenção da nossa existência, seja individual ou coletiva, isto é, nós existimos dentro de um espaço demarcado, ainda que este espaço não seja fixo. O autor explica que existiram variáveis formas de territorialidade humana ao longo da história, porém, alguns traços podem ser considerados definidores dessa demarcação: “estabelecimento de fronteiras, produção cultural e social de um lugar e a vigilância de luta pelo seu domínio” (p. 47).

Neste sentido, se compreendemos que as fronteiras são definidas pelo grupo humano que o habita e que, não necessariamente, estas fronteiras são fixas ou apenas geopolíticas, podemos considerar a *fluidez* dos espaços geográficos, dos marcos fronteiraços e também a fluidez da identificação dos indivíduos com o território. Essa mesma fluidez é responsável pelo fato de que o Nordeste nem sempre tenha existido enquanto região como conhecemos, ainda que o espaço físico que hoje o designa sempre tenha estado ali. O mesmo acontece com estes “espaços de origem” de Benedita e Manoel, ou seja, as territorialidades que hoje designam Vitória da Conquista e Ilhéus, sempre estiveram ali, ainda que não tenham sido identificadas com estes nomes e se tratando do período evocado de seus nascimentos (por volta de 1930), é preciso levar em conta que estes territórios estavam sendo formatados, em um processo com diferentes ritmos. Nesse sentido, não podemos nos esquecer das heranças

coloniais – do mandonismo e coronelismo, que definiam o espaço, principalmente, a partir dos grandes fazendeiros locais – que disputam espaço com as perspectivas territoriais e identitárias modernas do período republicano que se inicia no século XX – que busca definir seus territórios a partir de uma organização geopolítica.

Já mencionei que o século XX foi marcado por profundas mudanças na sociedade brasileira e, especialmente neste período, formaram-se diversos discursos que objetivavam criar uma identidade para o Brasil, para as regiões do Brasil e para os estados brasileiros. O objetivo era superar o passado Colonial e Imperial e trazer o frescor da jovem República. Para isso, incentivou-se a modernização e urbanização das cidades, especialmente o Rio de Janeiro – então capital do país – que buscava se consolidar como polo político e cultural da República (TEIXEIRA, 2018). Nesse contexto, as políticas públicas concentraram seus esforços em uma higienização total da cidade, acabando com os cortiços, aterrando mangues, obrigando a vacinação e instalando iluminação pública a fim de transformar a Capital em “digna representante do padrão europeu de civilização” (TEIXEIRA, 2018, p. 24). Como observa Chalhoub (1995) “nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio já entrava no século das favelas” (p.17). Com o “fim” dos cortiços motivados pelas políticas de higienização, não houve preocupação com o destino das pessoas despejadas, famílias menos favorecidas e majoritariamente afro-descendentes, acabaram sendo empurradas para as regiões periféricas, especialmente os morros, processo este que dá origem às características favelas Cariocas (CHALHOUB, 1995; TEIXEIRA, 2018)

Enquanto o Rio de Janeiro passava por esse processo de “modernização” e pelas reformas sanitárias – realidade tal que implicava também no apagamento de determinados grupos étnicos/raciais que não estavam de acordo com o padrão branco-europeu – a Bahia sofria com a perda de seu posto enquanto centro político-administrativo do país e “berço do Brasil” durante mais de dois séculos. Era preciso (re)construir uma identidade sobre a Bahia, uma *baianidade*. A dissertação de Claudia Pereira Vasconcelos (2007) sob o título “Ser-tão Baiano: o lugar da sertanidade na configuração da identidade baiana” questiona, justamente, o discurso hegemônico sobre uma “baianidade” centrada em Salvador e seu Recôncavo e que se esquece do interior baiano e de seus sertões. Claudia Vasconcelos explica que desde o final do século XVIII, com o declínio econômico do estado, as elites locais buscaram resgatar o passado glorioso da Bahia através de sua capital Salvador que, também, foi durante muitos séculos a Capital Colonial do Brasil. Estes discursos centraram uma visibilidade e uma *dizibilidade* sobre a Bahia a partir de seu litoral, ignorando-se a multiplicidade cultural e identitária de outras partes do Estado, especialmente do sertão e do semiárido baiano.

Conforme a autora, existem muitas diferenças entre o litoral e o interior do estado, especialmente o sertão: “a culinária, a economia marítima e as festividades religiosas, as manifestações culturais não têm o mesmo significado, pois são diferentes as lógicas, as noções de tempo e de espaço e de certos valores de convivência” (p.23). Estas diferenças criam estereótipos de um litoral mais urbano e moderno e um interior mais rural e arcaico.

Neste sentido, quando Manoel diz “fui criado assim, em cima de um cavalo mexendo com criação” podemos ter uma pista de que o lugar de que ele está falando não pertence ao que seria, como descrito por Claudia, Salvador e seu recôncavo. Apesar disso, o lugar de que parte não necessariamente vivencia a mesma experiência de “dor e sofrimento” que Benedita enfrentou, especialmente por conta da seca. Conforme Manoel, em outro trecho da entrevista:

É, na Bahia estudava, eu quando eu criei, até a base de 14 anos, a vida era boa porque meu pai tinha criação, mexia com gado e tudo, mas aí quando deu uma base assim que ele mudou da d’onde eu nasci, que era mais o Sul da Bahia, que ele comprou cá pro lado de Vitória da Conquista, assim, pro lado do Oeste, ali já foi difícil porque ele invés de comprar... que ele era gerente de uma fazenda, essa dita fazenda era de uma madrinha dele. É que ele contava que o pai dele morreu e ele foi criado por uma madrinha dele e a madrinha dele morava em Vitória da Conquista e tinha essa fazenda. E ele foi criado ali, quando ele pegou um tamanho ele casou, fez o primeiro casamento dele, aí diz que essa madrinha dele deu essa fazenda pra ele tomar conta. Ser gerente dessa fazenda e tomar conta, aí ele foi tomar conta. Aí a primeira mulher dele morreu, ele contava, a primeira mulher dele morreu e aí ele ficou e aí essa, que é a minha mãe, morava dentro dessa dita fazenda, aí ele casou de novo e ficou tomando conta (...). Depois essa madrinha dele morreu e ficou os filhos, aí os filho deu de vender a fazenda e falou “não, vou vender a fazenda, vou lhe ajudar, arruma uma terra aí, compra que nós vamo lhe dar a força que puder pra tu comprar.” Ele tinha um monte de criação aí ele vendeu um bocado, e eles diz que ajudaram ele (...) e ele falava, invés de pender pro lado do sul pra comprar, pendeu mais pro lado, mais do norte da Bahia e comprou nesse lugar, mas um lugar, mas um lugar meio seco, difícil no fim ‘cabou, o que ele tinha ele perdeu tudo. Só ficou com a morada mesmo e aí criou, foi a d’onde que eu ainda ajudei muito, eu novo peguei e ainda ajudei ele a criar o resto dos filho. Eu tenho uma irmã que é a mais velha e eu sou o segundo, o resto tudo mais novo. Ajudamo a acabar de criar, trabalhando e era muito difícil porque o norte não é fácil. Aí ajudei criar e aí foi a d’onde eu casei. Aí ajudei a criar o resto da família trabalhando assim, por dia, em fábrica de farinha e mexendo às vezes com criação. (MANOEL, entrevista concedida para Laiza, Ubiratã, 2020).

Manoel teve ainda oportunidade de estudar e aprendeu a ler e escrever ainda jovem na Bahia, o pai dele chegou a ter algumas posses e eles viveram em uma região que não sofria tanto com a incidência de períodos de seca como Vitória da Conquista. É possível identificar em sua fala que as definições fronteiriças das quais ele se apropria partem muito mais do pertencimento à fazenda, às características climáticas dos lugares, daquilo que percorreu do

que necessariamente das definições geopolíticas e mais que isso, a caracterização desses lugares de que partem Manoel e Benedita se aproximam muito mais de uma ideia de Nordeste do que, necessariamente, de uma ideia de “baianidade”. Novamente, recorro ao trabalho de Claudia Vasconcelos para entendermos melhor isso. Assim como diversos discursos e imagens criaram o estereótipo do nordeste, especialmente pela mídia, arte e por seus intelectuais, algo parecido acontece com a Bahia. Ela explica que uma ideia de Bahia ou baianidade foi construída a partir de um discurso que colocou a Bahia como algo à parte, sendo lida no imaginário nacional e internacional como “a terra da felicidade, um lugar diferente, místico e sensual, um caso à parte do Nordeste e, mais ainda, um caso à parte do Brasil” (p.73). É importante ressaltar que, ao longo do século XX quando os discursos identitários estavam inflamados em todas as regiões e estados do Brasil, um discurso que se colocava como “diferente” dos demais, como “um caso à parte” foi recorrente em diversos outros estados e regiões – como é o caso do Paraná nas discussões sobre o *paranismo*, que veremos no segundo capítulo. Para além dessas questões do que foi de fato diferente ou não, cabe aqui compreender de que forma tais discursos sobre a *baianidade* se colocavam como diferentes e suas possíveis explicações.

No caso da Bahia, é interessante perceber que ela se projeta como singular, reunindo referências culturais plurais e como ressalta Claudia, conseguindo se afirmar de forma hegemônica e aproblemática. Contudo, essa narrativa retira outras particularidades e referências culturais de uma mesma Bahia, especialmente a Bahia do Semiárido, a Bahia dos sertões. Essa Bahia estaria mais próxima de uma narrativa estereotipada sobre o Nordeste – ou seja, a narrativa da seca, da miséria, da fome e da migração – do que a narrativa sobre o litoral e seu recôncavo, o que parece ser reafirmado na fala de Manoel quando ele ressalta as diferenças entre o lugar que ele nasceu (mais próximo ao litoral) e Vitória da Conquista que já se aproxima do semiárido nordestino. Nesse sentido, podemos “localizar” Benedita e Manoel a partir do sertão baiano, deste Semiárido que, aparentemente, tenta ser invisibilizado das narrativas identitárias sobre a Bahia, justamente por ser uma territorialidade e um pertencimento de grupos culturais que mais se assemelham com uma narrativa sobre o Nordeste. Como a própria autora ressalta, no geral, vende-se uma imagem de Bahia que vai da chapada diamantina, da região sul da Bahia e de outras regiões litorâneas, por isso, quando Manoel diz que seu pai deveria ter comprado terras ao sul da Bahia ao invés de comprar no norte, ele também está reproduzindo uma ideia de que o sul é mais próspero do que as regiões que sofreriam mais com a seca como o norte do estado.

E por que se assemelhar com as narrativas estereotipadas sobre o Nordeste é um problema? Como vimos anteriormente, os estereótipos criados entre o Nordeste e o Sul/Sudoeste do país colocam, basicamente, o Sul no lugar de modernidade e desenvolvimento e o Nordeste no lugar de atraso e miséria. Mais que isso, a narrativa que se funda sobre o Nordeste o identifica com o passado colonial que a Jovem República brasileira tenta superar. Desse modo, identificar-se com o Nordeste significa identificar-se com o atraso, mas este atraso não é só simbólico, ele também se projeta para questões mais práticas e econômicas como, por exemplo, a distribuição de recursos da união para os estados e regiões do país como analisaremos mais adiante. Além disso, não podemos nos esquecer que a Bahia foi durante mais de dois séculos o centro de poder do País e como ressalta Claudia “a Bahia jamais poderia se deixar ver meramente como mais um estado pobre que compõe a imagem do Nordeste” (p. 74), por isso, a importância de construir uma imagem de Bahia que protegesse, especialmente, o prestígio das antigas elites coloniais do estado.

Como mencionei no início deste capítulo, a trama narrativa de Benedita e Manoel é complexa e perpassa contextos históricos e disputas narrativas ainda mais complexas. As escolhas são necessárias, uma vez que é impossível alcançar e aprofundar a infinidade de temas e assuntos possíveis de serem analisados a partir de suas falas. Neste primeiro momento, localizei as discussões territoriais, simbólicas e identitárias sobre o Nordeste e a Bahia e também a abordagem da condição de migrante que é constante em suas narrativas. Dentro do conjunto de estereótipos sobre o Nordeste, que aparecem nas falas de Benedita e Manoel, a seca seja, talvez, o principal estereótipo, que fundamenta ou desencadeia muitos outros, por isso, penso ser importante um tópico que se dedique a analisar a situação da seca a partir de suas narrativas.

1.3 A relação entre o estigma da seca e a migração

O ato de migrar não é uma novidade na história da humanidade e tampouco é um fenômeno isolado no mundo. Pelo contrário, trata-se de um processo “ancestral”, quase instintivo, de buscar por espaços de sobrevivência, lugares que garantam minimamente a possibilidade de existir e perpetuar a existência. Contudo, na medida em que as relações sociais se complexificam, e a modernidade se estabelece, as migrações, sejam elas internas ou externas, ganharam novos significados. Questões referentes às disputas por identidade, às relações de poder, nacionalismos, fronteiras, luta de classes, racismo e xenofobia atravessam os processos migratórios, tornando o ato de migrar também um conceito que precisa ser refletido historicamente. Isso implica reconhecer que “nenhuma migração se assemelha a

outra” (SAYAD, 2000, p.50), por isso mesmo falamos de migrações, no plural. Como o próprio Sayad (2000) observa, as migrações internas brasileiras, especialmente entre o Nordeste e o Sul/Sudeste, em nada se assemelham as migrações estrangeiras o que, também, significa perceber que as diferenças entre regiões ou estados não são as mesmas diferenças entre nações.

Nas imagens que circulam sobre o Nordeste, a dos retirantes atingidos pela seca, é uma das principais. A seca é tida, na maioria das vezes e, especialmente ao longo do século XX, como o motivo para que estes retirantes partam de suas terras em busca de melhores condições. Contudo, é importante termos em mente que para além das imagens recorrentes sobre o processo migratório entre o Nordeste e o Sul, precisamos considerar cada migração em suas particularidades, seguindo a perspectiva de Abmalek de que nenhuma migração se assemelha a outra. Já mencionei aqui que não existem “lugares comuns” na experiência migratória de Benedita e Manoel que possam reduzi-los a estereótipos e vamos nos aprofundar nisso. Primeiramente, compreendendo melhor com qual tipo de migrante eles buscam se identificar – se é que estes tipos sejam capazes de alterar tal condição – e, com isso, entendendo de que modo a seca é acionada em suas narrativas.

No tópico anterior, na última fala transcrita de Manoel, ele abre caminho para um assunto que abordaremos melhor aqui: o trabalho. Ele diz que a vida dele foi “em cima de um cavalo, cuidando de criação”. Com essa pequena frase ele nos diz que trabalhou desde muito cedo no meio rural e diz isso com muito orgulho como se fosse uma parte muito importante de seu próprio ser, como se não se conhecesse de outra forma a não ser trabalhando com criação e lavoura. Por sua vez, Benedita também apresenta uma narrativa semelhante sobre si:

Aí com oito ano de idade eu comecei trabaiano assim numa fábrica de farinha, a troco da comida né. Como que era a minha vida? Eu carregava água d’uma ‘instância, era praticamente... que era até no sítio do pai dele [Manoel] né, então tinha que carregá aquela água pra dá pr’aquelas pessoas que trabaiaava e a gente ganhava a comida né... as veís aquela época era época de centavo, de vintém aquela coisa, ganhava aquela coisinha. Eu vinha com nove ano praticamente(...) com dez litro de água. ‘Cêis acho que não conheceu aqueles galãozinho de querosene vermelhinho... Eles [referência a mim e a à equipe de filmagem] não sabe, não é do tempo deles, eles não tem. Então ali, cortava aqueles galãozinho, ponhava um pauzinho neles assim, aí ‘cê vinha uma do lado outra do outro assim... Dez litro d’água eu trazia de cada vez. Mas isso era o dia inteirinho que Deus dava, quando era de noite assim eu tava que tava entregue, que a distância que eu trazia... que eu ia buscar essa água era como daqui na minha casa mais ou menos naquela placa [cerca de 5 Km] que tem ali em cima, ‘ceis passa olhando ‘ceis vê, o dia inteiro e uma subida pra ir e outra pra descer, mas aquilo ali a troco da comida praticamente, só pra comê né, pra gente... E naquela luta a gente foi,

foi naquela luta, naquela batalha, aí o povo pedia minha mãe pra dar a gente, pra poder maneirar mais que era nove né. Ela dizia que não dava, se tivesse de morrer de fome morria todo mundo ali né. (Benedita, entrevista concedida a Laiza. Ubiratã, 2020)

Em sua narrativa Benedita já demonstra que teve de lidar com a seca e a dificuldade em ter acesso à água desde muito cedo e, mais que isso, demonstra que desde muito cedo começou a trabalhar para ajudar na sobrevivência da família. Não posso deixar de ressaltar como Manoel e Benedita experimentaram diferentes “bahias” e diferentes “nordestes” nas primeiras décadas de suas vidas. Enquanto Manoel conseguiu ser alfabetizado, teve mais acessos por conta das posses de seu pai e menos contato com a seca por conta da região onde moravam, Benedita experimentou uma Bahia que parece corresponder a diversos estereótipos criados sobre o Nordeste. Partindo de tal perspectiva, podemos pensar que enfatizar o trabalho em suas narrativas possa vir da necessidade de negar, apagar ou ressignificar o estereótipo que se relaciona com o seu lugar de origem, ou seja, a ideia de que no Nordeste as pessoas seriam mais “preguiçosas” ou “vagarosas” no trabalho, especialmente na Bahia, justamente por ainda manter um ritmo de trabalho rural e colonial que em nada se assemelha com a perspectiva da modernidade industrial e urbana. Nesse sentido, insistir em demonstrar que desde muito cedo buscavam trabalhar é uma forma de enfatizar o seu valor em um mundo que só reconhece o valor das pessoas através do trabalho que realizam.

Além disso, não seria estranho considerar que a narrativa que eles buscam construir é a de “migrante-trabalhador” ou “migrante econômico” que, como define Bauman (2017), surge do “desejo demasiadamente humano de sair do solo estéril para um lugar onde a grama é verde” (p. 12) e, assim, esperam conseguir prosperar. Esse tipo de migração, para ele, existe desde o início da humanidade, porém, se acelera por conta da indústria moderna. Conforme mencionei no início deste capítulo, quando Benedita enfatiza os sofrimentos vividos na Bahia, não podemos deixar de considerar que dentre muitas outras razões para isso, está o fato de que ela precisa justificar o motivo de saída de seu local de origem. Ao mesmo tempo, ela precisa também justificar sua chegada em um novo local, uma vez que, de certa forma, o imigrante acaba sendo punido por estar presente em um lugar onde, teoricamente, ele não deveria estar ou, mais precisamente, ao qual ele não pertenceria. Sayad (2000) explica que, toda a presença estrangeira é tida como provisória e acaba sendo sempre subordinada a algum álibi ou justificativa, a mais comum delas é a do trabalho.

O trabalho acaba funcionando como justificativa para sair de seu lugar de origem e confortar os que ficaram, ao mesmo tempo em que funciona como um motivo para se fazer

presente em um lugar onde, teoricamente, o indivíduo migrante não pertence (SAYAD, 2000). Certamente, o trabalho não pode ser tomado apenas neste sentido de justificativa apontada por Sayad, mas é importante reconhecer que ele pode funcionar neste sentido e buscar identificar quando a questão do trabalho assume esta postura. Para este momento, o que nos interessa é perceber que o trabalho pode estar aparecendo como um elemento importante de suas narrativas justamente porque eles precisam “comprovar” que tiveram vidas dignas, que não foram ociosos e que, de certa forma, honraram os territórios em que passaram.

Em outro trecho da narrativa Benedita enfatiza:

E eu, toda vida eu fui assim, eu medo de serviço eu não tinha! Eu trabalhava o dia todinho que nem eu ‘tô contando pra vocês nessa vida, quando chegava de tarde, eu fui crescendo, fui crescendo, chegava de tarde assim, de noite, parava o meu serviço, chegava num canto assim tinha um serviço pra fazer, um terreiro pra barrêr, uma casa pra limpar... que não era casa pra limpar que naquela época não existia esse negócio de limpar casa, elas era passada barro que chama, a gente fazia aquilo, de joelho, passando aquele barro, misturava a bosta de boi com cinza... cinza, bosta de boi e pegava um pouquinho daquela terra e aí ‘cê fazia que nem faz encerando, de joelho passando. E as mulher falava ‘ah, eu te dou cinquenta... um centavo pra tu fazer isso aqui pra mim’, ah, mas já era quase de noite, cansada que eu tava eu ganhava aquele real, falava ‘eu faço!’. E de joelho, menina! Ajoelhada passando aquilo ali e fazia aquilo, deixava tudo no jeitinho e ganhava aquele dinheirinho. Final de semana do mesmo jeito, onde aparecia eu tava indo pra ganhar aquele dinheiro... (Benedita, entrevista concedida para Laiza, Ubiratã, 2020).

Neste trecho Benedita não só enfatiza a perspectiva do trabalho, enfatiza que não tinha medo do trabalho como também apresenta modos de viver do interior baiano e os tipos de trabalho que geravam algum dinheiro para além das trocas de mercadorias que, também, eram muito comuns. Outro destaque importante nesse momento, é o fato de que por mais que a vida na Bahia fosse difícil, havia formas de sobrevivência e adaptação naquele espaço, inclusive, havia trabalho. Por qual razão então, Benedita e Manoel migram? Quando a migração surge enquanto possibilidade para ambos? Para Manoel e Benedita, era sabido que havia o movimento de pessoas entre o Nordeste e o Sul do País, conforme Manoel relata “daqui [do Paraná] eles não achava gente [para o trabalho na terra] foi buscar tudo no Norte” (MANOEL, Ubiratã. Entrevista concedida para Laiza, 2020). Contudo, por mais que soubesse da possibilidade de deslocamento, ele só se tornou real a partir de uma circunstância específica que parece ser marcante para Manoel, não só por ele pontuá-la como fator determinante para o seu deslocamento como, também, por repetir esse fato diversas vezes em sua fala:

Casei, tava mexendo, tava construindo uma casa, aquilo pegou um temporal de chuva lá, quase num chovia, era chuva assim... A casa já tava bem só no ponto de pôr telha, veio aquele temporal e desabou aquela casa, era assim numa terrinha que meu pai tinha. Ai, 'pareceu esse hôme lá, era conhecido, tinha muitos ano que ele tinha vindo pro Paraná, solteiro. Ai ele apareceu lá, procurando gente pra pode trazer pro Paraná. Parece que tinha uma fazenda muito boa e tava arrendano terra pra prantar algodão. Aquilo enfurecemo de vir pro Paraná. (MANOEL, entrevista concedida para Laiza, Ubiratã, 2020).

Manoel não foi o primeiro de sua família a migrar para o Paraná, porém, entre o momento que seu familiar migrou para o Paraná e a circunstância em que sua casa desaba, ele não teve a oportunidade de rever o seu familiar para saber o que poderia vir a encontrar no Paraná. Ainda assim, Manoel e Benedita decidem partir juntos para o Paraná no momento em que esta pessoa, não totalmente conhecida, apresenta este lugar que parece ser a melhor opção para se viver. Sem parâmetros do que poderia ser este processo, Manoel decide arriscar, acreditando que poderia voltar a qualquer momento. O retorno de fato não ocorreu, pelo contrário, outras experiências migratórias entre os familiares se seguiram, vindos para o Paraná e para São Paulo. É particularmente interessante notar como Benedita narra esse aspecto:

Graças a Deus todas as seis[irmãs] casemo, com a graça de Deus. Ela [a mãe de Benedita] fez ainda os casamento de todo mundo [...] Aí a minha irmã, Terezinha, veio embora aqui pra São Paulo, vei novinha [...] vei com 12 ano. Mas a bicha, toda a vida ela foi uma menina muito estudiosa, o negócio dela era costura né. Lá [na Bahia] ela já mexia só com costura desde com 11 anos de idade que ela já costurava, já vendia aquelas coisinha pá pessoa né, pagava o que ela fazia [...] camisa de hôme, vestido, tudo, na máquina da minha vó, dessas maquininha de mão. [...] E aí ela veio pra São Paulo com 11 ano de idade com a minha irmã, e aí começou trabaiano, trabaiano, comprou uma máquina e com isso aí ela foi inô e acho que com um ano e pouco, aí alugaro uma casinha e foi busca minha mãe. [Foi] quando Deus abençoou que ela descansou mais coitada de tanto... né. Que ela viveu com ela [Teresinha] até quando morreu, minha mãe, aí Teresinha buscou ela e foi quando ela parou de sofrê tanto [...] não tinha aposentadoria, não tinha nada. (BENEDITA. Entrevista cedida para Laiza, Ubiratã, 2020).

Nesse sentido, a experiência migratória parece trazer uma dupla fragmentação, experimentada em momentos distintos do processo migratório, o primeiro de deixar os familiares e o seu local de origem e, por sua vez, assistir aos seus familiares migrando, mas não ao encontro deles e sim, para outras localidades, principalmente, para São Paulo. Essa fragmentação pode, inclusive, impactar o olhar ou as relações que tanto Benedita, quanto Manoel, estabelecem com seu local de origem, com a terra de onde partiram, especialmente se

compreendemos que o território é, principalmente, construído simbolicamente, a partir dos laços que estabelecemos naquele lugar e da construção subjetiva daquele espaço como já mencionamos no tópico anterior. Se as principais referências afetivas de Benedita e Manoel deixam aquele espaço, o que se torna a Bahia que eles conheciam? E mais que isso, como fica a perspectiva de retorno? Já que estamos lidando aqui com o sentimento constante de ser um migrante.

Se o discurso da modernidade durante o século XX, como já discutiu-se, traz um forte nacionalismo e a tentativa em demarcar fronteiras espaciais e identitárias, a pós-modernidade e a globalização do século seguinte trouxeram a liquidez⁹, fluidez¹⁰ e a instabilidade destas fronteiras com a rápida circulação de informação, de capital de negócios e a mobilidade de pessoas de diversas áreas do globo, que passam a migrar intensamente, flexibilizando as fronteiras nacionais e proporcionando uma integração em escala global próprias da globalização (HEYMANN, 2006). Mazzadra trabalha com a ideia de “multiplicidade de fronteiras” e explica que,

Isso significa para nós que os múltiplos elementos (jurídicos e culturais, sociais e econômicos, simbólicos e linguísticos) constitutivos do conceito e da instituição da fronteira tendem hoje, frequentemente, a se desenvolver em direções diferentes, sem que a linha magnética por muito tempo representada pela tradicional fronteira geopolítica seja ainda capaz de garantir e articular sua consistência unitária (MAZZADRA, 2015, p. 19-20)

Nesse sentido, novas fronteiras são estabelecidas dentro das fronteiras tradicionais, complexificando ainda mais as relações sociais e espaciais. Este processo é acentuado pelas migrações que, de certo modo, cumprem, também, a função de instabilizar estas fronteiras, entendidas aqui não como uma “coisa” (por exemplo, um muro, uma cerca ou uma ponte) mas sim, [...] como, instituições sociais complexas, marcadas por tensões, que se desenvolvem entre práticas de ‘fortalecimento’ e práticas de ‘atravessamento’” (MAZZADRA, 2015, p. 20). Desse modo, compreender o processo migratório que trouxe milhões de nordestinos para o Sul e Sudeste, implica também discutir a fluidez destas fronteiras estabelecidas ou que tentaram ser estabelecidas, entre o Norte/Nordeste e entre o Sul/Sudeste.

Já mencionei sobre a fluidez destas fronteiras quando abordei a *baianidade*, porém agora, é interessante notar outra faceta dessa perspectiva fronteiriça, atrelada a ideia de migração. Nesse caso, a fluidez destas fronteiras também pode ser vista como uma forma de

⁹ Conceito utilizado por Bauman para refletir sobre a identidade no contexto de pós-modernidade e globalização.

¹⁰ Noção trazido por Stuart Hall, também refletindo sobre a identidade na pós-modernidade e globalização.

legitimar o processo migratório, percebendo a terra para além das fronteiras geopolíticas estabelecidas, como se a terra e o espaço fossem da humanidade e, portanto, todos pudessem circular livremente por ela. Essa visão aparece, principalmente, naquilo que Mazzadra (2015) chama de “direito de fuga”. Para ele, é difícil estabelecer quando uma migração é “forçada” e quando uma migração é “voluntária”, uma vez que, “raramente uma migração é voluntária ou livre” (p.13), isto é, uma série de tensões, conflitos e forças estruturais podem agir na decisão de um indivíduo em migrar ou “fugir” daquele ambiente que não lhe fornece a qualidade ou os recursos para sua existência.

Um exemplo disso é o dos retirantes que “fogem” da seca. Estes migrantes não estão fugindo apenas da seca e da agressividade do ambiente, eles estão migrando como uma forma de contestar as relações de poder que perpetuam e negligenciam aqueles espaços e aquelas pessoas. A complexidade deste processo fica mais evidente não apenas nas razões e no processo que empurra estes contingentes para o Sul e Sudeste, mas sobretudo, no momento em que estes territórios que foram historicamente construídos como opostos, metaforicamente “se encontram” através do movimento migratório. Quando, finalmente, estas fronteiras são diluídas com a chegada – e muitas vezes estabelecimento – desse “corpo estranho” que é o Nordeste. Conforme Albuquerque (2016), por mais que as regiões Nordeste e Sul façam parte de uma mesma nação, isso não garante homogeneidade ou reconhecimento automático do “outro”, uma vez que, casos de Xenofobia – medo e rejeição ao estrangeiro – nascem também do medo e rejeição à misturas raciais e mestiçagens culturais, ou seja, por mais que Nordeste e Sul pertençam a uma mesma nação, existem particularidades culturais entre essas duas regiões que indicam o “não pertencimento” de um território a outro: por mais que falem a mesma língua possuem sotaques distintos, costumes e tradições. E todas estas “diferenças”, de certa forma, denunciam a condição de estrangeiro, de migrante.

Vamos compreender melhor agora como a seca atua tanto para a institucionalização do Nordeste como, também, para este movimento migratório. Conforme Stuart Hall (2014), a identidade só se torna uma questão quando está em crise, isto é, quando algo que está posto, fixo, é deslocado e colocado em dúvida. Nesse sentido, podemos considerar que a situação da seca é um importante fator instabilizador da construção identitária da região Sul – que se pretendia hegemônica – por deslocar os “tipos humanos Nordestinos” em intensos movimentos migratórios para a região ao longo do século XX. A situação da seca começa a ser enfrentada institucionalmente com a criação da Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS) em 1909, já com um recorte evidente da região atingida pela seca (Figura 4), ainda no governo de Nilo Peçanha (1906-1910). Mais tarde, em 1919, é criada a Inspetoria Federal de

Obras Contra a Seca (IFOCS), ainda no governo de Delfim Moreira. Quando o paraibano Epitácio da Silva Pessoa (1919-1922) assume a presidência da república, o programa federal para lidar com as questões da seca é ampliado, tendo ele a partir de então como foco resolver não exclusivamente questões relacionadas à seca, mas, também, a outras situações adversas, como a da fome e das negligências políticas e institucionais que ocorriam na região, que passa a ser chamada de Nordeste (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011; BERNARDES, 2007).

Figura 4: Semiárido Nordestino



FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018. (Adaptado pela Autora).

Esse movimento colocou o enfrentamento da seca como questão institucional e fez com que começassem a despontar posições antagônicas sobre como resolvê-la. Dentre as muitas reflexões, uma em especial, apontada por Bernardes (2007), defendia que os recursos públicos deixassem de ser enviados para o semiárido e agreste – ou fossem reduzidos minimamente – resguardando estes recursos para as regiões economicamente dinâmicas, neste caso para a infraestrutura do Sul e Sudeste. Esta mesma perspectiva, acreditava haver uma solução simples e barata para a questão da seca, que seria “a transferência de milhões de

nordestinos para o Sul/Sudeste, onde encontrariam trabalho seguro e, naturalmente, seriam integrados ao complexo produtivo da grande lavoura cafeeira” (BERNARDES, 2007, p. 63). Dessa forma, convencionou-se, especialmente na literatura e nas artes que retratavam o “flagelo” do retirante, como na obra de Candido Portinari, atribuir à seca a razão pela qual milhares de homens e mulheres decidiam migrar para o Sul/Sudeste em busca de melhores possibilidades de vida.

Esse processo também exigiu que fosse delimitado o território afetado pela seca, dando-se o nome de Nordeste a parte do território do Norte que estava sujeita às estiagens prolongadas. Assim, o Nordeste surge como “filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011; p. 81). Contudo, por mais que a seca tenha sido considerada um dos motivos que mais “empurrou” a população nordestina para o Sul e Sudeste, ela não pode ser tida como o único fator explicativo para o movimento migratório entre o Nordeste e o Sul/Sudeste. Conforme sugere a obra de Beiruti e Aguiar (2008), o histórico movimento migratório que acompanhou homens e mulheres do Semiárido nordestino até o Sul do país, especialmente a partir de 1930, pode ser visto não apenas como uma fuga das condições naturais hostis, mas, também, como uma alternativa para fugir dos abandonos políticos e econômicos locais que eram intensificados nos períodos de estiagem, ou, como os autores enfatizam, “migrar seria em última instância, dizer não à situação em que se vivia, não conformar-se a ela, resgatando sonhos e esperanças de uma vida melhor ou mesmo diferente” (p. 18). Desse modo, ainda que a caatinga apresentasse fortes contrastes econômicos e sociais, estes fatores não estariam ligados necessariamente às condições naturais da região, uma vez que sua população criava formas de conviver com aquele ambiente, aparentemente, hostil (BEIRUTI; AGUIAR, 2008). Dentre estas formas alternativas, a principal delas era a de conhecer a dinâmica daquele espaço e encontrar recursos para subverter as intempéries impostas pelo ambiente.

Mesmo diante de dificuldades, havia práticas para conviver com elas, como explica Benedita:

Água? Pior que ‘cê tinha que passar sofrimento além da fome ‘cê tinha que passar sofrimento de água também. Porque ali era o seguinte, tendo oito ano, dez ano por aí, todo mundo já ia buscar sua água pra beber... Quantas ‘veis nós saia pra ir pegar água, chegava meus irmãozinho pequeno tava chorando de sede porque tinha que ir todo mundo, quem tinha um animal, ia com aquele animal, botava aquelas, ‘cêis não sabe o que que é, botava aqueles carote né, ‘cêis não sabe o que que é. Então, botava dois d’um lado,

dois do outro são quatro e eles ia com aquilo ali. Nós tinha um jumentinho né nós coisava com ele também pra ajudar porque nós era em dez pessoa em casa, meu deus! Aquela água pra buscar pra tomar banho, pra beber, pra cozinhar né... pra tudo! Aí ia todo mundo pra pegar essa água. Trazia. Duas viagens a gente dava no dia... água 'cê num tinha o direito de jogar ela nem um pinguinho fora, 'cê tinha que beber, pegar a continha de beber e pronto. O banho era tomado, pegava aqueles tambor, pnhava pra esquentar, pnhava pendurado num baldão assim né, que ele tinha tipo um chuveirinho em baixo pra ali a gente tomar aquele banho... aquela medidinha, era aquela água medidinha. (BENEDITA, entrevista concedida para Laiza, Ubiratã, 2020).

Apesar das dificuldades, haviam práticas cotidianas para conviver com elas. Porém, é possível notar, pelas poucas reservas de água ou poços em que pudessem abastecer-se e por conta de toda a precariedade em que viviam, que os ideais de modernidade e civilidade que permeavam o século XX pareciam passar muito longe das paragens em que Benedita se encontrava, lá no interior da Bahia. Esse fato evidencia um abandono, que é institucional, político e, em grande medida, reforçado pelas políticas das elites locais, especialmente, as políticas relacionadas à seca. Conforme Beiruti e Aguiar (2008), as elites locais e seus representantes no Parlamento, utilizavam-se da retórica da seca para sensibilizar e atrair recursos para a região Nordeste, especificamente, para reforçarem o seu próprio poder político e econômico, utilizando-se da imagem da seca e de seus “flagelados” para explorar economicamente a miséria e o sofrimento decorrente desse fenômeno.

Dentre as dificuldades trazidas pela negligência institucional no combate aos efeitos da seca, a que mais se acentuava durante as estiagens era a fome, que provocava não só as migrações em massa, mas também, saques e invasões à regiões abastecidas. Estes saques e invasões eram motivados não só pela fome e desespero de agricultores e desempregados, mas podem ser lidos como uma forma de resposta, de manifestação de seus descontentamentos com a corrupção e o descaso de seus governantes (BURITI; AGUIAR, 2008). É interessante notar as práticas que existiam também para subverter ou amenizar a fome, como no primeiro trecho da entrevista de Benedita trazido no tópico anterior, em que ela explica como a mãe fazia para alimentar os nove filhos. Vale ressaltar que por mais que essas informações, tanto em relação a fome, quanto em relação a seca, trazidas principalmente por Benedita, possam funcionar para atender à um estereótipo sobre o Nordeste, isso não significam que não sejam “reais” ou menos doloridas quanto parecem.

Além disso, estas formas de sobreviver à fome não anulam a gravidade de se viver a fome. Tampouco tornam menos importante que as elites locais e governos Estaduais ou Federais, assumam medidas para contornar estes quadros. A negligência institucional pode ser

percebida, inclusive, na tentativa de se abandonar estes territórios e deslocar a população para o Sul/Sudeste, para a região Amazônica e, também, para o litoral nordestino. Especialmente o Sul/Sudeste é construído como “El dourado místico”, lugar onde encontrariam prosperidade. Superar a seca seria uma forma de modernizar aquela região, especialmente porque a seca era o símbolo de todos os problemas socioeconômicos da região, “como miséria aguda, doenças ou epidemias, fome, analfabetismo, enorme migração, choro, desespero, etc.” (BEIRUTI; AGUIAR, 2008, p. 23). Dessa forma, Durval Muniz entende que o Nordeste é gestado a partir de práticas que configuram o espaço da região como: “1) *o combate à seca*; 2) *O combate violento ao messianismo e ao cangaço*; 3) *os conchavos políticos das elites políticas para a manutenção de privilégios*” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 88, grifos do autor).

Esse cenário “empurra” as populações nordestinas para outras regiões do país em busca de sobrevivência. É importante observar que, por mais que atualmente não se veja estampado nos jornais movimentos de migração em massa do Nordeste para o Sul/Sudeste, o período em que Benedita e Manoel migram, é um período de migrações em massa. A escolha pelo Sul/Sudeste acaba sendo a mais recorrente, especialmente por conta da ideia que se disseminava sobre a região, como símbolo de prosperidade e modernidade, da qual discutiremos melhor no capítulo seguinte. Conforme Beiruti e Aguiar (2008) na década de 1960, cerca de 58% de nordestinos migraram do meio rural para outras regiões do Brasil, especialmente para as metrópoles do Sudeste, o que indica um alto número de migrantes escolhendo o Sul/Sudeste como destino. Estas pessoas chegavam nas mais diversas condições e, também, com as mais diversas promessas.

Vale ressaltar ainda que, por mais que a seca, agravada pelo abandono institucional, tenha sido um dos grandes motivos para que estes retirantes manifestassem o desejo de sair de suas terras, o Sul/Sudeste também apresentava razões para querer – em alguma medida e para objetivos específicos – a presença destes migrantes. A expansão do café exigia maior mão de obra, o que pode nos ajudar a entender as campanhas de incentivo à migração nortista. Todavia, o Sul/Sudeste configurava sua identidade em oposição a tudo que o Norte/Nordeste representavam e as imigrações estrangeiras eram tidas como o componente de formação étnica/racial da maioria dos estados do Sul. Como compreender esse aparente incentivo para que nordestinos se deslocassem para as lavouras de café sulistas? O nordestino migrante, flagelado pela seca – entendendo a seca dentro de todas as significâncias que já mencionamos neste tópico – não seria um “corpo estranho” nesse ambiente de prosperidade, progresso, modernidade e embranquecimento? Continuo estas questões no próximo Capítulo.

CAPÍTULO 2

PARANÁ: O PROVISÓRIO QUE DUROU UMA VIDA

*Em cada esquina que eu passava
Um guarda me parava, pedia os meus documentos e depois
Sorria, examinando o três-por-quatro da fotografia
E estranhando o nome do lugar de onde eu vinha.
Pois o que pesa no norte, pela lei da gravidade
Disso Newton já sabia! Cai no sul grande cidade
Belchior*

Escuto essa música do Belchior desde que tinha uns 12 ou 13 anos. Todas as vezes que a escuto me lembro da história de meus avós. Uma das coisas das quais me dei conta durante a trajetória desta pesquisa é que, essencialmente, venho de uma família de migrantes. E o que isso significa? Acredito que se pensamos que a condição de migrante se arrasta por toda a vida, já que, como vimos com Sayad (2000), esta é uma condição constante para aqueles migrantes que não retornam para seus locais de origem, então podemos considerar que essa situação de migração se arrasta ou se projeta também, em alguma medida, para os familiares que, apesar de não terem migrado, convivem com a condição constante de migração de seus pais e/ou avós. Nesse sentido, quando escuto esta canção do Belchior e percebo, em alguma medida, a história de meus avós representada – e parte da minha própria história como sua neta – é porque, de certa forma, essa condição de “não pertencimento” ao Paraná ou de provisoriedade é permanente – não é só para meus avós, mas, se projeta também em mim – ainda que meus avós tenham construído toda uma vida aqui há 60 anos.

De acordo com Amado (1995), uma das características da memória é a capacidade de associar vivências individuais e coletivas com vivências não experimentadas diretamente pelos indivíduos, neste caso, podemos nos apropriar de vivências antigas, de grupos ou indivíduos e até de nossos antepassados que não foram diretamente sentidas e vividas por nós. É por isso que quando escuto esta música do Belchior sinto algo de semelhante, de *quase* vivido por mim, como parte de minha própria história ainda que em minha certidão de nascimento diga que nasci no Paraná, precisamente no município de Ubitatã, em 1997. É impossível que esta pesquisa não me faça questionar o “meu lugar”, as minhas afinidades, referências, pertencimentos, motivações, propósitos, a minha própria identificação; é também

a partir destes pontos que lanço as questões para os excertos das falas de Benedita e Manoel transcritas e analisadas aqui.

Nesse sentido, este capítulo objetiva aprofundar-se naquilo que Benedita e Manoel encontram no Sul, problematizando principalmente estas noções de pertencimento e provisoriedade. O que proponho aqui é perceber de que forma se dá a inserção de Benedita e Manoel no território paranaense, a partir de suas falas e aprofundando as discussões sobre Paraná e Sul, nesse jogo de construções identitárias e pertencimentos que atravessam suas narrativas. Pretendo, sobretudo, perceber as nuances desse “ser-migrante”: em que medida Benedita e Manoel se veem pertencentes a este território em que se fixaram há 60 anos ou em que medida a constante lembrança de que são migrantes os impede de “pertencer” de fato a este espaço? Antes dos subtítulos, começo a apresentação deste capítulo com algumas considerações históricas acerca da migração no Brasil, a fim de perceber como o país historicamente lidou com os diferentes “tipos” migratórios e, para isso, me aprofundarei, como o prometido, na discussão sobre xenofobia.

Trata-se do termo utilizado para designar as discriminações e violências direcionadas a estrangeiros na condição de migrantes e, também, podemos considerá-la como um dos principais elementos que fazem com que a condição de migrante não seja esquecida pelos próprios migrantes. A partir da análise de diversas situações xenófobas em contextos migratórios distintos, Durval (2016) apresenta como este conceito pode ser complexo, não resumindo-se apenas ao medo ou rejeição ao estrangeiro mas, sobretudo, manifestando-se no medo de misturas raciais e culturais – como já mencionei no capítulo anterior – e para identificá-lo e compreendê-lo é preciso analisar cada situação migratória específica, uma vez que, nenhum fenômeno migratório se assemelha ao outro e, portanto, cada sentido de xenofobia (o que é aceitável ou não em cada migrante) se altera a partir de cada contexto migratório. Para compreendermos melhor esse funcionamento, vamos refletir sobre como o Brasil vem, historicamente, encarando a migração.

Já apontei nos parágrafos anteriores questões que correspondem especificamente às motivações para que Nordestinos migrem, e antes de retomarmos ao episódio que fez com que Benedita e Manoel saíssem de Vitória da Conquista e na sequência tratar de suas memórias do Paraná, considero de extrema valia fazer aqui um balanço a respeito das migrações em massa que aconteceram no Brasil nos idos do Século XX – especialmente entre as décadas de 1930 a 1960 – a partir da perspectiva “sulista”. Retomando alguns elementos já discutidos anteriormente, ressalto o fato do século XX ter sido marcado por discursos identitários, que tentavam definir uma identidade para a nação e para seus estados e regiões. Nesse cenário, o

Brasil republicano estava sendo construído, fazia poucas décadas que a escravidão havia sido abolida, porém, não havia um plano de inserção daquele contingente populacional de ex-escravizados na sociedade. Os principais discursos para a formação de identidades eram ora naturalistas, ora econômicos – ressaltando as qualidades dos territórios com maior potencial para desenvolvimento econômico, como era o caso, especialmente, do Sul e Sudoeste – e, ora eram, também, raciais. Neste sentido, é importante entendermos como a presença do migrante no Brasil é analisada de maneira ambígua e complexa. De um lado ela pode ser tida como uma ameaça, “pois pode levar à perda daquilo que foi construído como a forma de ser da pessoa ou do grupo que vive em um dado espaço” Hall (2010, p. 420). Por outro, em alguns casos a migração é bem-vinda para o tipo de identidade que se pretende construir, como no caso das políticas *eugenistas* no Brasil – desde o final do século XIX e que se acentuam no século XX – que incentivavam a migração branca e europeia a fim de embranquecer e “civilizar” a população brasileira.

O plano de construir uma identidade para o Brasil Republicano resultou em transformações demográficas. Junto com as políticas de higienização, que tinham como seu maior exemplo o Rio de Janeiro, começaram a chegar ao Brasil os discursos *eugenistas*. Francis Galton (1822-1911), a partir das formulações do Darwinismo Social, funda em 1883 o princípio da *eugenia*, que previa a liberdade do Estado de formar uma espécie de “elite genética” – composta por “arianos” – por meio do controle científico da procriação. Assim, aqueles supostamente menos evoluídos na escala evolutiva social, seriam eliminados ou desencorajados a procriar, como é o caso, especialmente, de pretos, pretas e indígenas que fugiam ao padrão estético “branco-europeu” (BOLSANELLO, 1996). A comunidade preta, africana e afro-descendente, foi a principal afetada pelas teorias *eugenistas*, porém, os discursos *eugenistas*, como nos lembra Bolsanello (1996), não tinham como foco exclusivo os escravizados ou ex-escravizados. Pelo contrário, por envolver diversas áreas do saber (antropólogos, etnólogos, sociólogos, geneticistas e psicólogos) – todos com o propósito de provar a existência de superioridade e inferioridade entre as raças – eram incluídos nas políticas de “limpeza” *eugenistas* pessoas que apresentassem qualquer tipo de “anormalidade” comportamental e/ou intelectual – indivíduos que estivessem abaixo do QI ou que apresentassem qualquer desvio de conduta e até mesmo doenças psicológicas – no Brasil, o maior exemplo das políticas *eugenistas* nesse sentido foi o chamado Holocausto Brasileiro¹¹.

¹¹ Trata-se do Hospital Colônia, fundado em 1903, localizado em Barbacena (Minas Gerais), responsável pela morte de cerca de 60 mil pacientes internados como loucos, quando em muitos casos tratava-se de mulheres que acabavam engravidando antes do casamento, crianças rejeitadas e toda a sorte de pessoas que de alguma maneira

Em nome da eugenia, milhares de indivíduos foram esterilizados nos Estados Unidos e na Europa. No Brasil, tivemos o incentivo à miscigenação a fim de “limpar” geneticamente as futuras gerações. Contudo, para que houvesse a miscigenação, e também para elevar o nível civilizatório da jovem República, era preciso atrair imigrantes europeus. Desse modo, o Estado cria mecanismos para fazer com que estes emigrantes venham até o Brasil, adquiram terras, trabalhem, produzam e decidam permanecer para efetivar os planos civilizatórios e *eugenistas*. No Paraná, em 1855¹² foi criada a Lei número 29 de 21 de março, que autoriza o governo a promover a emigração de estrangeiros. Essa lei previa que o governo do Paraná poderia “despender anualmente até a quantia de 10.000\$000, além de reembolso, dos avanços que fizer para passagem e alimento dos emigrantes, segundo contratos que realizar” (PARANÁ. 1855, p.18. Arquivo Público do Paraná). Nesse sentido, o governo do Paraná incentivava a vinda de estrangeiros, inclusive, arcando com custos de passagem e alimentação. Ainda, a lei determinava algumas garantias de proteção a estes emigrantes, o artigo quarto prevê que caso os emigrantes que escolhessem a agricultura, não pudessem adquirir a posse da terra, seriam distribuídos pelos lavradores “principalmente os de café, chá e trigo, que se obrigarem a pagar por prestações, dentro de três anos e sem juros algum, as despesas que com elle houver feito o governo, do que prestarão fiança idônea” (PARANÁ. 1855, p.19. Arquivo Público do Paraná) e finalizava no artigo quinto determinando que o governo garantiria que os ajustes feitos com os lavradores “de modo algum” (p. 19) afetaria “os interesses dos colonos” (p. 19). Estes emigrados também chegavam por aqui com o objetivo de trabalhar, seja na terra ou na indústria que começava timidamente a despontar no país.

Além disso, é particularmente interessante observar que no caso paranaense não só a Lei contribui para atrair um tipo específico de migrante – que funcionaria como civilizador – como também buscou-se construir uma narrativa para atrelar esse processo migratório à identidade e memória do estado, por meio daquilo que ficou conhecido como *Paranismo*. Me aprofundarei nas discussões sobre o *Paranismo* no último tópico deste capítulo, por ora,

fugiam ao que era considerado socialmente aceito naquela época. Nas palavras de Medrado e Souza (2021, p.165) “O Hospital Colônia foi uma lucrativa máquina de matar loucos”. O caso do Hospital Psiquiátrico ficou amplamente conhecido a partir do trabalho da Jornalista Daniela Arbex que publicou em 2013 o livro “Holocausto Brasileiro”, em referência a forma com que as pessoas eram mantidas e tratadas no hospital.

¹² É importante destacar que a Lei de Terras de 1850 já vigorava e influenciou diretamente nas políticas das empresas colonizadoras nos estados e, também, em suas políticas sobre migração. Trata-se de uma lei que apresentava os parâmetros para posse de terra e dentre as principais mudanças propostas por ela estava a determinação de que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (BRASIL, Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850 – Artº 01. Arquivo público), tornando, assim, a terra uma mercadoria.

interessa notar que os intelectuais do *Paranismo* buscaram forjar uma identidade para o “homem paranaense” e ao fazerem isso contribuíram para cristalizar uma ideia de “*Vazio demográfico*”: De um lado Alfredo Romário Martins, ao caracterizar as regiões do estado de acordo com suas especificidades ambientais e populacionais, preocupou-se em enfatizar as regiões “desocupadas” ou não colonizadas do território paranaense e negou a presença dos povos nativos, posseiros e sertanejos que já habitavam a região. De outro lado Wilson Martins, na tentativa de definir a identidade do “homem paranaense”, preocupou-se em defender a ideia de um território despovoado que deveria ser progressivamente preenchido por “pedaços de outras civilizações” (MOTA, 2008, p.42). Assim, enquanto o Brasil se caracterizaria por um povoamento indígena, português e africano, o Paraná teria tido um povoamento representado por ucranianos, poloneses, alemães, italianos, e o número de indígenas e africanos no estado teria sido pouco expressivo, quase inexistente (MOTA, 2008, p.42).

No entanto, como aponta Durval (2016), não é porque existiu e em certa medida ainda exista no Brasil esse discurso de que o estrangeiro é “sempre visto positivamente” e considerado muitas vezes “melhor ou superior ao brasileiro” que isso se aplicaria a todos os tipos de migrantes, de todas as partes do mundo. A análise da eugenia, aliada ao racismo, nos ajuda a entender isso, porém, esta não é a única direção interpretativa se quisermos olhar mais atentamente para a relação histórica que estabelecemos com as migrações. Para Durval, precisamos compreender que no Brasil a “imigração pode ser vista como positiva ou negativa conforme suas características e daqueles que com ela entram no país” (p. 107), por isso, em geral, o *estrangeiro* é aquele que entrou legalmente no país, normalmente branco e pertencente a classe média, enquanto o *imigrante* possui uma imagem ambígua e influem em sua recepção sua origem étnica, social e nacional. Ainda, soma-se a isso a Xenofobia, que deve ser percebida na forma com que classificamos e hierarquizamos o “outro” em nossa sociedade e, sobretudo, como o rejeitamos. Afinal, de que maneira somos xenófobos?

Apesar do discurso de cordialidade, que foi historicamente construído para nos fazer crer que as constantes migrações e miscigenações “amoleceram nossos corações”; sabemos que, de fato, nossos corações nunca foram tão “moles” assim. Em termos gerais, a xenofobia está atrelada a migrações – por isso ela precisa ser compreendida a partir das particularidades de cada migração específica – e, sobretudo, ela está na relação com o outro. Mesmo grupos que historicamente foram socialmente marginalizados, ou alvos de atitudes xenófobas, como no caso dos nordestinos, podem vir a assumir uma postura xenófoba quando dentro de seus territórios se depararem com “outro que possa ser considerado inferior ou menos humano que

eles” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2016, p. 105). De acordo com Barreto (2015, apud ALBUQUERQUE JUNIOR, 2016, p. 106), brasileiros fazem uma profunda diferenciação e hierarquizam refugiados, imigrantes e estrangeiros. Em geral os grupos que são mais hostilizados – e que, portanto, são alvos constantes de atitudes xenófobas – são os refugiados e imigrantes pobres e, pelo fato da xenofobia no Brasil não estar particularmente relacionada a estrangeiros de outra nação, as migrações internas brasileiras também são afetadas por tais classificações e hierarquizações como temos acompanhado no caso dos nordestinos e “sulistas” onde tais relações são extremamente sensíveis.

Perceber a xenofobia pode não ser uma tarefa óbvia, especialmente quando se trata de construções sociais históricas em que sucessivamente tipos migratórios foram marginalizados. Mencionei na introdução desta dissertação que quando estive no Museu Paranaense, local em que se espera contar a história do Paraná, não encontrei qualquer menção a migrações nordestinas, seja de cearenses, pernambucanos, baianos ou de qualquer outro Estado do Nordeste, expostas pelas galerias do Museu. Ainda assim, quando expus minha pesquisa, em 2019, na ocasião da 13ª Primavera dos Museus – em frente ao Museu Municipal de Campo Mourão – atividade na qual os transeuntes tinham a oportunidade de participar da exposição, muitos compartilharam comigo as histórias de seus avós, bisavós, tios ou irmãos, também, migrantes nordestinos. Alguns, inclusive, se queixaram do fato de não “ouvir falar” nestes migrantes como pioneiros ou não notar qualquer presença dessa migração em seus municípios. Questiono-me se o apagamento ou invisibilização dessas histórias possa ser tido como ação xenófoba que, de tão sucessiva, tão cotidiana e tão implícita nos é *quase* naturalizada. É certo que em algumas regiões do Paraná seja predominante a presença de certos grupos étnicos que para ali migraram, mas, isso não é uma regra geral e, aparentemente, as “exceções migratórias” se consolidaram como discursos universais sobre o Paraná ainda hoje.

Nos próximos tópicos discutirei profundamente tais problematizações. Retomarei questões do tópico anterior: *Como compreender esse aparente incentivo para que nordestinos se deslocassem para as lavouras de café sulistas? O nordestino migrante, flagelado pela seca – entendendo a seca dentro de todas as significâncias que já mencionamos neste tópico – não seria um “corpo estranho” nesse ambiente de prosperidade, progresso, modernidade e embranquecimento?* O objetivo é abordar a presença de Benedita e Manoel no Paraná, os caminhos que percorreram aqui e as questões históricas que atravessam este processo. Para isso, no tópico “2.1 Primeira Parada: Paranavaí” abordo principalmente os primeiros 12 anos de Benedita e Manoel no Paraná, em que residiram no município de Paranavaí, refletindo

principalmente sobre questões como trabalho, terra e experiências de violência cotidiana. No tópico seguinte, “2.2 Última Parada: Ubiratã” abordo o outro movimento migratório de Benedita e Manoel dentro do estado do Paraná, em que eles decidem ir para Ubiratã, onde fixaram residência até os dias de hoje. Por se tratar dessa decisão, de permanecerem no Paraná, mesmo que tivessem tido a oportunidade e possibilidade de escolherem outros destinos migratórios, – inclusive, retornando para a Bahia – também discuto a *questão migratória* a partir dessa expectativa de retorno que não se concretiza e, especialmente, como Benedita e Manoel significam e ressignificam os seus locais de origem e o local em que decidem permanecer. Por fim, o tópico “2.3 Disputas de Memória e Identidade: a presença ‘(in)visível’ de Benedita e Manoel” abordo especificamente esse processo de invisibilização da presença nordestina no Paraná, tentando compreender de que maneira a Xenofobia aparece nesse processo e pode ser percebida, inclusive, a partir das memórias de Benedita e Manoel. Este último tópico é, sobretudo, uma maneira de retomar discussões que vim desenvolvendo desde o primeiro capítulo, levantando algumas provocações a partir do que é possível identificar sobre o processo migratório vivenciado por Benedita e Manoel e que pode funcionar como representante de um processo mais amplo.

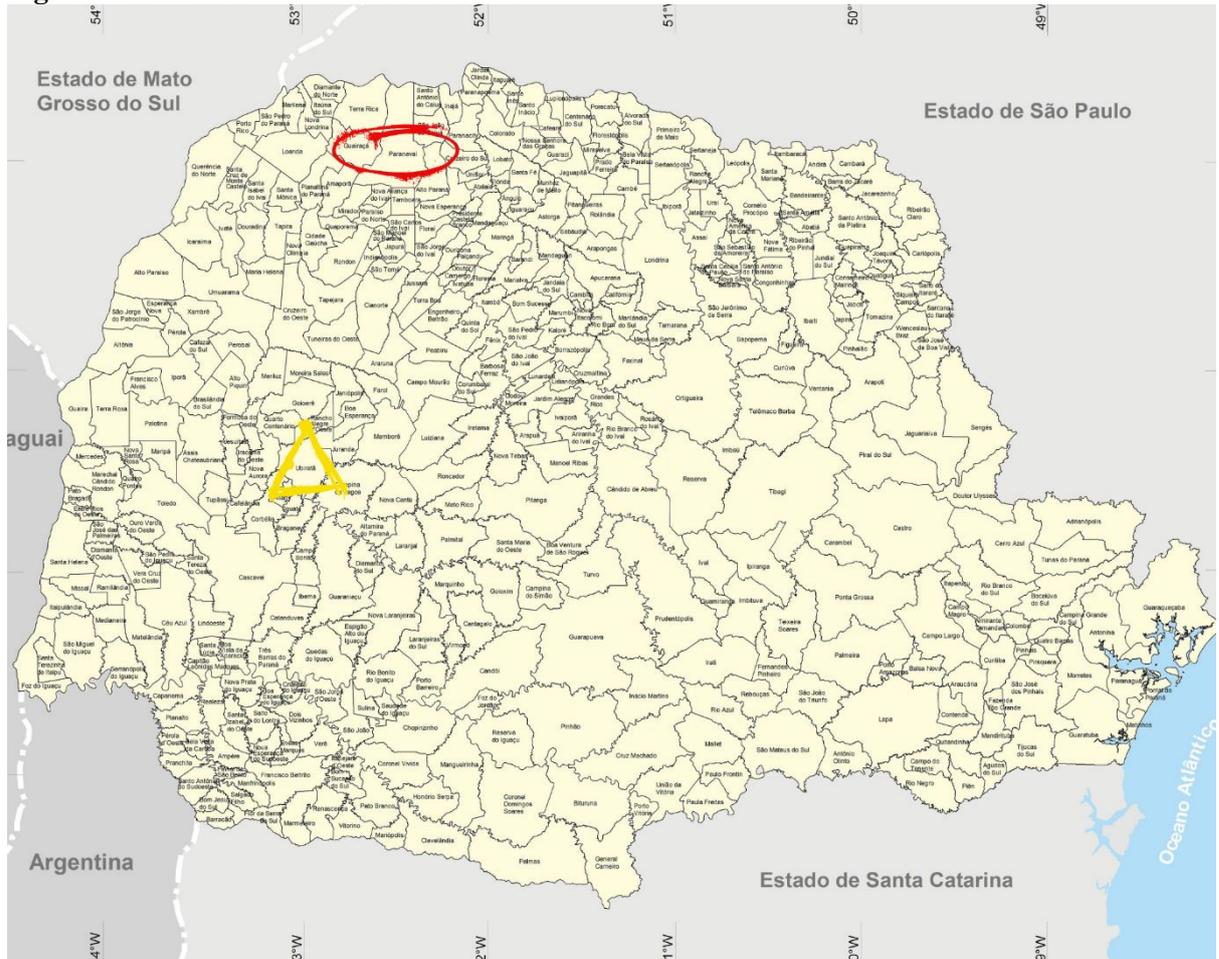
2.1 Primeira Parada: Paranavaí

Paranavaí é um município situado na região noroeste do estado do Paraná e foi o primeiro lugar que Manoel e Benedita moraram assim que chegaram ao estado, viveram lá por 12 anos e depois, migraram novamente para o pequeno município de Ubiratã, também no Paraná, onde residem até hoje. É interessante notar a mobilidade desses contingentes migratórios dentro do próprio estado, em um período de intensa urbanização, modernização e reconfiguração dos territórios. Outro fator relevante, é que mesmo diante desse aparente “progresso”, Benedita e Manoel chegam a um Paraná dominado por grilagens de terra. Foram encaminhados diretamente para uma fazenda onde se concentrava um imenso grilo de terra em uma considerável parte do território que compreende a atual Paranavaí. Inicialmente, gostaria de destacar que por mais que site aqui os municípios em que há a passagem de Benedita e Manoel, não me aprofundarei na história particular de cada um, pois isso demandaria tempo e fugiria do objetivo principal que é analisar as narrativas dos entrevistados. Com isso em mente, vamos compreender o que se seguiu a fala de Manoel, sobre quando chegaram ao Paraná:

Cheguei, eu um irmão meu, um concunhado e outro cumpadi. Nois entremo, naquele tempo pra vim de lá da Bahia aqui pro Paraná, aquilo era uma dificuldade e ele garantiu que nós chegava aqui e ia mexer com algodão. E aquela fazenda, era uma fazenda muito grande e aí nós entremo nesse caminhão, naquele tempo falava pau-de-arara lá, umas quarenta pessoa, família mesmo só tinha nois quatro, mais era piãozada naquele tempo, turma falava pião. Era aquela piãozada. E viemo, Cheguelo e fico sete dia e sete noite em riba daquele caminhão rodando pra chegar aqui na região de Paranaíba. Quando nois cheguelo, entremo no Paraná e aí já foi modificano, o caminhão não parava em cidade, só parava fora da cidade e a veís cê queria uma coisa eles via cá adonde tinha a veís um butequinho meio fora, parava ali, ‘ocê pegava alguma coisa. Aí quando cheguelo em Maringá, ai não parou na cidade, já foi parar fora. Veio uns dois pião que já tinha vindo aqui no Paraná. Ai esses dois pião começou contar, quando entrou no Paraná eles começou contar a situação, diz que essa fazenda e foi falando, quando cheguelo ali em Maringá esses pião já saiu do caminhão, deu uma parada lá, eles saiu fora e não voltou mais pro caminhão, porque eles falou, diz que essa fazenda era muito manjada. Ai quando nós cheguelo’ em Maringá... Que cheguei em Paranaíba aí paremo fora assim da cidade, ai quando falou ‘pra onde ceis vai?’, tinha um butequinho assim, ai falamo’, “vamo pra fazenda do Reino Marcio, lá em Cristo Reis” ai falou “Rapaz ‘cêis é doido, isso ali é um grilo danado, ‘cêis vai pra essa fazenda? Isso ai mata gente, faz e acontece, é tanta coisa aqui, pra essa fazenda aqui nenhuma autoridade entra nessa fazenda.” Aí já fiquemo meio descontente com aquilo, falou, mais o que que vamo fazer? Vamo ir, já tamo aqui a família, pião... a piãozada não, mas nois com família viemo’ e cheguelo. No que cheguelo já parou “é aqui a fazenda”, ai cheguelo já descontente e falamo’ não é assim... (MANOEL, Entrevista cedida para Laiza Campos. Ubatuba, 2020)

Além das dificuldades no trajeto, houve a decepção e a percepção de estar entrando em um ambiente totalmente hostil e até mesmo perigoso. Penso ser válido observar dois elementos: Primeiro, havia uma intenção – arriscaria dizer um projeto – de se trazer estes migrantes para o Sul/Sudeste como mão de obra barata. O deslocamento desses contingentes nordestinos não partia do total acaso ou da pura falta de recursos e dos problemas que já foram citados que havia na região semiárida; o que é possível notar é que existiu um interesse por parte dos fazendeiros que participavam do processo de reocupação do Paraná (legalmente ou ilegalmente). Esta intenção era diferente da intenção com que se traziam os europeus para cá no mesmo período, é possível perceber pelo trajeto que fizeram, a forma com que se esquivaram de passar por dentro das cidades, beira a clandestinidade e o apagamento posterior dos discursos que buscavam constituir a identidade, história e características populacionais e migratórias do estado. Nesse sentido, nordestinos eram trazidos com o intuito de trabalharem na terra em condições servis, especialmente porque estavam se deslocando para terras de posse ilegal; enquanto europeus chegavam com o objetivo de trabalhar e de civilizar e embranquecer a população como já mencionei.

Figura 5: Localizando Ubiratã e Paranavaí



FONTE: IPARDES, 2010. (Adaptado pela autora). O Círculo Vermelho identifica Paranavaí e o Triângulo Amarelo identifica Ubiratã.

Fazia parte do projeto *eugenista* para o Paraná que estes europeus não fossem “escondidos” ou omitidos das narrativas que buscavam construir a identidade do estado na época. Segundo Beiruti e Aguiar (2008), utilizando o estado de São Paulo como referência desse processo de migração, foram os nordestinos o maior contingente migratório responsável por transformar o estado em uma megalópole. Porém, ainda que os nordestinos desempenhassem este trabalho, acabavam sendo empurrados junto com a comunidade negra e pessoas pobres, para os mangues, favelas e cortiços do Sul do País. Nesse sentido, conforme adiantei, o migrante nordestino é o “corpo estranho”, que mesmo estando ali, precisa agir como se não estivesse, não pode ser visto, tampouco ouvido. Como observa Durval Muniz:

O corpo exótico pode inspirar desejo e, por isso mesmo, ameaçador. O corpo que atrai, a cultura que fascina pela diferença, as maneiras que seduzem pelo inesperado e pela novidade podem, num momento seguinte, num momento de racionalização, tornarem-se o corpo recusado, a cultura ameaçadora, as maneiras inadequadas (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2016, p. 11)

Desse modo, a presença Nordestina parecia adquirir outro caráter, não, necessariamente de um projeto instituído para formar identidades na região Sul, mas, como uma intenção (ou um *projeto*) de arrecadação de mão de obra barata, de característica servil, ocupando os postos de trabalho que – em teoria – não seriam ocupados por imigrantes estrangeiros. O segundo aspecto, envolve o contexto histórico que é vivido pelo Paraná do século XX e que atravessa a narrativa de Manoel. Não seria um exagero supor que ao chegarem aqui Manoel e Benedita se depararam com um “novo mundo”; é interessante notar como eles enfatizam tais diferenças, especialmente em relação ao trabalho e a terra. Podemos interpretar tal ênfase como uma manutenção dos estereótipos, afinal, a noção que se criava sobre o Nordeste era de que ele permanecia no arcaísmo, enquanto o Sul representava o progresso. Logo, o trabalho aqui não poderia ter a mesma dinâmica que eles conheciam na Bahia. Certamente, o estereótipo é uma das interpretações possíveis e prováveis, mas, também é importante considerar as transformações culturais e econômicas que estavam acontecendo neste período para melhor compreender a construção destes estereótipos e ultrapassá-los. Sobre isso, Manoel continua sua narrativa dizendo:

Tinha uns 10 metro pra chegar [na fazenda] era só mato. Ai encostemo ali, paremo, já pra trabaia encostou o caminhão ali, não era nada disso, era só café. Tinha que fazer serviço que ‘cê nunca tinha feito e ai com seis hora, passou um dia ali, ainda um dia, no outro dia, seis hora ‘cê tinha que tá no ponto lá, o fiscal lá, tinha um fiscal de oito e outro fiscal ta na casa daquele fiscal e ali trabaiano e fiscal no oito e ‘ocê ali, tinha que tá todo dia, e a fazenda dadonde nois ‘tava da sede da fazenda era 18 quilômetro, aquilo ali pr’ocê chegá, pra fazer compra, só tinha dia de domingo, o dia de domingo pr’ocê ir fazer compra. Trabaiaava a semana toda, fiscal no oito ali, e ‘ocê trabaiano. Quando chegava, dava- aquelas família que ‘tava ali já mais veia, fazia compra pra 30 dia, nois não, aqueles mais novo lá que tinha, era de oito em oito dia, tinha que ir a pé, 18 quilometro comprá e trazê nas costa, não tinha outra- outro perdão não. E era aquilo, a gente ficou e vai... trabaiano ali. Quando, aqueles mais vei comprava pra 30 dia, pagamento vamô dizê que não sobrava porque ‘ocê comprava naquele armazém lá, aquele armazém lá, ‘cê chegava lá domingo, pr’ocê ser atendido mais cedo, ‘cê tinha que sair de casa cinco hora pr’ocê chegar lá cedo e aquilo ‘tava de gente, porque a fazenda era muito grande, de gente pra pode comprar, um armazém só pra eles podê, aquela turma, atender aquele povão ali. (MANOEL, Entrevista cedida para Laiza. Ubiratã, 2020).

O primeiro ponto destacado por Manoel refere-se ao cultivo do café, prática que além de não fazer parte do que havia sido combinado quando eles decidiram vir para o Paraná, ainda era um tipo de cultivo que ele desconhecia. A *economia cafeeira*, a (re)ocupação do

território paranaense e as *disputas de terra* estão intimamente ligados nesse período. Desde a segunda metade do Século XIX o café passa a ser o principal produto em torno do qual girava a economia brasileira e também, foi o responsável por transferir o eixo econômico do país para a região Sul/Sudeste, especificamente para São Paulo (TEIXEIRA, 2018; PRIORI; et.al, 2012). O Paraná, por sua vez, vivencia a abertura da frente cafeeira na primeira metade do século XX quando, por conta da produção excedente e do aumento na oferta, São Paulo é proibida de fazer novos plantios de café durante 5 (cinco) anos. Por este motivo, os fazendeiros paulistas partem em busca de novas terras férteis e baratas na região Norte/Noroeste¹³ do estado do Paraná para continuar a produção cafeeira nos moldes paulistas, o que fez com que nos primeiros anos a cafeicultura paranaense estivesse muito ligada ao estado de São Paulo, tornando-se quase uma extensão da economia paulista (PRIORI, et al, 2012). As mudanças no quadro econômico e social, com o fim do tráfico de escravizados, o aumento da mão de obra estrangeira com as migrações, a melhoria das estradas e criação de ferrovias, financiamento de máquinas, dentre outras questões, contribuíram para a expansão dos cafezais no interior do estado do Paraná.

A expansão cafeeira atingiu na década de 1920 a região denominada Norte Novo ou Norte Novíssimo (que compreende o município de Paranavaí, primeiro destino migratório de Manoel e Benedita), que contou fortemente com a empresa inglesa Companhia de Terras Norte do Paraná, responsável por lotear e vender as terras. Tal mecanismo de compra de terras, por meio de empresas colonizadoras, inaugurou um processo de “ocupação” do território paranaense focado na produção e modernização, o que acabou atraindo o olhar de muitos migrantes de outras regiões do país e de estrangeiros, que buscavam possibilidades de compra de terras férteis e novas frentes de trabalho (FERNANDES, 2012; PRIORI; et.al, 2012), tornando o imigrante “um fator de estabilidade para o desenvolvimento das cidades e o aumento da produção” (PRIORI; et.al, 2012, p. 96). Não demorou para que começassem a despontar muitas outras empresas colonizadoras com os mesmos propósitos da Companhia de Terra Norte do Paraná. Contudo, é importante destacar que tal processo de (re)ocupação não se deu de forma homogênea e livre de conflitos. Paranavaí, mesmo já na década de 1960 foi incluído na lógica de produção cafeeira do estado e mesmo tendo um processo mais avançado de reocupação não estava “livre” das grilagens de terra e das disputas intensas por posse de terras no município e em seus arredores – que foram posteriormente anexados ao seu

¹³ De acordo com o Mapa das Regiões Geográficas do Paraná de 2010, as regiões consideradas “pioneiras” ou onde se inicia o processo de migrações e reocupações, são a Região Noroeste, Norte Central e Norte Pioneiro.

território. Estas grilagens, recebiam ‘caravanas e mais caravanas’ de trabalhadores “nortistas”, como eram conhecidos os migrantes do Nordeste¹⁴ (ROMPATTO, 2016; MEDEIROS, 2017).

É relevante destacar que a economia cafeeira e o processo de modernização e formação de uma identidade nacional inaugurado com a instauração da República vão ser fatores importantes para reverter o quadro de abandono institucional do território que compreende hoje ao Paraná e é igualmente relevante pontuar, que as regiões do estado paranaense vão passar por processos de (re)ocupação distintos e em ritmos, também, diferentes. Quando Manoel e Benedita chegam aqui – especificamente em Paranavaí – presenciam contradições desse processo em que, de um lado, existe um discurso de modernidade, progresso e criação de cidades (aos moldes civilizacionais europeus); e, de outro, as intensas disputas de terra (entre grileiros, posseiros e o estado), o caráter servil e análogo a escravidão do trabalho nos grandes grilos e o abandono por parte do Estado. A própria presença de Manoel e Benedita e a narrativa trazida por Manoel nos últimos excertos é uma fratura, um rompimento, com as narrativas “oficiais” destes estados e com a forma com que historicamente se contou a história do Paraná e a formação de seus municípios – esta mesma história se confunde com a história sobre o Sul e o seu progresso e desenvolvimento.

O principal conflito desse período são as grilagens de terra ou mais amplamente a *posse* de terra e o seus objetivos de uso – que, inclusive, podemos considerar um conflito ainda não superado atualmente.¹⁵ É por isso que a pessoa com quem Manoel cruza no bar, antes de chegar à fazenda onde havia sido acordado que trabalharia, deu-lhe o alerta sobre os perigos de ir para uma imensa grilagem, como era o caso da Fazenda Cristo Rei. O problema é que Manoel desconhecia os conflitos por terra que existiam aqui, e o que ele sabia até

¹⁴ O termo nortista não identificava apenas os trabalhadores vindos da região Nordeste do Brasil, mas também, migrantes da região norte de Minas Gerais e os trabalhadores que realizavam os piores serviços (ROMPATTO, 2016; MEDEIROS, 2017).

¹⁵ O Brasil vivencia um histórico delicado quando o assunto é Lei de Terras. Recentemente, o tema das grilagens ganhou destaque no debate público por conta do Projeto de Lei (PL) n° 2.633/2021 proposto pelo Senador Irajá Silvestre (PSD-TO) que repete, em parte, uma medida provisória que já havia sido apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em 2019 e barrada pelo Congresso. O Projeto objetivou tratar da regularização de terras da União ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e acabou reverberando nas manchetes em 2021 como a “PL da grilagem” por conta das brechas que se abrem para grileiros e, especialmente, por facilitar a incidência de grilagens em áreas de preservação ambiental e já desmatadas da Amazônia. A Proposta acabou sendo aprovada em Agosto de 2021, sob o argumento de que as famílias precisavam de segurança jurídica em relação às suas terras. Com isso, estendeu-se o limite para a regularização de terras ocupadas de 2011 para 2014 e as propriedades de até quatro módulos fiscais (500 hectares) podem ser regularizadas sem vistorias prévias, apenas com uma “autodeclaração”, o que dá margem para fraudes de grande impacto uma vez que o Brasil concentra suas terras nas mãos de poucos. É importante destacar que a Lei de Terras anterior à PL da grilagem já garantia segurança jurídica, especialmente, para os pequenos proprietários rurais, o mesmo não se pode dizer sobre as terras indígenas e quilombolas que também podem ser muito afetadas negativamente com essa PL. Novamente, a questão fundiária foi tratada apenas sob a perspectiva de se “titular terras públicas dos produtores rurais” e não se versou sobre pequenas posses, questões indígenas e quilombolas e, especialmente, sobre a conservação florestal. (Fonte: Nexo Jornal).

aquele momento é que viria para trabalhar e, logo depois, se depara com o fato de que não trabalharia com algodão e sim com café e, mais ainda, se depara com uma situação intimidadora, contexto no qual não só o obrigavam a se manter na fazenda como, também, colocava sua vida em risco. A maioria dos migrantes que partiram como ele da Bahia, chegavam em condições semelhantes, desconhecendo os conflitos de terras e como o trabalho aqui poderia ser extremamente perigoso. Em suas palavras:

Adonde eu tava, adonde era essa fazenda, o povo era tudo [nordestino], porque essa fazenda buscava, só trazia gente do Nordeste. ‘Ocê não via outra nação de gente, aquilo gente que trazia aqueles caminhão e ia jogando lá. Aquela turma que conhecia aquela região da fazenda, não ia. Aqueles pião que já tinha vindo aqui, que já tinha passado por ali, não ia nessa fazenda. Eu cheguei, no que eu cheguei lá, a valença nossa mais, foi que- porque nois foi pra’uma sessão que tinha, acho que era quatro lote assim no meio, ali naquela região, porque esses cara falava pra nós que eles ficou ali por causa que eles pegou na carabina. Diz que o gerente desse fazendeiro [Reino Márcio] falava ‘os que querer ficar aqui e pegar na carabina e fazê, matá e fazê acontecê, esse ai nós vai dá apoi-, não vâmo tomá as posse’. Porque essa região, era uma região que diz que um bucado de gente de São Paulo, que veio, acho que possiô aí nessa região, que morava na região, no estado de São Paulo, diz que possuem dessas terra aí, trouxeram tudo. Aí acho que ficou base de uns duzentos alqueire assim, e diz que esse fazendêro [Reino Márcio] possuiu daquilo. Depois diz que foi afastando aquele povo, expulsano aqueles posseiro que veí de rancharia, que ‘tava ali trabaiano, diz que o fazendêro foi expulsano. Ele foi expulsano o povo e mandando sumi, aqueles que queria sair por bem diz que ele pegava num caminhão e diz que jogava lá em Paranaíba, outros levava não sei pra’onde e diz que tirano e tomando conta daqueles, daquela região. Foi tomando conta e aqueles possêro que ‘tava ali naquela região donde nois parou eles falava pra nois, falou ‘ói, nós ta aqui, nós pra ta aqui nesse lugar aqui, com esse lotinho aqui no meio dessa fazenda, nós teve que pega em carabina, queima rancho aí com pessoas dentro’, aqueles que queria sair bem, aqueles não queria saí, aqueles que saia por bem, ele falava, o caminhão pegava e soltava lá em Paranaíba, aqueles que não queria saí, quando pensava que não diz que chegava lá, sai ou tocava fogo na barraca, aquele tempo era só barraca de coqueiro, tacava fogo ali, o cara tinha que sumir. (MANOEL. Entrevista cedida para Laiza Campos. Ubiratã, 2020).

Especificamente neste trecho Manoel aciona memórias sobre coisas que os “peões” mais velhos lhe contaram a respeito de como a Fazenda Cristo Rei, a qual se tornou um imenso grilo com mais de 200 hectares. Esse processo, basicamente, desconsiderava a presença de nativos e posseiros (que estava há mais tempo na terra). Os grileiros e as companhias de terra que disputavam estas terras no processo de (re)ocupação, em geral, forçavam as famílias que estavam a mais tempo ali e os nativos a se retirarem. As opções eram limitadas, ou saiam das terras, ou se juntavam aos grileiros ou às companhias; e como Manoel mesmo diz, aqueles que não saiam das terras e não se juntavam aos grileiros

acabavam tendo que “sumir”. O caráter violento destas posses de terras e da formação destes municípios parece contradizer o símbolo de progresso, prosperidade e civilidade que se tentou construir sobre o Paraná e o Sul do País. Nesse sentido, era imprescindível que o discurso formador da identidade paranaense não só excluísse a presença de tipos étnicos e raciais não compatíveis com a imagem embranquecida que se pretendia construir sobre o estado; como, também, excluísse aquela parcela de pessoas (leia-se migrantes, sertanejos, nativos) que mais presenciaram os massacres por posse de terras, os mandos e desmandos dos grileiros e o total abandono institucional.

Para excluir este segundo grupo, criou-se a ideia de vazio demográfico construída por geógrafos, historiadores e sociólogos a partir de 1930 a 1950, especialmente na região Norte do Paraná (ou Norte Pioneiro) e disseminada nas narrativas de ocupação das demais regiões do Estado. Essa narrativa se estendeu também para os livros didáticos repetindo para gerações inteiras de estudantes a ideia de que o Paraná, antes dos processos de “ocupação” a partir de 1920, durante o marco da expansão capitalista no país, era um total vazio demográfico (MOTA, 2008). A perspectiva de vazio desconsiderava a presença secular de grupos indígenas, especialmente os Kaingang, Xeta e Guarani e também, de posseiros e passa a projetar uma ideia do território paranaense como “um espaço de vazio improdutivo, pronto a ser ocupado pela economia nacional produtiva” (MOTA, 2008, p.19). Os posseiros desconheciam os trâmites legais de aquisição da terra, que vigoravam desde a Lei de Terras de 1850, e muitas vezes conseguiam dos grileiros algum documento falsificado que “comprova” sua posse; outras vezes, uma mesma terra aparecia com documentos que comprovavam a existência de mais de um proprietário ao mesmo tempo, tamanha a desordem na distribuição destas terras.

Essas posses e sua condição de não regularização da terra levavam a dois possíveis fins, de um lado, as intermináveis disputas judiciais, que o estado não sabia como resolver, de outro, famílias inteiras assassinadas ou desapropriadas forçosamente de suas terras. O discurso de Vazio demográfico servia bem ao propósito de camuflar o aspecto violento do processo de reocupação, cria-se o vazio para que seja “ocupado pela colonização pioneira” (MOTA, 2008, p. 25), se não há ninguém na terra e se estas terras estão “disponíveis” para quem quiser se apossar, então não seria possível a existência de qualquer conflito neste sentido. Além disso, precisamos destacar o caráter violento e servil das formas de trabalho. É importante notar que após a abolição da escravatura em 1889 a sociedade brasileira precisa ser “educada” a valorizar o trabalho, vê-lo como algo digno, uma vez que por séculos apenas escravizados mantinham as forças de trabalho movimentando a economia do país. Nesse

sentido, “precisar trabalhar” era o mesmo que pertencer a tais classes desprezadas historicamente pela sociedade brasileira. Esse fato, aliado às disputas de terra, dão origem a um tipo de trabalho de características servis, análogas à escravidão e que sustentaram, especialmente, as intensas grilagens e produções de café do período. Conforme Manoel:

Manoel: Nessa própria sede dessa fazenda tinha um tipo dum poção lá assim, aquilo ali o cara errava ali na sede daquela fazenda, eles pegava, mandava os jagunço pega e leva lá e jogava dentro daquele poço. Se ‘tava em dúvida de qualquer coisa, chegava ‘cê vai falar isso assim, assim, que ‘cê sabe? ‘Cê vai falar ou quer que nós lhe joga aqui dentro, lhe mata e joga ali dentro?’”.

Laiza: Mas, assim, o errado era o quê?

Manoel: Era o cara abrir a boca. Era se o cara... porque teve uma época lá, eu já tava lá, o que que os cara fez? Juntou com o gerente lá e acho que começou acho que rouba café. Porque essa fazenda era só café, o que tinha era café e mato. Só mato e aquelas brecha que tinha era café. E aquilo lá o que que um gerente começo, lá dentro e começo diz que tirá café. Porque ele tinha um terrirão que era não sei quantos alqueire de terra. Aquilo diz que começo disviá café, e desconfiaro. Aí diz que déro em cima do gerente lá, o gerente começo negá e diz que pegáro, os jagunço catô ele e diz que levô lá assim e falou... Se o cara não andasse direito ali dentro, que desse qualquer mancada, era errado, era fiscal de eito, porque aquilo fazia... Tinha fiscal que entrava trabaiano, tomando conta ali, era o gerente daquela sessão, que que ele fazia? ‘Ocê carpia a veis 10 pé de café eles fazia um trampo lá mandava 100, 20, aí quando eles descobria, aqueles cara ali ele ‘tava frito. Se descobria ele dava fim. Pegava os jagunço e pegava e dava fim. Eu, depois que cheguei nessa fazenda colhi um café lá. Tinha uma fazenda vizinha assim, essa fazenda dirrubô mato, o outro plantô o café, quando chegô na hora de colhe que nós ‘tava lá eles falou ‘é praí colhe o café’, grilá, falava era grilá, ‘é praí grilá o café em tal fazenda lá na divisa, lá não sei adonde. Aí nois foi, aqueles pião que era véi, o que que eles falô pra nós, falô ‘rapaz, nois vamô colhe esse café lá’ e aqueles jagunço tava com as carabina e nós encheu aqueles dois caminhão, aquele tempo era fenemê, aqueles fenemê [...] chegava lá eles falô ‘ói, nois vamô colhê café aqui a hora que ‘cêis vê tiro, tiroteio, num corre não, entra de’trais dessas...’ eles falô ‘o negócio aqui, o serviço que nós vai fazê hoje é difícil, as veis ‘ceis é barriga verde, não vai corre não, deita de’trais desse... (MANOEL, Entrevista cedida para Laiza, Ubiratã, 2020).

Basicamente, o período de colheita do café se configurava a partir da narrativa de Manoel como um momento de extrema tensão e perigo. O plano era vir trabalhar na lavoura de algodão e conseguir arrendar terras para, futuramente, adquirir a posse de alguma terra. O sistema de arrendamento permitiria maior autonomia para o agricultor e, também, maior retorno financeiro. Contudo, além do aspecto servil, violento na forma de trabalho e na vida na fazenda, era possível perceber, também que a posse da terra ainda se apresenta como uma situação mal resolvida no estado, mesmo após pouco mais de um século da regulamentação

com a Lei n° 601 sobre a terra de 1850 que tornava a terra uma mercadoria, sendo permitida a sua aquisição apenas por meio da compra. Ainda assim, o que se via era o cenário das grilagens; o que não só dificultava a aquisição destas terras por parte de pequenos agricultores como, também, evidenciava a má distribuição destes territórios. Conforme mencionei o processo de reocupação do Paraná foi permeado por disputas de terra entre grileiros, nativos indígenas, posseiros e empresas colonizadoras, especialmente as grilagens, em alguns casos, eram facilitadas pelos governos dos estados e municípios (ou glebas) e a própria ação dos jagunços, nestes casos, passava a ser uma regra já que havia a certeza de uma impunidade e apoio por parte das autoridades (KOLING, 2018).

O exemplo mais notável de como as grilagens geraram intensas disputas e a desorganização na posse das terras era um problema também institucional, estrutural e político, foi a Revolta de 1957¹⁶ ocorrida na atual região Sudoeste do estado, motivada pelas incertezas em relação à situação e a condição de quem tinha posse da terra – ou pretendia adquirir terras – na região, culminando em uma percepção de injustiça e indignação por parte da população, o que levou centenas de colonos e posseiros a se armarem contra a atuação da companhia imobiliária de terra Clevêlandia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) e contra o governo de Moisés Lupion (KOLING, 2018). Havia no território Sudoeste a convergência de diversos tipos de uso da terra, em um mesmo espaço: Primeiro os povos indígenas que foram confinados em reservas, depois os primeiros posseiros ou caboclos que acabavam vendendo seu direito de posse da terra aos novos colonos citadinos, por sua vez, as empresas colonizadoras que, como notamos neste caso, também operavam o sistema de grilagem, e os “novos” colonizadores que chegavam às terras do Sudoeste por meio das empresas ou por meio das políticas de imigração (KOLING, 2018).

¹⁶ A antiga região Sudoeste correspondia as glebas de Missões e Chopim que pertenciam à Companhia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande, porém, na década de 1930 foi constatada irregularidades nos contratos de posse dessa companhia, fazendo com que estas glebas voltassem ao domínio do Poder Público. A partir disso as disputas nesta região tomaram outro rumo, com as grilagens da gleba de Missões e parte da Chopim operada pela companhia imobiliária de terra Clevêlandia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) e pelo Grupo Lupion, incluindo o próprio Governo de Moisés Lupion em seu primeiro mandato. Houve nesse período uma intensa negociação dentro e fora do estado para que a CITLA e o Grupo Lupion se tornassem os donos legais da terra. Contudo, estas negociações envolviam irregularidades e ilegalidades que fazia com que o Conselho Nacional de Segurança e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic) vetassem os termos de doação de terras pela CITLA, impedindo que a mesma lavrasse qualquer escritura em todos os cartórios no Paraná e em Santa Catarina. Lupion tentou de diversas formas driblar as deliberações da Inic, inclusive, criando ele mesmo um cartório para lavar as escrituras. Entre 1951 a 1956 Bento Munhoz da Rocha governou o estado do Paraná, impedindo Lupion de prosseguir com as ilegalidades no processo de doação de terras, sob proteção do estado. Porém, em 1956 Lupion assume novamente, voltando a beneficiar a CITLA de forma ilegal e garantindo impunidade aos jagunços que atuavam de forma deliberada, o que levou a um esgotamento por parte de posseiros e colonos em relação aos desmandos da CITLA e do governo de Lupion, culminando na Revolta Armada de 1957. (KOLING, 2018).

É interessante notar que os posseiros caboclos e os posseiros colonos, por exemplo, praticavam formas diferentes de lidar com a terra, os primeiros voltados para o usufruto da terra, enquanto os novos colonos estavam preocupados com o acúmulo de capital e “com a propriedade fixa e produtiva comercial da terra” (KOLING, 2018, p. 145), uma preocupação que se estendia para as empresas colonizadoras, para a produção de café da Fazenda Cristo Rei e, de modo geral, para a lógica de modernidade e desenvolvimento reinantes no século XX. Nesse sentido, é válido considerar a adaptação a este novo ritmo de trabalho que o capitalismo e a modernidade trouxeram e que impactam a trajetória de Benedita e Manoel. Nordestinos migrantes, em geral, tinham uma percepção da terra parecida com a dos posseiros e caboclos que praticavam o usufruto. Não foi só a lavoura de Café, da qual Manoel não era familiarizado, que causou estranhamento, mas, especialmente, as formas e o ritmo de trabalho. Na Bahia Manoel trabalhava com outros tipos de cultura, mas, especialmente, tinha outro ritmo de trabalho, o ritmo de trabalho que não se preocupava com a produção em massa para exportação e que não estava tão preocupado com o tempo e o dinheiro. Era o tempo de trabalho da tradição, lento, vagaroso, como é representada a vida no sertão. Conforme Albuquerque Junior (2011) o Nordeste é a região em que o passado pesa sobre o presente, diferentemente do que ocorria no Sul e Sudeste que se moviam no tempo da modernidade e da locomotiva. Manoel e Benedita explicam como se davam essas diferenças no ritmo e na necessidade do trabalho:

Manoel: Na Bahia a gente vivia, trabaiaava era pra gente, gente vivia lá e depois, quer dizer que aquilo quando as veis arrumava um dia de serviço, trabaiaava pr'uma pessoa, isso e aquilo, conforme a criação. Que nem eu mesmo, minha criação, meu pai mexia com gado, isso e aquilo, então eu quando era meio pequeno, eu mexia com aquelas criação dele e aí quando a coisa apurou que ele fracassou, isso e aquilo, foi aí que eu comecei, tá ali mas sempre trabaiaava, meio por fora, mas não era, era muito diferente daqui [Paraná], cada qual trabaiaava pra si, as veis quando tinha um fazendeiro que te arrumava serviço, ele dava serviço e a veis pagava aquele dia de serviço e pagava a veis o que valia. Mas, a pessoa, se não queresse trabaiaá, não trabaiaava (MANOEL, Entrevista cedida para Laiza. Ubiratã, 2020).

Benedita: Tinha as barraquinha na fera Laiza, ‘cê plantava um moinho, pé de quêntro, uma toicera de quêntro, cebolinha verde, ‘cê já ia lá e montava o seu cantinho lá na barraca na fera, e ali com aquilo ali ‘cê vivia (BENEDITA, Entrevista cedida para Laiza. Ubiratã, 2020).

Manoel: E a pessoa, todo mundo tinha um raminho de virar, um criava um porco, o'tro comprava o cabrito e vendia, o'tros criava uma criaçãozinha e era assim, cada qual, as pessoa vivia sem patrão assim pra ‘tá mandando (MANOEL, Entrevista cedida para Laiza. Ubiratã, 2020).

Em um espaço em que as relações de trabalho priorizavam a sobrevivência e onde havia uma escassez concreta de alimentos e recursos, a principal moeda não podia ser o dinheiro. A expansão capitalista que influenciava a reocupação do território paranaense entendia a terra como mercadoria e coincidia com uma série de reformulações do Estado necessárias para a transformação do País de uma economia agrário-exportadora para uma economia de base industrial. Nesse sentido, “a não exploração capitalista da terra, é identificada com característica de abandono econômico e social” (MEDEIROS, 2017, p. 51) e de afastamento da modernização. Diferente da lógica capitalista, em que se vende a força de trabalho e que a terra se torna uma mercadoria, na Bahia de Manoel e Benedita o sistema de trocas é que melhor atendia às necessidades de quem morava no sertão – lembrando que, como apresentei no capítulo anterior, o sertão e a região semiárida baiana, se configurava como o oposto da capital Salvador e do litoral e seu recôncavo. Quando conversado sobre as diferenças nas relações de trabalho entre a Bahia e o Paraná, Benedita e Manoel prosseguem:

Manoel: Adonde a gente foi criado era tipo uma comunidade e tudo unido. Cada qual criava um cabrito, criava um porco e se virava...

Benedita: Matava e dividia os pedacinho...

Manoel: Se um matasse um porco já levava um pedaço pra otrô, um pedaço pra otrô, já sabia, o fulano matou porco lá a pessoa já tinha aquela certeza que aquele pedaço dele vinha. E era assim, tipo uma comunidade, o cara não matava pra ter aqueles vizinho pra ele não dividir pra'quela, se ele não tinha fí, dividia pra'queles fí, pra'quela família meí que perto ali. A gente também matava já era daquele mesmo jeito.

Benedita: Tinha 'ora de 'ocê ficá com um pedacinho de carne, rapaz, que dava pra 'ocê comê três dia e já 'cabava...

Manoel: Era dividido

Benedita: Só que em compensação o otrô pegava e fazia do mesmo jeito. (BENEDITA; MANOEL. Entrevista cedida para Laiza. Ubiratã, 2020).

Desse modo, o sistema de trocas parece não apenas atender às características de uma economia baseada nos ciclos naturais e na agricultura familiar e de subsistência, mas, também, atende aos meios de sobrevivência das pessoas naquela região. Nesse sentido, podem ser lidas, como uma forma de subverter o abandono institucional, criando no interior daquelas pequenas comunidades sua própria organização econômica e social, que é colaborativa e coletiva e onde o dinheiro, o trabalho, a terra e a mercadoria, adquirem outro significado, outra relevância que em nada se aproxima dos significados da lógica capitalista. Além disso, esse tipo de sistema pode ser lido como uma forma de lidar com a situação de seca e com as condições naturais precárias de sobrevivência naquele território. A organização social baseada na cooperação e coletividade se estendia para os mais diversos setores da vida social.

Benedita exemplifica como funcionava esta colaboração com o episódio em que sua primeira casa estava prestes a desabar:

Quando foi um dia a casa ‘tava demais, todo mundo falanô a casa vai cair, essa casa vai cair, ai meu tio pegou e falou assim, ele foi um pai pra nós, ele pegou e falou nois vâmo fazê um mutirão e fazê uma, uma casinha lá em casa, lá em cima pra ela, pra nós ali gente considerava como no centro né, porque nós ‘tava já nas caatinga em baixo, bem afastado [...] Ai meu tio juntou aquelas pessoa, bastante gente, porque naquela época falava adjunto, mas eles [a equipe de filmagem que estava participando da entrevista] não sabe o que que é, [...] ai juntava de vinte, trinta pessoa, foi tanto que no dia que eles começarô, eles pegáro por volta de sete hora da manhã, quando foi base de umas oito hora da noite mais ou menos ‘tava pronta a casinha (BENEDITA, Entrevista cedida para Laiza. Ubiratã, 2020).

Nesse sentido, o fenômeno migratório tenciona e contrasta o modo de vida, de percepção do tempo e do espaço tradicional, arcaico, voltado ao passado, coletivo e colaborativo, que corresponde ao Nordeste, com a percepção de um tempo e espaço industrial, moderno, civilizado, preocupado com a produção e com o capital, que corresponde ao Paraná. Isso significa pensar que ao mesmo tempo em que este processo enfatiza as diferenças, reafirma identidades, noções historicamente construídas sobre o sertão – relembrando a discussão trazida por Claudia (2007) sobre a construção da baianidade – o Nordeste e o próprio Paraná. Além destas questões, é importante ressaltar que a nova lógica de trabalho que Manoel e Benedita enfrentaram exigiu o aprendizado de novas técnicas, novas formas de manuseio, não só por ser uma cultura que desconheciam, mas, especialmente, por ser um *ritmo* de trabalho que também desconheciam, conforme Manoel:

Por que você chega, por exemplo, que nem era Nortista, conforme serviço o serviço que era na fazenda ‘ocê não sabia fazer, principalmente *dissar* café, baná café, ‘ocê tinha que ‘prendê, porque nunca tinha mexido com aquilo, chegou tinha que aprendê [...] E tinha fiscal não, que chegava, te explicava certinho, se o serviço não ‘tava muito bom ele chegava e falava ‘não, daqui pra frente ‘ocê capricha mais um pouco’ [...] Tinha uns, *vixe*, tinha uns que só chegava e explicava ‘ói o serviço é esse’ [...] Hoje eu acho que ficou mais fácil. [...] Porque as veis você ‘tá fazendo o serviço aí ‘cê chega, a pessoa já te exprica e o estudo principalmente, porque a pessoa estuda, estuda um pouco, então ele já tem mais aquela *basa* de qualquer serviço né. E naquele tempo tinha muita gente que nem o nome num sabia fazê e ‘ocê chegava assim, ‘tava aquela piãozada assim, e era difícil ‘cê vê um que assinava o nome ali, se precisava assiná o nome não tinha conhecimento de nada. Então aquilo eu acho que judiava muito naquele tempo. Eu acho que hoje tá mais fácil por causa da leis naquele tempo, pra hoje, mudô muito. Porque naquele tempo a leis já era mais [...] A própria leis dava força aquelas pessoa de poder. (MANOEL. Entrevista concedida para Laiza. Ubiratã, 2020.)

Não só neste último excerto, mas também nos anteriores, o trabalho representa mais do que um desafio para Manoel que nunca havia trabalhado com lavoura de café, existe, sobretudo, uma diferença na forma com que se encara o trabalho, o tipo de trabalho que chega com a modernidade como mencionei diversas vezes. De acordo com Thompsom (1998), a transição para a sociedade industrial moderna acarretou uma reestruturação rigorosa nos hábitos de trabalho, que se traduziram em novos estímulos, em uma nova “natureza humana” e, especialmente, em uma nova percepção e relação com o tempo. Nesta nova lógica o empregador usa o tempo de mão de obra do indivíduo e cuida para que não seja desperdiçada. Esse tempo é convertido em dinheiro, em moeda: “ninguém passa o tempo e sim o gasta” (THOMPSON, 1998, p. 272). É por esta razão que algumas ênfases na narrativa de Manoel – como os horários em que ele tinha que acordar para ir para a lavoura de café, os fiscais em cada eito de café para garantir que eles não procrastinassem no trabalho, as poucas horas de lazer – são recorrentes, já que elas marcam mais do que um aparente desafio em assimilar o cultivo de um produto que requer técnicas diferentes mas, sobretudo, assimilar um *sentido* de trabalho diferente, não mais preocupado apenas com a sobrevivência da família, com o tempo dos ciclos naturais e das referências disponíveis no cotidiano sem um relógio, e sim, preocupado com a sobrevivência de um *sistema*, que exige uma produção em grande escala, de qualidade, com grãos selecionados, com padrão de produção e com um ritmo de trabalho que atenda a estes requisitos.

Soma-se às disputas por terra, a coerção para que os trabalhadores permanecessem trabalhando nos grilos. Nesse sentido, o que Manoel ganhava praticamente ficava na própria fazenda já que havia apenas um armazém dentro da sede da fazenda e era proibida a compra em outro lugar, como ele mesmo explica:

De tudo tinha na sede daquela fazenda. Ali era, por exemplo, que nem tem Ubitatã aqui, tem não sei quantas comunidade, essa fazenda tinha 14 sessão, as sessão mais perto da sede da fazenda era *basa* de 10, 12 quilômetro. A que nois morava mesmo era 18 quilômetro e aquilo ali era sessão, era 14, aquilo ali era tudo controlado por aquela fazenda, o que chegava ali tudo o que queria era naquela sede daquela fazenda. Tinha farmácia lá, ‘ocê entrava lá, trabaivava, precisava e ‘ocê tinha que compra ali. Dinheiro eles no fim num sobrava porque eles fazia um rolo lá que o que o cara trabaivava consumia tudo ali dentro. Era em compra, no que precisava e não tinha direito se ‘ocê salvasse um dinheirinho saí e compra ali fora da fazenda não. Aquilo ali já era uma leis que o cara não podia saí compra. (MANOEL, entrevista cedida para Laiza. Ubitatã, 2020).

Estes elementos eram uma forma de coagir estes trabalhadores rurais a permanecerem nas dependências da fazenda e ao mesmo tempo, evidenciam um caráter servil, de trabalho análogo à escravidão¹⁷, à que estavam sujeitos tendo não só o tempo e o desempenho de trabalho sendo controlado como também fazendo com que estes trabalhadores não tivessem alternativa a não ser permanecer no espaço da fazenda. Este caráter servil se torna ainda mais grave quando somado à violência a que estes trabalhadores estavam sujeitos, não só para forçá-los a permanecer na fazenda em condições precárias, como, também, ao caráter criminoso em que estas terras eram tomadas para cultivo. Conforme Lima (2015) o aspecto violento acometido contra os trabalhadores rurais se manifestava de diversas formas: no excesso de trabalho, na recorrente ameaça de expulsão ou proibição de plantios e criação de pequenos animais, nos preços cobrados pelo barracão ou armazém como no caso de Manoel, que fazia com que estes trabalhadores contraíssem dívidas impagáveis, obrigando-os a permanecer naquela situação de vulnerabilidade e violência inclusive contra a vida, sendo muitos trabalhadores assassinados arbitrariamente.

Para além dos fatos históricos que envolvem esse período violento e perigoso da formação do Paraná, é interessante refletirmos sobre a forma com que Benedita e Manoel reconstroem e lidam com tais memórias violentas e difíceis. Michael Pollak (1989), quando aborda o “não-dito”, perpassa os esquecimentos e as memórias sensíveis, dolorosas e até mesmo traumáticas. Para ele, as lembranças proibidas ou, até mesmo, indizíveis ficam retidas nas redes de sociabilidade familiar, guardadas informalmente e “passam despercebidas pela sociedade englobante” (p. 06). Desse modo, poderíamos considerar que as memórias de Benedita e Manoel, acerca dos conflitos de terra e da situação de exploração no trabalho, permaneceram por muito tempo ou até o momento dessa pesquisa, “subterrâneas”, no ceio familiar e compartilhadas com outros conhecidos, também, migrantes que, muitas vezes, passaram por situações semelhantes em suas trajetórias. Poderíamos, ainda, considerar estas memórias sensíveis como parte de uma memória familiar, justamente por terem sido transmitidas apenas em âmbito familiar por diversas gerações.

¹⁷ Angela de Castro Gomes (2008) discute como este termo assumiu diversos significados historicamente e analisa uma série de problemas que envolve a atribuição do termo “escravidão”, mesmo que em um contexto de ressignificação, para designar novas formas de trabalho compulsório que acompanham a história do trabalho no Brasil desde o fim da escravização negra e que ganha força a partir dos processos de regulamentação de leis trabalhistas, especialmente a partir de 1930. Contudo, a autora ressalta que o termo “trabalho análogo à escravidão” ainda que carregue em si uma série de problemáticas, está identificado na lei nº 10.803, desde a constituição de 1988 e passou por um processo de reelaboração no início do século XXI, o que implica reconhecer que “se uma categoria ganha trânsito social, tornando-se um indicador seguro da existência de um fato, da realidade, é porque estabelece uma comunidade de sentidos com determinado grupo social, não sendo uma criação arbitrária e voluntarista” (GOMES, 2008, p. 23) e, portanto, passível de investigação e reflexão.

O que vale questionarmos é o que permite que estas memórias emerjam agora para além das “fronteiras” familiares? Certamente, meu interesse em pesquisá-las, abordá-las em uma dissertação e em um documentário contribui muito para a transmissão dessas memórias. Mas, acredito que, sobretudo, o correr do tempo: a idade em que se encontram Benedita e Manoel, o fato de terem suas vidas estabelecidas, uma terra já comprada em seus nomes, já terem criado os filhos e uma série de outros fatores ameaçadores que não existem mais ou que se existem, não são tão intimidadores como no passado foram. Enfim, uma percepção de menor vulnerabilidade diante das circunstâncias. Ainda assim, suas memórias permanecem subterrâneas pelo fato de não fazerem parte da memória organizadora da sociedade paranaense que fundou sua narrativa histórica na invisibilização de tais conflitos e, ainda que estes conflitos apareçam em alguma medida (como mostrarei no próximo tópico), a presença nordestina permanece negada, como no Museu Paranaense. Conforme Pollak (1989), a fronteira entre o confessável e o inconfessável separa uma memória subterrânea de uma memória organizada que resume a imagem majoritária de uma sociedade ou de um Estado que pretende impor uma narrativa hegemônica.

Além dos conflitos relacionados à posse da terra, as grilagens e ao trabalho, que foram majoritariamente trazidos na narrativa de Manoel, havia, também, os conflitos no interior das colônias ou sessões – termos utilizados por Benedita e Manoel para designar os conglomerados de moradia para os trabalhadores no interior da fazenda – e também memórias sensíveis mais íntimas na experiência de Benedita. Enquanto Manoel, em sua narrativa, enfrentava as adversidades do trabalho na colheita de café, Benedita, por sua vez, ficava em casa, cuidava da educação dos filhos e também dos animais que eram criados para abate, a fim de obterem uma renda extra no fim do mês – renda essa que permitiu a Manoel não contrair maiores dívidas dentro da fazenda. É nesse cenário cotidiano que pequenos conflitos são tecidos e que *aparentam* serem menos violentos ou traumatizantes:

Uma colônia de dezesseis casa e ‘cê vê como que era ali, a casa que tinha mais pouca criança, tinha cinco, que era de seis, sete, oito, nove e era assim... Criança, criança minha fía que eu vou te falar a verdade. E era uma colônia muito grande, só que os hõmi sumia tudo, ‘cê só via eles final de semana, ficava tudo por conta das muié e ali era aquela guerra, você criar aqueles filhõ porque um briguerô essas criança, um brigava daqui, outro d’acola, eu prendia os meus dentro de casa e os outro chegava pra ficar atentando e eu falava... aí quando foi um dia eu tomei uma decisão eu vou levar o *Campos* [Aparecido] que era o mais danado né, esse que é polícia, falei ‘de hoje por diante hora que eu for lavar roupa ele vai, hora que eu for buscar lenha ele vai, todo o canto... que ele era desse tamaninho... todo o canto que eu for tem que ir junto porque ‘cê é desse jeito, gritava um, gritava

‘oh Cidim quebrou minha perna, outro quebrou meu braço’ e virava aquela guerra e você tá naquele sofrimento correndo atrás e aquela lida, aí eu peguei e falei eu vou tomar essa decisão, vou levar ele junto pra todo o lado que eu fô, aí cheguei na mina fiz um batedôzinho pra ele, até hoje depois dele casado ele lavou mais eu, porque quem lavava roupa direto mais eu era ele. (BENEDITA, entrevista concedida para Laiza, Ubiratã, 2020).

É particularmente interessante notar como Benedita aciona as suas memórias sobre esse período em que viveu em Cristo Rei. Existiam os conflitos, os acordos, as negociações em um âmbito cotidiano, privado, em uma vida em comunidade que, em algum grau se assemelhava ao que ela experimentava na Bahia, mas, que também, era extremamente destoante de sua antiga vida. E em que medida se experimenta, classifica, hierarquiza ou identifica-se a violência, tragédias, traumas, dores? Como uma memória retrata a dor ou se inscreve na dor? Como medimos isso? Certamente, estas questões que levanto são até em certa medida filosóficas, implicaria refletir questões profundas sobre a natureza, existência e sociabilidade humanas. Contudo, não pude ignorar nuances e as formas com que essas experiências traumáticas, agressivas ou sensíveis aparecem na narrativa de Benedita e Manoel. Conforme Candau (2011), grande parte da identidade historicizada se constrói a partir de memórias coletivas trágicas. Para ele, memórias de sofrimento, de dor ou de infortúnios, deixam traços marcantes, por muito tempo, que acabam sendo compartilhados entre indivíduos, grupos, gerações e que contribuem para a construção de identidades. Desse modo, essas experiências dolorosas podem não só moldar a identidade dos sujeitos, mas também dos grupos. É interessante refletir inclusive sobre o aspecto de compartilhamento ou transmissão de memórias sensíveis, especialmente vividas em âmbito individual, no ceio familiar, que se confundem com questões exteriores, sobre o cotidiano ou a vida na fazenda. Benedita compartilha esse tipo de memória quando fala sobre o nascimento dos filhos e os abortos espontâneos que teve:

Paulo e Messias que eu tive uma partêra, uma mulher... mas o resto eu ganhava tudo sozinha. A mulherada chegava, eu falava: ‘some de perto de mim, some tudo de perto de mim, me deixa aqui’, entrava pra dentro do quarto e ganhava. Só chamava uma pessoa pra... Só não tinha coragem de cortar o ímbigo, mas o resto. E essa uma deu trabalho que ela ‘tava morta. Eu pensava que era que nem os otrô quando ‘tava vivo, mas não é, totalmente diferente né... e aí eu tive um pouquinho de medo, falei ‘é agora!’, porque ela nasceu, a menina, caiu lá já mortinha, eu vi que ela ‘tava morta, porque ela não fez movimento nenhum, mas só como devido ela já tinha apodrecido né, ela já tinha coisado a placenta estourou e ficou dentro. ‘Cê vê quando a gente não tem que morrer como não morre fácil né. Aí ficou

e eu fiquei ali, me deu um pouco de medo porque já amanheceu uma febre, mas uma febre, uma febre, uma febre, de repente né. E aí a mulherada começou chegar e começou fazer medo e fazer medo, e falando e coisando que ‘tava com quinze dia que tinha morrido uma, de parto também, desse jeito também, que o lugar não tinha conforto mesmo, ‘cê não tinha uma condução, era um dia de viagem procê ir na cidade e aí eu falei ‘seja o que Deus quiser, só penso em meus filho mas se tiver de ser a minha hora, fazer o que?!’. Se for da vontade de Deus d’eu ficá boa, aqui mesmo vai ficá e se não... mas aí, começô aquela febre muito forte e todo mundo fazendo medo, fazendo medo... tem que ir na sede da fazenda pra ver se arruma uma condução pra levar, porque aí agora vai ser brabo. Mas não. Deus abençoou, eu falei “não, seja o que Deus quiser” e aí a mulher pegou, chegou lá uma mulher velha lá já de idade, que ela era nossa médica. Ela falou “Não, vamô fazer uma simpatia, se Deus abençoar que essa placenta nascer, vim, aí não precisa ir porque essa febre passa tomém”. E aí chegou e começou a fazer simpatia. Como que era a simpatia: aqueles tição de fogão a lenha, ‘tava os tição, ponhô os tição no fogo né, quando ele começava a queimar daquela ponta, pegava aquela outra ponta, tirava pra fora, virava as três ponta que ‘tava sem fogo pra dentro e ela falava umas palavra lá, não sei o que que era e chá de Canela. Fazia aquele chá de canela quente e dava e eu ia bebendo, bebendo... Deus abençoou, quando ‘Nel [Manoel] foi no pasto pra pegar o cavalo pra poder ir na sede da fazenda atrás da condução, deus ajudou que aquilo ali ‘cabou e aí tomém aquela febre foi passanô, foi passanô, melhorei. Só que quando foi do otrô, aí não teve jeito, aí teve que ir. Porque ele morreu, ficou quatro dia morto, mas aí não teve jeito, aquele ali ou eu ia pro médico tirar ou eu morria né, que eu já ‘tava dando o tétano já. E passei por tudo isso e ‘tô viva. (BENEDITA, Entrevista concedida para Laiza, Ubiratã, 2020).

Havia dificuldade em se locomover na época, bem como, era difícil o acesso a médicos e a remédios. Seus primeiros partos foram feitos em casa e, a maioria, sem a ajuda de qualquer parteira ou pessoa próxima. Mas, duas situações específicas foram marcantes: os filhos que morreram ainda no útero. É interessante notar como ela aciona estas memórias com as circunstâncias da vida na fazenda, por exemplo, o fato de a cidade ser um dia de viagem da fazenda, fazendo com que a situação complicada no parto se prolongasse e, praticamente, tivessem que contar com a “sorte”, como ela mesma coloca; ou a presença da “mulher velha” que era considerada a médica do lugar e ensina uma simpatia para que ela se recupere do pós-parto e, ainda, o fato de todas as mulheres da colônia se reunirem para ajudar. Essa memória, apesar de muito particular, – uma vez que a experiência concreta do fato foi vivenciada por Benedita e por seu corpo – também se confunde com uma memória sobre a própria fazenda, as relações estabelecidas entre aquelas pessoas e a forma com que elas faziam para

sobreviverem às circunstâncias adversas, como se ajudavam e como compartilhavam entre si vivências traumáticas, doloridas e difíceis¹⁸.

2.2 Última Parada: Ubiratã

Ubiratã está localizada na região Centro-Occidental do estado do Paraná, vivenciou um processo de reocupação semelhante ao que foi experimentado por Paranavaí – com as grilagens, disputas por posse de terra, jagunços e companhias colonizadoras. Contudo, especialmente o projeto de loteamento e municipalização do território, que hoje corresponde a Ubiratã e seus arredores, começou a acontecer apenas no final da primeira metade do século XX e teve como protagonista a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná LTDA (Sinop), empresa colonizadora responsável pelo loteamento e venda de terras na região. Conforme mencionei anteriormente, o Paraná vivenciou ritmos diferentes de reocupação. A região norte do estado ou “norte pioneiro”, já vivenciava um estágio avançado neste processo, enquanto, principalmente o oeste do estado, vivenciava forte exploração de mão de obra escrava com as *obrages* e um território quase inteiramente sendo ocupado e explorado por empresas estrangeiras, especialmente de argentinos e paraguaios (ROMPATTO, 2016).

A eclosão do Movimento Tenentista em 1920 e, principalmente, a Marcha da Coluna Prestes em 1924, que percorreu cerca de 25 mil quilômetros pelo interior do país, encontrando exílio na Bolívia em 1927 (TEIXEIRA, 2018), foi decisiva para a denúncia da situação em que se encontrava praticamente todo o Oeste do País, incluindo o oeste paranaense. Depois das denúncias da Coluna Prestes, o Governo Vargas (1930 -1945) começa a organizar a “Marcha para Oeste”, concedendo terras as empresas colonizadoras, com o intuito de lotear e revendê-las a fim de efetivar o processo de “ocupação” daqueles territórios (ROMPATTO, 2016). A partir desse contexto, é que o projeto colonizador antes localizado apenas no norte do Paraná se expande para o oeste, passando pela região centro-occidental em que está Ubiratã. Portanto, enquanto Paranavaí já vivencia o ciclo do café e o seu declínio progressivo a partir de 1970, Ubiratã acaba de se tornar independente em 1960 e inicia outro ciclo de produção, principalmente com o algodão, soja e Hortelã.

¹⁸ Certamente, outros aspectos merecem atenção nessa fala de Benedita, a própria maneira com que ela relata esse episódio sem esboçar a mesma emoção com que relata, por exemplo, os episódios da seca e da fome que vivenciou; o que não significa que ela não tenha sentido o impacto dessa situação dolorosa, provavelmente, não esboçar uma reação mais profunda seja uma forma de reagir ao trauma, de suportá-lo, enfrentá-lo. Meu intuito, neste momento, não é de me estender nesta lembrança, nas questões de gênero, saúde, raciais e até mesmo psicológicas que ela envolve e sim, o de apenas pontuar que tal memória difícil e dolorosa existe e a maneira com que ela aciona esta memória na narrativa, relacionando-a com o ambiente da fazenda e não quando fala sobre si de forma mais particular, por exemplo, quando começa a narrativa se apresentando.

Manoel e Benedita decidem migrar para Ubiratã apenas em 1972. Conforme Manoel narra:

Manoel: Eu vim pra cá em '72 pra Ubiratã.

Laiza: E quem foi com você lá? Qual era o nome dos parentes?

Manoel: Parente era Manoel Salustriano e meu irmão que era Jurandir. Eles vierô pra cá primeiro, dois anos na frente minha, eu ainda fiquei lá dois anô. Aí depois desses dois anô em '72 eu vim aqui pro Ubiratã. Fui aqui pro Carajá, morei dois anô ali no carajá, trabaiei em terra arrendada... já tinha o mais velho que já ajudava um pouquinho, Cidim [Aparecido] também. Fiquei dois anos ali no Carajá, depois mudei aqui pra estrada amazonas, fiz um arrendamento de sete alqueirê ali, toquei três anô de lá, quando venceu esse contrato foi quando eu vim aqui pra essa estrada, comprei uma arezinha aqui e 'tô aqui até hoje... de.. entrei aqui nessa estrada em '76. (Manoel, Entrevista concedida para Laiza, Ubiratã, 2020)

A possibilidade de posse de terra se deu, justamente, pela liberdade que Manoel encontrou em Ubiratã de arrendar a terra e controlar o processo de produção, bem como os seus lucros. Ainda que tenha encontrado uma realidade, aparentemente, diferente daquilo que ele encontrou em seu primeiro processo migratório, quando saiu da Bahia e chegou em Paranaíba, isso não anula o fato de que Ubiratã e Paranaíba experimentaram passados violentos semelhantes e Manoel, ainda que “confinado” na Fazenda Cristo Rei, teve conhecimento por meio de outros peões do que acontecia em Ubiratã. Este fator retardou a sua migração, e não só isso, quando Manoel parte com a família de Paranaíba para Ubiratã ele poderia ter escolhido voltar para a Bahia, mas, ainda assim escolheu permanecer no Paraná:

Manoel: Eu nem vinha pro Paraná, resolvi de última hora (...) Eu 'rependi, eu só num voltei com o próprio cara do caminhão, que era irmão do cara, eu só num voltei com ele por causa de Benedita, que veio duas irmã dela e elas começaram a chorar que ia ficar e Benedita ia voltar. Aí eu falei, eu vou ficar aqui só um ano e vou trabaia aqui só um ano e vou-me embora, voltar pra Bahia (...) Depois de um ano eu trabaiei, tinha condição de voltar mas eu pensei assim: eu vou trabaia mais um ano aqui, vou trabaia mais um ano mod'eu chegar lá... aí a coisa foi, quando eu cheguei [depois de mais um ano] a coisa era difícil (...) Porque eu falei assim, trabaia tanto faz aqui como lá a gente vai ter que trabaia. Aqui a gente tem que aprender a viver o ritmo da fazenda, todo o lado aqui, essas fazenda tudo tem dificuldade, peguemo o ritmo da fazenda falei: vou ficar aqui. (Manoel, Entrevista concedida para Laiza, Ubiratã, 2020).

Manoel: Quando eu 'tava em Paranaíba era pra eu ter vindo pra'qui mais em antes, mas peão, peãozada mexia tudo esse trecho aqui, eles chegava e falava: Rapaz, 'cê vai pra'quela região de Ubiratã lá, lá tem o rio Piquiri lá que o povo mata gente e o povo joga dentro lá e consome. Gente não sabia de nada ficava meio... Já via aquelas boca quente lá, ficava, vou não.

Laiza: Pelo menos ali você conhecia...

Manoel: É, falei eu já ‘costumei aqui. Aqui eu já sei como é a coisa, eu vou levânô nesse ritmo, que eu já peguei o ritmo daqui, eu vou ficanô por aqui. Ai quando eu cheguei aqui eles falava que não, teve muita boca quente aqui também, mas quando eu cheguei aqui já tinha acabado (MANOEL, Entrevista concedida para Laiza, Ubiratã, 2020).

Manoel: Graças a Deus, criei. Sofremo muito, com a mulher e as criança mas, deus ajudou que criei tudo aqui. Dou graças a Deus porque as boca que eu enfrentei aqui nesse Paraná não foi fácil. Se eu fosse desaconsoar aí tinha... e os parente que tem em São Paulo “ah, vamô embora pra cá, trazer esses menino pra criar aqui”. Mas eu pensava, as veís eles ‘tava lá, aquilo... eu pensava, levar esses cinco hôme aqui no fim lá pra São Paulo, alguns falava é bom, outros falava não é bom, ‘cê vai criar esses menino aqui nessa cidade grande, isso e aquilo, e falanô... Eu pensei, falei não, eu vou ficar aqui... Meus irmão e esse concunhado largou tudo a roça e foi. Graças a deus criei eles aqui, depois de criado aí eles casaram tudo, ainda ficou por aqui, tem o caçula [Orlando] que tá aí até hoje, e foi graças a deus, criei tudo, arrumei uma morada pra criá eles. (MANOEL, Entrevista concedida para Laiza, Ubiratã, 2020).

Nesse sentido, o retorno, conforme vimos com Sayad, até aparece enquanto possibilidade, mas não se concretiza. Pelo contrário, Manoel busca se adaptar, aprender os modos de viver na fazenda e, depois, se adapta novamente à Ubiratã e mesmo diante da possibilidade de ir para uma cidade maior, decide fixar-se no Paraná. Isso pode ter inúmeras razões, como o fato de já terem se adaptado minimamente no Paraná ou mesmo, o medo do retorno e a apreensão com aquilo que poderiam vir a encontrar no local de origem. Conforme Sayad (2000) o retorno é tanto para o imigrante, quanto para seu grupo, uma espécie de retrospectiva, uma temática da memória, porém esse tipo de retrospectiva não pode ser concretizada uma vez que a fronteira do tempo não pode ser cruzada, não se retorna para o tempo de partida, nem se reencontra a mesma situação que o migrante deixou quando partiu, a única coisa que ele, de fato, possui é a possibilidade de ir e vir no espaço, que também pode ser carregada de afetividade, nostalgia, tornando o espaço vivo. Podemos questionar e refletir se a decisão de Manoel em ficar diminui ou isenta essa possibilidade de retorno, ou se essa decisão torna menos provisória a sua condição de migrante. Contudo, certamente, a decisão em ficar não destitui Manoel da condição de migrante ou de “ser-migrante”, uma vez que, uma série de mecanismos o fazem recordar sempre que possível desse lugar de migrante.

Enquanto Manoel e Benedita permaneciam em Paranavaí, Ubiratã estava recém-emancipada, ainda lidando com os conflitos de terra remanescentes do processo. De acordo com o livro intitulado Ubiratã: História e Memória¹⁹, uma encomenda da prefeitura municipal

¹⁹ Este livro está funcionando na narrativa como fonte e objeto de análise. Ele é particularmente interessante de ser contrastado com as narrativas de Benedita e Manoel, justamente, porque é um material voltado para o grande

para comemorar os 50 anos do município, a Sinop obtinha “uma aquisição legal e legítima” (SPERANÇA, et al, 2008, p.53) das terras na região do Vale do Piquiri. Tal legitimidade provinha de um acordo feito entre a Colonizadora e o estado do Paraná para a efetivação do projeto desenvolvimentista. Certamente, essa legalidade é questionável, uma vez que, na maioria dos casos as famílias de caboclos, sertanejos, indígenas e posseiros que moravam na região muito antes do projeto colonizador, não foram incluídos na “partilha” de tais terras. A Sinop entra em cena para cumprir com a perspectiva de uma ocupação produtiva, que como vimos com Lucio Tadeu Mota (2008), trata-se, principalmente, de encarar a terra como mercadoria. Contudo, já havia uma intensa disputa de terra na região por conta das grilagens que dividiam o Vale do Piquiri em duas grandes glebas onde atuavam dois grandes grilos. No lado direito, estava a Gleba Rio Verde, onde localiza-se o Município de Ubitatã, que teria sido anteriormente o Grilo Guavirova. Com o cancelamento deste grilo pela justiça do estado do Paraná em 1944, a Sinop requereu o direito as terras devolutas (MOTA, 2008)²⁰ começou o processo de reocupação da região, dando origem, posteriormente, ao município de Ubitatã (ROMPATTO, 2016, p. 96).

Ainda que Manoel e Benedita encontrem outra situação em Ubitatã, que em nada se parece com o drama vivido assim que chegaram em Paranavaí, as “bocas quentes” para usar as palavras de Manoel, ainda existiam e eram uma ameaça constante ao bem-estar da família e ao principal objetivo: adquirir uma posse de terra. Por aqui, o perigo eram os cerealistas, responsáveis pela venda das produções dos pequenos agricultores. Conforme Manoel:

Tinha um Cerealista que eu vendia, o que me sobrava eu entregava no cerealista quando eu pensei que não aquele Cerealista já ‘tava falinô e a turma falou “É, fulano tá falinô rapaz, ‘ocê vai perder tudo o que ‘cê produziu que tá lá”. Aí eu cheguei lá com o cara e recebi aquilo porque o pai dele morava aqui o pai dele morava ali pro lado de... esqueci até o nome da cidade... e ‘tava aqui na porta da casa cheio de gente pra cobrar aquilo... Porque eles comprava os cereal e quando pensava que não sumia no mundo e largava a turma sem receber. Aí eu cheguei, o cara falou “Ah, os menino não tá aí, não tá aí” quando eu olhei assim na porta, abriu a porta um pouquinho, eu vi o cara, eu falei “não rapaz o que que é isso?” Aí ele abriu e falou, “entra, entra aqui”. Assim do lado de fora ‘tava gente, cheio de gente. Aí eu falei é, ele entrou, no que ele falou entra, entra aqui, bateu a porta. Aí começou a conversar lá mais eu. Aí quando eu pensei que não bateu na porta, era o pai dele, pai dele entrou aí falou assim “Fulano, o que que tá acontecê aí do lado de fora?” porque o velho era muito... aí eles contaram,

público e nos ajuda a endossar as discussões de alguns aspectos que serão mais aprofundados no decorrer da narrativa: por exemplo, o Paranismo.

²⁰ De acordo com Lúcio Tadeu Mota (2008, p. 34) o termo “terras devolutas” assim como “sertão”, “boca de sertão” e “mata virgem” são variações com o mesmo propósito de indicar que aquela região era desabitada, enfatizando a ideia de vazio demográfico.

eles contáro aí o velho perguntou “o que que ‘cê tem com os menino aí?” ai eu falei “é porque eu vendi um algodão pra eles aí e um pouco de soja e eles me deram um cheque ai e foram tudo frio, não recebi nada”. Aí o véio ainda deu umas escrachada nele.. aí o velho falou “quanto é? Deixa eu fazer um cheque aqui” Aí o velho pegou, me deu um cheque dele e falou “olha, ‘ocê pode levar no banco que o cheque ‘tá bom”. Aí o véi ainda falou pra eles assim “eu não criei ‘ocês pra tá fazendo essas coisas não rapaz”. Aí o véi saiu e eu ainda fiquei lá dentro mais eles conversanô. Aí eles falou assim pra mim “no que ‘cê sair aí que a turma pergunta ‘ocê não fala que nós ‘tava aqui dentro, que nós ta aqui não”. Aí eu sai e gente dessa cidadinha aí tudo vendia algodão pra eles, era tudo quanto era coisa, ai os cara perguntou “e os menino ‘tá aí?” Eu falei “rapaz vi o pai deles ai agora eles eu não sei não”. Aí eu sai, o velho pegou, me deu o cheque, eu peguei e fui no banco, cheguei o cheque ‘tava bom (MANOEL, Entrevista concedida para Laiza, Ubiratã, 2020).

Manoel ainda passou por outra situação como essa que conseguiu se livrar e, como ele mesmo lembra, “tinha que ter sorte (...) muita gente perdeu lavoura”. A situação se normalizou com a Cooperativa Agroindustrial União (COAGRU), em que ele se associou na década de 1980. É interessante perceber os desafios que se apresentam ao longo da trajetória de Benedita e Manoel, como fatores imprevisíveis mudam o curso das ações e dos resultados mas, é particularmente curioso observar como o fator “sorte” é evocado em sua narrativa e como ela é narrada. Em alguns momentos, é quase possível visualizar as cenas que ele está narrando, os “personagens”, suas “falas”, o “cenário” e a figura dele, como protagonista, o “mocinho” ou “herói” dos romances. É quase como ler Alexandre e Outros Heróis de Graciliano Ramos. De acordo com Candau (2011) enquanto é preocupação da História ordenar a narrativa sobre o passado, a memória, por sua vez, é atravessada pela desordem da paixão, das emoções, dos afetos e, eu acrescentaria, a partir da análise do excerto de Manoel, pelo fator: Sorte. A sorte acaba funcionando como um fator explicativo para o inexplicável ou aquilo que não é facilmente explicado. Conforme Amado (1995) a construção narrativa articula uma série de elementos que se dão de infinitas formas para construir a lógica ou a linearidade narrativa.

Para Benedita, outros aspectos foram desafiadores assim que chegaram em Ubiratã:

Fômo lutando, de um arrendamento pra otrô e corre pra um canto e corre pra otrô, viêmo pra’qui e aquela batalha. Chegêmo aqui, cada casa que nós entrava, entrêmo... não, a primeira que a gente teve, meu pai eterno, ‘cê olhava assim, era feito de coqueiro né (Laiza: aqui em Ubiratã?) aqui em Ubiratã, no Carajá, mas aqui no Ubiratã. Meus menino, acostumado numa casa boa, porque lá era no mato, mas a casa era boa né, e tudo com medo rapaz, tinha que forra aqueles lençol, ponha aqueles lençol enrroda assim pra podê eles não chorá de medo de noite, porque do jeito que ‘tava aqui dentro ‘ocê olhava tudo lá fora, era coberta por coqueiro né,, enrroda dela era tudo

coqueiro. E aí, aquela lida, aquela lida, fiquêmo. Deus abençoou que nós conseguiu uma casinha mió, fômo pra essa casa mió. E fômo batalhando, porque gente nós trabalhâmo meu deus do céu, tinha ora que ‘cê vê esse hôme aí, eu e ele e esses menino, deixava eles tudo pequeno, Lando e Osmar e Messias que era os três pequeno, dentro de casa dormindo e eu e ‘Nel e Cidim e Paulo, tinha hora que era três hora da madrugada nós ‘tava no meio da roça, fazendo aquelas coisa de soja pra podê cobrir né, carregava o soja e cobria pra podê batê na máquina, que era cortada tudo no facão, pra ver se nós comprava um pedacinho de chão pra nós, porque nós já não ‘guentava mais mudar rapaz! ‘Cê ‘tava num canto quando pensar que não os cara chegava e pedia aquela terra, ‘cê tinha que sair e era aquele sofrimento. (BENEDITA, entrevista concedida para Laiza, Ubiratã, 2020).

É curioso notar como Benedita retrata essa instabilidade de lugares, essa ideia de transitar de um canto para o outro, de estar sempre sujeito a mudar-se repentinamente e do desejo profundo em estabelecer-se, encontrar um “pedaço de chão *pra* morar”. Certamente, esse desejo em fixar-se num território pode ser encarado como genuíno e até naturalmente humano. Conforme vimos com Albuquerque (2016), os grupos humanos necessitam definir um território para habitar. Para ele, não conseguimos viver completa e totalmente desterritorializados, precisamos “inventar” um lugar para morar, até mesmo a construção de nossa identidade passa pela definição de uma territorialidade. E quando nossas antigas definições de território mudam? Quando migramos ou estamos constantemente de um canto para o outro? Podemos considerar, a partir das experiências trazidas de Manoel e Benedita até aqui, que a percepção constante de emigrados pode ter modificado a sua percepção sobre o território. Para eles, mais importante que pertencer a uma região, a um estado ou, até mesmo, a uma nação, era ter um “pedaço de chão para morar”, fixar uma residência, em uma terra que levasse seus nomes em um papel, comprovando sua posse, para ali terminar de “criar os filhos”. Até mesmo a presença dos filhos, no processo de aquisição da terra – a divisão de tarefas, os filhos se envolverem no trabalho, contribuindo para a compra da terra – cria uma espécie de “comunidade”, ou senso de “comunidade” em torno deste território que acaba ganhando contornos simbólicos e afetivos.

Por fim, quando esse laço com o território é estabelecido e efetivado na chácara São Manoel, dentro de todos esses contornos simbólicos e afetivos, a Bahia parece se tornar uma lembrança nostálgica e um lugar de retorno que como vimos com Sayad (2000), acaba não se concretizando. Benedita quando questionada sobre sentir saudade da Bahia, diz o seguinte:

É da minha mãe né fia, é da minha mãe porque eu deixei ela lá com os meus dois irmão pequenô, três, e vim pra cá. De lá, o que eu mais senti falta foi dela né. E lá hoje eu só tenho... tenho minhas cunhada que é irmã dele [Manoel] meu tio morreu, tem a tia mas é porque é muié dele a gente chama

de tia né, mas as minha tia tudo por parte da minha mãe já morreu tudo as que ficou lá, o que tem lá agora é tudo dele (...) mas ali da Bahia hoje o que eu sinto falta só é, tá certo, foi sofrida a minha vida ali mas, sei lá, a gente foi feliz ali também em muitos ponto né. (BENEDITA, Entrevista concedida para Laiza, Ubiratã, 2020).

Nesse pequeno trecho uma série elementos daquilo que viemos discutindo ao longo destes tópicos sobre migração tornam-se perceptíveis: A ideia de que a experiência migratória se vive na dor para os que ficaram e para os que saíram e deixaram seus laços e referências e, principalmente a expectativa de retorno que quando não concretizada se transforma nessa espécie de memória nostálgica sobre esse local de origem, tornando-o sacralizado, bendito, transformando-o enfim nesta “terra natal” que segundo Sayad (2000) é o local em que o indivíduo migrante investe todo o seu ser social, mobilizando toda a sua identidade social e cultural. Desse modo, por mais que Benedita tenha por horas narrado sobre diversos sofrimentos ao longo de sua trajetória e, especialmente em sua terra natal, que a levaram a se deslocar, ainda existiam vínculos e momentos que foram felizes, como ela mesmo pontua. Precisou-se (res)significar essa terra natal. Tal processo é importante para que esse local de origem ainda funcione para o migrante como uma referência identitária, especialmente se ele já se fixou como foi o caso de Benedita e Manoel. Para ela, existe ainda a perda de muitas pessoas que lhes foram importantes, a perda de uma referência familiar já que praticamente todos os seus parentes faleceram ou migraram, restando apenas a família de Manoel em grande parte. Mesmo diante disso, existe um esforço em pontuar que essa terra nostálgica teve momentos bons.

2.3 Disputas de Memória e Identidade: a presença “(in)visível” de Benedita e Manoel

Chegamos até este último tópico acompanhando a história de Benedita e Manoel desde sua saída de Vitória da Conquista (BA) até a chegada no Paraná, o período em que viveram em Paranaíba e, depois, o período em que viveram em Ubiratã. Em todo esse processo analisei questões narrativas, suas memórias, a construção de suas identidades, as questões históricas que atravessam suas narrativas e, especialmente, a questão migratória. Benedita e Manoel são migrantes e essa condição de migração parece permanecer mesmo depois de 60 anos vivendo no Paraná. As relações que eles foram construindo e reconstruindo com os territórios que percorreram, parecem culminar neste *meio-termo* ou *meio-lugar* que é a casa em que moram atualmente e onde acabaram de criar os filhos. Esse *meio-termo* permite-os

fixar-se, estabelecer uma territorialidade, laços e pertencimento, mas não anula a “atmosfera” migratória que é constantemente evocada em pequenos “lapsos” de memória ou circunstâncias que os lembram de sua condição (permanente) de migrante. Na introdução deste capítulo mencionei a questão xenofóbica e a aparente invisibilização da presença nordestina – e conseqüentemente de Benedita e Manoel – no Paraná e, principalmente nos discursos que buscam construir a memória e identidade do estado. Neste tópico pretendo me aprofundar nestes dois elementos, buscando me aproximar de uma resposta para a questão que levanto aqui: em que medida a xenofobia pode ser percebida em toda essa narrativa de Benedita e Manoel?

É inegável a esta altura que a narrativa de Manoel e Benedita representa, como já mencionei, uma fratura na série de discursos historicamente construídos sobre a memória tanto do Nordeste, quanto do Sul e, especificamente do Paraná. Essa fratura é representada não só pelo tom de denúncia aos tipos de violência e abandono institucional que presenciaram e vivenciaram em suas trajetórias, mas, sobretudo, por sua própria existência e sobrevivência a este espaço e a estas memórias. Além de uma série de fatores que confluíram para que, neste momento, eu possa estar escrevendo esta dissertação. As questões que permanentemente me motivaram ao longo dessa trajetória e que não poderia deixar de discutir aqui continuam sendo: Por que nordestinos foram invisibilizados na memória e história do Paraná? Por que meus avós não foram elencados entre os pioneiros na história de Ubatã? O que explica todas as memórias narradas e discutidas aqui não estarem, por exemplo, nos livros didáticos?

Para discutirmos tais questões precisamos retomar brevemente as discussões sobre estereótipos e os esquecimentos de memória. Vimos que os regionalismos, bem como a construção identitária, se inscreve em uma fala assertiva e repetitiva que nomeamos de estereótipos. Conforme Candau (2011, p. 84), o ato de recordar e esquecer opera numa classificação, é a partir de “mundos” classificados e ordenados em nossa memória que construímos e impomos nossa própria identidade e a dos grupos a que pertencemos. As discontinuidades e a quantidade de informações caóticas que podemos nos deparar é extremamente desconfortável e desorienta indivíduos e grupos. Neste sentido, os estereótipos atuam quando perdemos nossa capacidade de classificar e ordenar o pensamento. Eles funcionam como “muletas de um pensamento classificatório frustrado ou posto em questão por uma massa de informação muito complexa ou desordenada” (idem). É por isso que se atribui estereótipos, tanto para identificar o Nordeste, quanto para identificar o Sul e, especificamente, o Paraná.

No caso paranaense, é particularmente interessante analisarmos como se desenvolveu a construção de estereótipos sobre o estado. A primeira iniciativa de “gestão política da memória” no Paraná, visando construir memórias que contribuíssem para a construção da identidade que se queria para o estado, começou com a criação do Instituto Paranaense de Educação, atual Colégio Estadual do Paraná, em 1876, que não só estava preocupado em qualificar mão de obra para a província como também contribuiu para a tentativa de “abrasileiramento” de estrangeiros no estado (FELIPE, 2018, p. 160). Depois, na década de 1920 surge o *Paranismo*, que de certo modo, concretiza os anseios de criação de uma memória e identidade para a província. O objetivo era o de firmar uma autoimagem do Paraná, que o contrapusesse a outras regiões do Brasil, enfatizando, deste modo, ideias como a do Vazio Demográfico e uma composição étnica/racial de maioria herdada das imigrações europeias (BATISTELLA, 2012; DUARTE, 2015 CARVALHO, 2016; MEDEIROS, 2017; MOTTA, 2008). É certo que o *Paranismo* teve o apoio e atuação de intelectuais, literatos e artistas plásticos, especialmente da elite curitibana. Contudo, Luis Afonso Salturi, apesar de em certos momentos parecer adotar os ideais do *paranismo* como modelo explicativo para o Paraná, faz uma importante observação sobre a importância de distinguir o *paranismo* do *movimento paranista*. Segundo o autor, para entendermos o surgimento do *paranismo* precisamos retomar os ideais de seu principal expoente: Romário Alfredo Martins.

Na perspectiva de Salturi, é preciso “resgatar” o sentido original de *paranismo* atribuído por Romário Martins, que era compreendido, neste caso, como “um sentimento ligado a um ideal, uma ‘forma de pensar’ o Paraná, relacionado à identidade local, seja ela na esfera política, econômica ou cultural, com vistas a um futuro próximo, rumo ao progresso” (SALTURI, 2009, p. 19). Nesse sentido, Martins forjava uma ideia de Paraná, muitas vezes criando mitos e folclores, a fim de propor um modelo identitário para o estado, de um ponto de vista mais teórico. Por sua vez, o *Movimento Paranista* ainda seria o *paranismo*, porém em sua forma “objetiva”, a qual segundo o autor, significa pensar que “o *Movimento Paranista* foi uma maneira de colocar em prática um sentimento, essa ‘forma de pensar’, que só atingiu o caráter de movimento em meados da década de 1920” (SALTURI, 2009, p. 19). Desse modo, o *Paranismo* enquanto *movimento* teve um período de duração, correspondente a ação de grupos de certos indivíduos, que seria entre 1927 e 1930, enquanto o *Paranismo*, digamos, enquanto sentimento, é subjetivo, pode ultrapassar as barreiras temporais, sendo associado em outras ideologias de períodos subsequentes (SALTURI, 2009). Neste último caso, o *Paranismo* poderia ser considerado como esse construtor de estereótipos sobre o Paraná, de

um imaginário sobre o Paraná e, até mesmo, um catalisador dessa memória e identidade paranaense.

No jogo de memórias esquecidas e evocadas na construção das narrativas identitárias, como vimos na introdução do capítulo, temos a presença negra, indígena e nordestina como os principais alvos de tentativas de invisibilização por parte da “gestão política de memória” operada pelo *Paranismo*. Abordarei brevemente como o Paranismo operou no caso da presença negra e indígena, uma vez que, meu objetivo aqui é analisar o caso do Nordeste. Desse modo, no primeiro caso: dos estados ao Sul do Brasil, o Paraná é o que concentra o maior número de afro-brasileiros (cerca de 40%) e é possível datar a presença negra no estado desde o Século XVI, por meio de patrimônios culturais matérias, como a construção da Nossa Senhora do Rosário (1575-1578) em Paranaguá e, principalmente, a Igreja Nossa Senhora do Benedito (1600-1650), também, em Paranaguá, considerada a primeira igreja de São Benedito construída por escravizados negros devotos da santa e, também, um local em que povos negros enterravam seus mortos, celebravam suas missas, realizavam seus casamentos e onde não era permitida a entrada de pessoas brancas (FELIPE, 2018).

Contudo, tanto a obra e o pensamento de Romário Martins, quanto a de Alfredo Martins – principais intelectuais do Paranismo – foram influenciados pelas teorias raciais do final do século XIX, intimamente relacionadas com as políticas eugenistas do país, conforme mencionado anteriormente. Tais teorias “fizeram da população negra alvos do branqueamento, ou seja, a busca genética para eliminar as características africanas da população brasileira” (FELIPE, 2018, p. 160). Neste sentido, parte dos intelectuais brasileiros compartilhavam a ideia de que para atingir o padrão civilizatório (moderno e europeizado) era necessário extinguir qualquer proximidade com tudo que fosse contrário ao padrão branco-europeu. A estratégia utilizada para formar a identidade paranaense, seguindo os ideais científicistas correntes no restante do país, foi de distanciar a imagem do estado de tudo o que remetesse ao passado escravocrata do país, entendendo o negro como raça inferior, cujo defeitos seriam transmitidos biologicamente (FELIPE, 2018; BATISTELA, 2012). Atendendo a tais perspectivas Wilson Martis sugere na obra “um Brasil Diferente”, que o Paraná teria características singulares ao restante do País por “não ter conhecido a existência da escravidão e por ter sido colonizado, eminentemente, por europeus, o que levou o estado ao progresso e a civilização” (FELIPE, 2018, p.163).

Por sua vez, o caso indígena guarda algumas particularidades. Os indígenas não foram simplesmente esquecidos no jogo de disputas por identidade e memória, eles chegam a ser ostensivamente trazidos nas narrativas de intelectuais paranistas, inclusive pelo próprio

Romário Martins, porém, o olhar destes paranistas para o nativo acaba sendo influenciado pelo romantismo indianista que lembra José de Alencar, do final do Século XIX e início do XX. Assim, se por um lado o negro/africano era apagado da historiografia paranaense, o indígena era intencionalmente evocado, porém de maneira romantizada, o que significava uma representação irreal do índio, mitificada e idealista (BATISTELLA, 2012).

Agora, o nosso principal foco: as migrações nordestinas. Semelhante ao que acontece com a presença afro-brasileira no estado, as migrações nordestinas tentaram ser invisibilizadas, justamente, por não estarem de acordo com os ideais de branqueamento e civilidade do período, influenciados principalmente pelas políticas eugenistas do século XX. O *Paranismo* tinha o propósito de exaltar a presença estrangeira no estado, inclusive incentivando, com políticas públicas, a emigração de estrangeiros. Neste sentido, com base no determinismo geográfico²¹, os discursos sobre o Paraná buscavam enfatizar o clima do estado como mais próximo do clima europeu e, especificamente, diferente dos climas de São Paulo, Rio de Janeiro e do restante do Brasil, com isso “o clima do estado, ameno e semelhante aos climas europeus, foi amplamente utilizado para justificar uma suposta superioridade dos paranaenses em relação ao resto do Brasil” (FELIPE, 2018, p. 162) que seria caracterizado pelo clima tropical, considerado um impedimento para a civilização.

Soma-se a esses fatores, outras circunstâncias que contribuíram para a invisibilização dos Nordestinos, como o fato de, na maioria das vezes, não terem migrado com poder aquisitivo para a compra de terras e o fato de se considerar que eles não deixaram traços marcantes e visíveis na cultura local, como a realização de festas e centros de tradições, ainda que sejam considerado o terceiro maior grupo a migrar para o Paraná. Conforme Fernandes, existem alguns elementos explicativos para isso:

a) grande mobilidade deste grupo, em busca de frentes de trabalho; b) a falta de capital que caracterizam de certa forma estes migrantes – dado que a maioria veio para a realização de serviços braçais, na lavoura e na derrubada das matas – e com isso não se enquadravam na categoria de pioneiros, geralmente atribuído aos proprietários de terra; c) a pouca organização em centro de tradições ou da realização de eventos que marcou sua presença (FERNANDES, 2012, p. 9-10).

²¹ O termo “determinismo geográfico” surge no século XIX sob influência no campo geográfico das ciências sociais e biológicas que vão acabar reforçando o caráter ambientalista da Geografia, ou seja, o estudo das relações entre a humanidade e o meio. Assim, surgem duas doutrinas diferentes, que podemos compreender como correntes conceituais e teóricas, de um lado o *determinismo* e de outro o *possibilismo*. Os principais intelectuais, entre eles geógrafos e etnólogos, que vão elaborar o determinismo geográfico em seus primeiros anos são Friedrich Ratzel (1844-1904) e Ferdinand Von Richthofen (1833-1905). (BERNARDES, 1982, p. 391-392).

Contudo, gostaria de propor outra possível leitura que explique esse “apagamento” da presença nordestina no Paraná. Vimos com Albuquerque (2016) que a Xenofobia precisa ser analisada a partir de cada situação migratória específica, pois ela opera dentro de mecanismos culturais, históricos e sociais específicos, acompanhando cada situação migratória. Podemos pensar no caso nordestino, a partir do viés racial, xenofóbico e eugenista, uma vez que, como vimos o processo de classificação, seleção e criação de estereótipos acerca do que é ser nordestino ou do que é ser paranaense opera, especialmente, a partir das perspectivas eugenistas. Neste sentido, o Nordeste é percebido como naturalmente inferior em consequência “do encontro entre um habitat desfavorável e uma raça fruto do ‘cruzamento de indivíduos de raças extremas e da submestiçagem’” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 56). Migrantes nordestinos, portanto, não são apenas estrangeiros – e por isso passíveis de sofrerem atos xenofobos – mas, sobretudo, são resultado de uma submestiçagem²². Albuquerque Jr. (2016, p. 64) explica que desde muito cedo seres humanos tendem a evitar o “corpo estranho”, desenvolvem noções de pureza e impureza para definir e limitar o seu contato com os “outros” e isso leva ao medo e rejeição das mestiçagens, ou seja, a “mistura de corpos”. Em um mundo que opera a partir da simbologia, dos sistemas classificatórios e da diferença para construir suas identidades e garantir o controle social, a soma de todos estes fatores é que vai dividir os “locais” daqueles que podem ou que serão considerados “forasteiros” (WOODWARD, 2014).

Voltando-se especificamente para a Memória de Benedita e Manoel, é interessante perceber a atmosfera de clandestinidade com que chegam no Paraná, o fato de ficarem por uma década na Fazenda Cristo Rei, que recebia muitos migrantes nordestinos na mesma condição de “clandestinidade”, e que parecia estar além do poder do estado uma vez que não era permitida a entrada de “autoridade nenhuma”, como Manoel destaca diversas vezes. A invisibilização de suas presenças no estado começa na viagem, quando o pau de arara percorre os arredores dos municípios para que eles não fossem vistos chegando. Depois ela continua com as suas memórias que, até o momento desta pesquisa, circulavam apenas no ceio familiar

²² Isso significa que recai sobre os nordestinos, especialmente, o fator racial e migratório, ou seja, o fato de serem estrangeiros. Entendo que existam muitas diferenças entre ser um migrante nordestino branco e ser um migrante nordestino negro, como no caso de Benedita e Manoel, em que essa questão racial aparece como um componente ainda mais relevante quando pensamos em diversos aspectos discutidos sobre a trajetória migratória de ambos, como a violência, a dificuldade de acesso a direitos e a própria invisibilização que está sendo debatida neste tópico. Contudo, ainda que entenda a relevância de trabalhar especificamente com a questão racial optei, neste momento, por apenas tangencia-lá na análise como venho fazendo ao longo dos capítulos, justamente, por entender que se trata de um tema que exige uma discussão específica e complexa da qual não consigo fazer neste momento, assim como caberia uma discussão sobre relações de gênero em diversos excertos de Benedita. O processo de investigação exige escolhas e recortes e, neste momento, minha escolha é abordar apenas o viés xenofóbico presente em atos migratórios que, em alguma medida, também tangencia questões raciais.

e eram compartilhadas com seus semelhantes, aqueles que vieram em circunstâncias parecidas com a deles. O projeto de invisibilização nordestina se estende no *Paranismo*, que busca criar estereótipos para o Paraná desvinculando-o da presença negra e nordestina no estado. O livro que mencionei no tópico anterior sobre a história de Ubitatã, é um exemplo do discurso Paranista, exaltando a presença das companhias colonizadoras, dos migrantes europeus e, quando cita alguns “pioneiros” nordestinos, são aqueles que estavam ligados à companhia colonizadora e não migrantes que vieram em condições semelhantes à de Benedita e Manoel. Outro exemplo que também converge às perspectivas paranistas é o próprio Museu Paranaense que dedica uma exposição inteira às migrações para o estado e não possui qualquer menção aos nordestinos em suas exposições.

Figura 6: Painel de Ubitatã



FONTE: Prefeitura de Ubitatã, 2020. (Adaptado pela autora). O painel está localizado na Praça Municipal Horácio Ribeiro, no centro da cidade de Ubitatã e foi construído para comemorar os 50 anos do Município²³.

Nesse sentido, a presença nordestina parece ser *invisível* e *indizível* e para Albuquerque Jr., é precisamente esta condição que apresenta um tipo particular de Xenofobia: a dos desclassificados. É importante fazer uma observação de antemão, quando o autor analisa esse tipo particular de Xenofobia, discute principalmente situações extremas de migração, que possuem o caráter de fuga em que se perdem nomes, memórias, espaços, signos da própria existência. Contudo, podemos observar algumas similaridades com a interpretação que ele propõe e tentei explicá-las aqui. Primeiramente, como já mencionamos, toda a nossa produção cultural, vida pública e política, se inscreve a partir dos lugares que ocupamos nas classificações sociais disponíveis. As lembranças, esquecimentos, os ditos e não-ditos de nossa memória também convergem para manter a coerência e a estabilidade das representações que um indivíduo ou um grupo de indivíduos fazem de si, conforme Candau (2011, p. 127) “a memória esquecida, por consequência, não é sempre um campo de ruínas, pois ela pode ser um canteiro de obras”. Desse modo, utilizamos de uma série de artifícios

²³ Assim como o livro de Ubitatã que tratamos nesta investigação. O painel segue uma narrativa linear e progressista sobre a história de Ubitatã bastante semelhante à narrativa do livro Ubitatã: História e memória.

para construir uma coerência narrativa que nos identifique, de forma lógica e isso implica seleções, pactos e classificações.

Os desclassificados seriam aqueles que estão fora das classificações sociais disponíveis. Esse tipo de xenofobia se manifestaria mais na “invisibilidade do que na própria presença do estrangeiro” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2016, p. 124). Nesse sentido, eles estariam tão distantes, seriam tão *diferentes*, que seriam invisíveis e indizíveis, no máximo apareceriam nas cifras ou nas estatísticas, portanto, desclassificados. No caso nordestino, como mencionei, a presença de Benedita e Manoel começa a ser invisibilizada quando entram no estado do Paraná e desviam das cidades a caminho da fazenda. Depois, uma série de outros esforços para construir a memória, a história e os estereótipos sobre o Paraná invisibilizam os nordestinos. Eles até aparecem nas estatísticas, mas não são nomeados, não são evocados nas narrativas oficiais. Suas memórias e as suas experiências na formação do estado são marginalizadas. Por essa razão, poderíamos aqui considerar que a xenofobia para com os nordestinos está precisamente na invisibilização de seus corpos, de suas memórias e de suas narrativas na história do estado que confere protagonismo a determinados grupos e a outros não.

Por fim, cabe destacar que esta é só uma interpretação possível para esse cenário, podem existir muitas outras. Contudo, a meu ver, a questão migratória vivenciada por Benedita e Manoel possui contornos profundamente xenófobos, ainda que não se note maneiras mais usuais de identificar a xenofobia. Um elemento que sempre me incomodou na narrativa de meus avós é o fato de que toda a situação de violência que eles presenciaram ao longo de suas vidas nunca lhes pareceu – pelo menos não na maneira com que narram – um ataque direto ao seu lugar de origem, a sua cor/etnia, a sua classe social ou a outros elementos que marcam sua “*nordestinidade*” e identidades, certamente, uma série de fatores contribuem para que eles não percebam a invisibilização de suas histórias e da história de migrantes semelhantes a eles. Porém, meu incômodo me instigou a buscar por outros mecanismos que pudessem contribuir para compreensão desse olhar que fazem de seu processo migratório e, a xenofobia naturalizada, pouco problematizada, que se soma a outras questões históricas como a eugenia, racismo e as disputas por memória e identidade, parece ser o contorno mais profundo deste processo. Por esta razão, tornar dizível e tornar visível as histórias de Benedita e Manoel se faz tão importante e necessário e busco fazer isso com a escrita dessa dissertação e com o documentário intitulado “*Benedita e Manoel*” sobre o qual discutirei no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

AS MEMÓRIAS DE BENEDITA E MANOEL *NO E PELO* DOCUMENTÁRIO

Desde o início esta investigação teve o intuito de ser outra coisa além do texto dissertativo. A minha escolha foi a de trabalhar com o material audiovisual, filmando as entrevistas e transformando estas filmagens em um documentário a ser divulgado, principalmente, no *YouTube*. É impossível que neste último capítulo da dissertação se levante a questão fundamental para quem faz parte da primeira turma, do primeiro Mestrado em História Pública do País: Afinal, o que é História Pública e como fazer uma pesquisa em História Pública? Eu não posso responder com exatidão a estas duas perguntas. O meu compromisso aqui é explicar, da maneira mais justa possível, como eu apreendi a História Pública ao longo da minha formação e as escolhas que fiz nesta pesquisa para me aproximar dessa compreensão de História Pública que julguei mais pertinente para o tipo de trabalho que realizei aqui. Existem discussões que, certamente, preciso amadurecer e que por mais que as visualize neste trabalho – visualize o seu potencial – ainda não tenho fôlego para respondê-las, explicá-las ou explorá-las. Poderei apenas suscitá-las neste momento.

Portanto, este capítulo tem o objetivo de discutir o processo de configuração deste material audiovisual até se transformar no documentário, as escolhas técnicas e conceituais deste processo e, especialmente, o motivo dessas escolhas. Apresento, também, os principais elementos do roteiro deste material audiovisual, a fim de percebermos possibilidades, limitações, distinções no processo narrativo e, sobretudo, farei o esforço reflexivo de apresentar, a partir da minha experiência, as potencialidades e fragilidades neste tipo de trabalho. Antes de apontar os tópicos que serão discutidos, farei uma breve discussão sobre as aproximações entre a História Oral e História Pública, explicar de que maneira eu pensei esta proximidade na pesquisa e, principalmente, farei uma espécie de *relato de experiência* sobre o processo que levou à construção do documentário.

Estes dois campos são pensados como próximos, justamente porque a História Oral, grosso modo, permite um contato maior entre o pesquisador e o público, neste caso, suas fontes. O trabalho com a entrevista em História Oral permite – se assim o Historiador quiser – uma dialogicidade, uma troca e também, em certa medida, leva uma parte do trabalho acadêmico para públicos que possivelmente não tiveram a oportunidade ao longo de suas existências de registrar suas histórias aos moldes tradicionais da academia. Tais possibilidades aproximam a História Oral daquilo que vem sendo construído ou pensado como História

Pública, que envolve, principalmente, pensar amplas audiências, levando as pesquisas acadêmicas para além das discussões com os nossos pares. Contudo, não é porque tal proximidade exista que todo o trabalho em História Oral é automaticamente um trabalho em História Pública. A História Pública é uma *intenção*, implica em uma produção historiográfica pensada levando-se em conta – o que parece ser um consenso na discussão sobre história pública – os públicos em suas mais variadas dimensões. Além disso, há uma espécie de consenso sobre a História Pública se adaptar, de diferentes formas, aos mais variados contextos o que, por um lado, dificulta uma definição “rígida” sobre o campo e, por outro, nos mostra o que, talvez, seja uma de suas principais características (LIDDINGTON, 2011).

Nesse sentido, cabe destacar o caráter transdisciplinar e dialógico da História Pública que, não está fixada em termos metodológicos e disciplinares rígidos, mas permeia as pesquisas que partem dessa *intenção* de partilha de saber histórico ou de diálogo com amplas audiências. Contudo, é importante que saibamos que História Pública não está presente apenas quando decidimos divulgar o conhecimento histórico produzido através das pesquisas científicas. Conforme Santhiago (2018) essa é apenas uma das muitas formas que a História Pública pode assumir, ela ainda pode acontecer em experiências de pesquisas feitas “*com o público*, (uma história colaborativa, na qual a ideia de autoridade compartilhada é central); a história feita *pele* público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e história *e* público (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo) (p. 28, grifos do autor). Desse modo, a intenção prevê o interesse por essa aproximação com o público – entendido aqui como “compartilhamento”, “mundo comum”²⁴ – mas, esse diálogo pode ser estabelecido de diversas formas.

Retomando a relação com a História Oral, se partimos do pressuposto de que a História Pública assume diversas formas e parte de uma intenção para com as amplas audiências, então podemos compreender que o que discutirei aqui é precisamente a *forma* que escolhi de estabelecer tal diálogo e tal aproximação com o público ou, especificamente, de que maneira pensei a História Pública neste trabalho. A intenção de atingir amplas audiências

²⁴ Não busquei aqui, definir precisamente os conceitos de público e audiência para a História Pública uma vez que este debate ainda é muito prematuro nas discussões teórico-conceituais da História Pública e, também, porque não faz parte do objetivo deste capítulo. Contudo, acho importante frisar a ideia de que podemos compreender o Público na História Pública como compartilhamento, e para tanto parto da discussão de Renata Schittino (2016, p. 45), que entende ser esta, uma forma de abordagem específica – dentre outras possíveis – da experiência da historicidade humana, na qual se pretende conviver e conversar “como entre iguais e diferentes em um mundo comum” (Idem). Portanto, não se trata de erguer fronteiras (História Pública *versus* História Acadêmica) e sim, promover diálogos, aproximações e compartilhamento. Nesse sentido, para usar um termo bastante recorrente nas *redes sociais*, a intenção para com o documentário é de furar a “bolha” acadêmica, não para sair completamente dela, mas para me permitir a *troca* – ouvir e, também, falar – com quem quer que se dispunha a assistir a este filme (sendo essas pessoas acadêmicas ou não).

existiu desde a proposta do projeto que enviei para ser aprovada no Mestrado. Já havia ali a ideia de produzir um material audiovisual, de pelo menos filmar as entrevistas e não só captar o áudio. De início, não sabia o que exatamente seria este material: se faria um curta, se faria um longa, se faria pequenos vídeos em formato de *vlog* para *YouTube* ou *Instagram* – a exemplo do Histórias de Terapia (@historiasdeterapia). Enfim, havia infinitas possibilidades de se trabalhar com este audiovisual e havia a intenção inicial clara de uma História Pública que estava pensando também na divulgação, ou seja, em uma história *para* o público.

Contudo, depois de aprovada e assim que comecei a imersão nas discussões, tanto sobre a História Pública, quanto sobre documentários, firmei a ideia de transformar o material audiovisual em um *documentário*, não porque este seria o único caminho possível para adotar uma perspectiva de História Pública na minha pesquisa ou porque este seria o único trato possível para com as entrevistas. Pelo contrário, essa escolha partiu justamente de uma inquietação pessoal e das leituras que tinha sobre meu próprio tema de pesquisa. Como mencionei algumas vezes nos capítulos, a construção dos estereótipos acerca do Nordeste, ou do Paraná e a própria construção identitária de Benedita e Manoel em suas narrativas passa por uma *visibilidade* e uma *dizibilidade* – reproduzindo os termos usados por Durval Muniz de Albuquerque Junior (2016; 2019). Em minha perspectiva, por mais que houvesse outros meios, tão criativos quanto, de tornar acessíveis as narrativas de Benedita e Manoel, trabalhar com o visível e o dizível me pareceu uma exigência de suas histórias dentro de um contexto que, como já discuti, historicamente invisibilizou trajetórias como a deles.

Certamente, não sou uma documentarista e nunca antes tive contato com o processo de produção de um documentário ou de qualquer outro tipo de narrativa cinematográfica, o que aumentou o desafio em seguir com essa linha de trabalho e, conseqüentemente, exigiu um trabalho que também podemos considerar interdisciplinar e transdisciplinar²⁵. Precisei ler sobre documentários, aprender minimamente sobre como fazer um e, principalmente, como conciliar este tipo de trabalho com as exigências próprias de um trabalho em História Oral – Discutirei especificamente este aspecto no tópico seguinte. Por ora, gostaria de destacar que diante da falta de experiência e do pouco tempo para a realização do trabalho, o

²⁵ Não existe uma definição única para a interdisciplinaridade/transdisciplinaridade. Conforme Leis (2005), qualquer tentativa de definição seria disciplinar, paradigmática, portanto, o oposto de interdisciplinaridade que está relacionada com uma dinâmica viva do conhecimento. Atualmente, o debate sobre tais conceitos é ainda mais dinâmico e complexo. Contudo, a fim de situar o leitor, creio ser importante apresentar um sentido “mais profundo” de interdisciplinaridade trazido por Leis, que entende que “a interdisciplinaridade é sempre uma reação alternativa à abordagem disciplinar normalizada (seja no ensino ou na pesquisa) dos diversos objetos de estudo. Existem sempre, portanto, várias reações interdisciplinares possíveis para um mesmo desafio do conhecimento. (LEIS, 2005, p. 05).

estabelecimento de parcerias foi imprescindível para a realização do projeto, por motivos que explicarei aqui.

Primeiramente, é importante destacar que não se faz um documentário sem dinheiro, mesmo o mais amador e colaborativo deles, como é o meu caso, exigiu investimento. Não contabilizarei esses valores e sim as escolhas que precisei fazer para contornar o parco financiamento que tinha disponível. A questão inicial foi o “*como* filmar?”, particularmente eu não tinha uma câmera boa – seja profissional ou de um celular – mas conhecia alguns fotógrafos que faziam parte do meu círculo de amigos e conhecidos. Depois de alguns convites e recusas descobri uma fotógrafa, chamada Eliza Pasinato, que já havia trabalhado na produção de um documentário para sua pesquisa, em situação semelhante a minha. Fiz o convite e ela aceitou. Depois, tive a oportunidade de conhecer o Diego Melo, um fotógrafo que eu já acompanhava pelas redes sociais e admirava o trabalho e que também aceitou o convite para fazer parte do projeto. Desse modo, consegui duas câmeras profissionais, dois fotógrafos e duas pessoas para operar as câmeras no momento da entrevista.

A partir destas parcerias estabelecidas, decidi que filmaria simultaneamente as entrevistas, começando com meus avós. Como mencionei na introdução havia um planejamento para a pesquisa antes da Pandemia por Covid 19, esse planejamento não foi impactado só no que diz respeito à coleta das entrevistas e ao desenvolvimento da dissertação, mas afetou especialmente o documentário. Isso porque não houve um roteiro prévio para o documentário. Meu foco principal era filmar simultaneamente a primeira entrevista, captar algumas imagens e depois organizar este material para avaliar a qualidade das filmagens, os erros e acertos, o que precisaria ser melhorado, o que precisaria de mais atenção e, principalmente, qual narrativa seria adotada no documentário, que história eu gostaria de contar através de imagens e quais imagens faltavam para contar esta história. O problema é que a situação de quarentena por conta do vírus e, depois, o fato de meus avós serem do grupo de risco, impediu que novas imagens fossem filmadas. Fiz algumas tentativas de filmar amadoramente com meu celular, uma vez que estava em quarentena junto com meus avós, mas, pouca coisa deste material pode ser aproveitada para o roteiro final.

Nesse sentido, tive que trabalhar basicamente com as primeiras filmagens que não tiveram uma direção ou um sentido muito específico, foram focadas principalmente nas entrevistas e em alguns *takes* aleatórios do sítio, dos animais e dos meus avós. Basicamente, as orientações que dei para estas filmagens iniciais estavam voltadas mais em captar o momento da entrevista do que pensar necessariamente nas imagens ou em uma escrita pelas imagens. Desde o início minha ideia era de que, independentemente das escolhas para o texto

dissertativo, o documentário trabalharia especificamente com as narrativas dos meus avós – não sabia ainda se focaria apenas em Benedita ou em Manoel – e por isso, minha primeira preocupação foi captar o momento das entrevistas e *a partir delas* pensar sobre as escolhas para o roteiro, a escrita em si do documentário e as imagens que melhor contribuiriam para contar essa História.

Com a dificuldade em relação a novas filmagens e tentativas que não foram bem sucedidas, fiz a escolha de trabalhar com o que eu tinha em mãos e pensar em um roteiro que não fugisse muito da linearidade proposta nas entrevistas, partindo de uma premissa relativamente simples, uma vez que, esta foi a minha primeira experiência com este tipo de narrativa e eu tive pouco tempo para elaborá-la. Desse modo, apesar de que, inicialmente, minha proposta tivesse a intenção de fugir completamente das escolhas feitas na dissertação, deparei-me com um roteiro que se assemelhava muito com as escolhas dos trechos de entrevista selecionados para a dissertação, e uma linearidade parecida. São narrativas distintas, mas algumas escolhas conscientes ou inconscientes se assemelham. A razão disso é, principalmente, porque assim como na dissertação, o enfoque do documentário está em Benedita, Manoel e suas memórias. Mais adiante explorarei as nuances disso, por ora, é importante apenas frisar isso.

No trabalho de edição e montagem, também tive alguns convites e recusas. Esse aspecto era um elemento particularmente importante para mim, uma vez que eu estava prezando pelo diálogo, pela troca de conhecimentos e experiências. Enfim, por um trabalho colaborativo. Encontrei o Rafael Ferreira que, não só trabalhava com edição, mas também, com música – na produção musical e de clipes. Acho importante destacar tais habilidades uma vez que é a soma dessas experiências que se traduzem no documentário. Especialmente os diálogos com o Rafael serão fundamentais para refletirmos sobre este aspecto colaborativo e sobre o desenvolvimento do roteiro. Depois, estendi alguns convites para músicos e outros artistas, a fim de pensar diálogos possíveis na construção do roteiro. O objetivo era suprir a dificuldade de algumas imagens, devido a não possibilidade de refilmagens, com intervenções artísticas – se é que posso chamar dessa forma. Alguns destes diálogos com músicos e atores acabaram contribuindo para a narrativa final e outros não, isso porque escolhas precisam ser sempre feitas e nem todas as ideias, depois de executadas, continuam sendo boas ideias.

Outra escolha feita com o objetivo de contornar o fato de ter em mãos apenas as primeiras filmagens, foi a de procurar por arquivos. Apesar de não querer trazer um caráter de “documentário jornalístico” ou coisa do tipo, recorri aos documentos de família – fotos, registro de imóveis, cartas, dentre outras coisas – como registros de memória, no sentido de

dialogarem com as memórias de Benedita e Manoel e não serem apenas uma “confirmação” visual do que eles dizem. Além disso, gostaria de pontuar as parcerias que não necessariamente desempenharam algum trabalho técnico ou específico no desenvolvimento do documentário, mas que me ouviram, que discutiram algumas ideias comigo, pessoas para as quais pedi conselhos, informações, opiniões, sugestões. Pessoas que, algumas vezes, assistiram a trechos do material audiovisual para, apenas, me dizerem o que pensavam acerca do que eu estava fazendo. A todas estas pessoas estendo meus agradecimentos e pontuo a importância que elas tiveram para os direcionamentos do roteiro.

O resultado final do trabalho creio ser mais coerente dizer que só será visto depois da Defesa²⁶ desta pesquisa, uma vez que trazê-lo para a Banca significa também pensar ajustes na narrativa. O que posso dizer agora é que este trabalho de edição e montagem é o mais difícil porque precisa negociar as ideias com as possibilidades reais de execução do trabalho. É preciso um cuidado no trato das imagens que já existem e, sobretudo, é preciso aceitar as limitações técnicas, de experiência e, por vezes, criativa. É um processo de construção e reconstrução constante. Por isso, trabalharei aqui com *elementos* do roteiro, o processo de sua construção e algumas de suas partes, ao invés de discutir todo ele. E, principalmente, analisarei as inquietações e reflexões que esse processo trouxe para a pesquisa, uma vez que, este documentário não é considerado por mim apenas um “produto” decorrente da pesquisa. Pelo contrário, ele é parte dela, dialoga com a pesquisa desde a concepção do projeto, dialogou, também, com o processo das entrevistas e seguirá dialogando com a pesquisa assim que ele for oficialmente divulgado. Trata-se de um trabalho exploratório, limitado em diversos sentidos, mas que possibilita diálogos e reflexões importantes. É, sobretudo, mais que uma divulgação da pesquisa ou um produto, funciona como um catalisador da narrativa de Benedita e Manoel nesta investigação.

A partir de tais ressalvas, os subtópicos se apresentam da seguinte maneira: No tópico 3.1 Diálogos e Aproximações: o que é um documentário? Apresento as aproximações que desenvolvi entre a História e o Cinema de documentário. Para isso, discuto as noções possíveis de documentário, os usos do audiovisual na História Pública e questões específicas sobre a relação entre História Oral e Cinema. Já o tópico 3.2 A escrita do Roteiro: um processo, é voltado especificamente para a minha experiência na escrita do roteiro. Inicialmente defino o que é um roteiro, as formas possíveis que ele pode assumir e como

²⁶ O documentário não possui data prevista de lançamento após a Defesa, o que significa que ele, possivelmente, será lançado após a versão final da dissertação. Em todo o caso, será possível acessá-lo no Canal do YouTube Bom de História, no link: <<https://www.youtube.com/channel/UCeMZbPIRQzHVwVFMPBLrU4A>>

escolhi fazê-lo no meu processo de escrita. Enfim, compartilho as experiências positivas e negativas de todo o processo, bem como os acordos e arranjos estabelecidos durante o processo.

3.1 Diálogos e Aproximações: o que é um documentário?

Não espero responder com exatidão a essa pergunta, uma vez que, esta é uma seara de concordâncias e discordâncias entre os teóricos sobre Cinema, o que implica em uma dificuldade de definições rígidas – algo parecido com o que acontece na História Pública e em outras linhas teórico-conceituais da História a qual estamos habituados. Contudo, ainda que não seja possível uma resposta precisa, é necessário suscitar a pergunta e traçar sentidos possíveis para o que eu chamo de *documentário* no trabalho audiovisual que desenvolvi. E, principalmente, preciso explorar aqui os diálogos possíveis entre o Filme Documentário e a História. Entendo que essa discussão seja importante, uma vez que já existem experiências historiográficas, especialmente no campo da História Pública, que trabalharam com a criação de documentários a partir de suas pesquisas. Uma das mais notáveis e trazidas no livro “Introdução à História Pública” é da Mauad e Dumas (2011) que apresentam a ideia de escrita “vídeo-gráfica” e de um “documentário de pesquisa”. Ambas as perspectivas são semelhantes (entre um filme documentário e uma escrita videográfica) e se diferem em alguns aspectos. Contudo, adianto que a perspectiva que adotei foi a de pensar um *filme documentário* e não, necessariamente, uma *escrita vídeo-gráfica*.

Para compreendermos as razões disso, vamos começar traçando algumas noções sobre o que é um documentário. Para Nichols (2005), o filme documentário não está preocupado com um retrato da realidade, ainda que trate de acontecimentos “reais”, ele apenas assume uma dimensão específica do fato. De modo geral, o filme documentário aborda o mundo em que vivemos e não um mundo imaginário que é próprio das construções fílmicas de ficção. Contudo, é importante notar que todo o filme é um documentário, no sentido de que, mesmo os filmes de ficção, retratam a cultura que o produziu e as pessoas que fazem parte dela. Por isso, Nichols (2005, p.26) considera a existência de dois tipos de filme: os documentários de satisfação e desejo (no caso os filmes de ficção) e os documentários de representação social (normalmente chamados de não ficção). Em ambos os casos, por se tratar de histórias, pedem que os interpretemos e esse ato de interpretar consiste em compreender como a forma de organização do filme transmite valores e significados. Desse modo, podemos compreender o documentário como uma forma de representação da realidade, uma determinada visão de mundo. (NICHOLS, 2005).

Além disso, um filme documentário não possui um conjunto fixo de técnicas, temáticas ou formas. Pelo contrário, “a prática do documentário é uma arena onde as coisas mudam” (NICHOLS, 2005, p. 48). Por isso, é interessante considerar na construção da narrativa fílmica de um documentário, elementos próprios do cinema como: escolha de planos, enquadramento, iluminação, montagem, separação de fases de pré-produção, produção e pós-produção e, especialmente, considerar que um documentário é pautado em uma estrutura dramática e narrativa, própria do cinema narrativo (PENAFRIA, 2001). Uma estrutura dramática é constituída de personagens, espaço de ação, tempo de ação e conflito, enquanto uma estrutura narrativa implica organizar a estrutura dramática em cenas e sequências, ou seja, saber contar uma história (PENAFRIA, 2001). Portanto, o documentarista precisa ter uma ideia a transmitir e organizá-la em uma sequência lógica de cenas, tempo, espaço em uma narrativa que tenha um começo, meio e fim.

Por sua vez, uma *escrita vídeo-gráfica* possui preocupações específicas para com a pesquisa científica em História, ou seja, com a historiografia. De acordo com Mauad e Dumas (2011), uma vídeo-grafia (ou vídeo-História) é uma narrativa fílmica realizada a partir dos resultados de uma pesquisa historiográfica, mantendo os requisitos acadêmicos que balizam uma produção historiográfica. Desse modo, “para que a vídeo-história se apresente como uma produção historiográfica, esta narrativa deve ser, ao mesmo tempo, o produto final de uma investigação historiográfica e um produto audiovisual capaz de transmitir as informações e as análises desejadas” (MAUAD; DUMAS, 2011, p. 81) o que implica reconhecer a produção de um novo “texto histórico” e de uma série de métodos e processos técnicos de execução que, de certa forma, buscam fugir do debate sobre documentários cinematográficos. Isso não significa que o trabalho de vídeo-grafia, em alguma medida, não faça uso de uma série de técnicas e dialogue, inclusive, com a narrativa cinematográfica própria do documentário. Contudo, a principal preocupação do trabalho vídeo-gráfico está no retorno do conhecimento produzido pelas entrevistas e elaborado a partir de uma interpretação historiográfica, para o público, o que exige a construção de uma nova narrativa historiográfica (MAUAD; DUMAS, 2011).

Nesse sentido, enquanto o filme-documentário não possui um conjunto rígido de técnicas, métodos e práticas, a produção vídeo-gráfica parece alicerçar-se em alguns pressupostos metodológicos identificados por Mauad e Dumas (2011) em diferentes modalidades de produtos em vídeo, são elas:

1. *Escrita direta e interativa*: a filmagem possui um roteiro estabelecido a partir de uma pesquisa acadêmica, que se apoia em uma variedade de fontes, inclusive, mas não prioritariamente, fontes orais. O roteiro é feito com base num projeto de pesquisa histórica, que traduz para a atualidade os aspectos desta pesquisa que ainda se encontram como vestígios do passado ou lembranças de um tempo recente.
2. *Escrita intertextual* nessa modalidade, o roteiro se baseia na estrutura da entrevista, organizada segundo o problema levantado pela pesquisa. A narrativa é composta por falas coordenadas, retiradas de várias entrevistas. A essa polifonia são associadas imagens fixas, filmadas para ganhar movimento. Cada sequência fílmica é composta por um conjunto de falas associadas a um conjunto de imagens que são apresentadas em movimento, garantindo o efeito necessário à composição da linguagem.
3. *Escrita intertextual ampliada*: utiliza-se dos recursos do documentário cinematográfico, interpolando imagens fixas filmadas, cenas filmadas em eventos ao vivo e cenas de entrevistas filmadas. Compõem, ainda, a narrativa videográfica, a música incidental, a trilha sonora, a leitura de depoimentos e a fala dos entrevistados.
4. *Escrita videoclípe*: elaborada sob a inspiração da cultura dos videoclipes, tem como ponto de partida uma música produzida no tempo e no contexto abordado, que serve de base para a composição de um texto breve (cerca de dez minutos). As imagens fotográficas, dinamizadas por efeitos virtuais, são associadas ao ritmo da música e intercaladas (ou não) com depoimentos sobre o acontecimento ou o tema em questão (MAUAD; DUMAS, 2011, p. 91-92).

Esses diferentes tipos de vídeo-história parecem restringir, em certa medida, as formas de produção do material audiovisual uma vez que, o que está em voga não é apenas o tipo de narrativa/roteiro adotada (baseando-se nos pressupostos da escrita historiográfica) mas, também, os outros recursos que compõe uma produção fílmica como a montagem, fotografia, música etc. Todos estes elementos precisam passar por uma espécie de direcionamento baseado nos critérios historiográficos, o que implica avaliar elementos que não são avaliados em uma produção de um filme documentário. No meu caso, é difícil estabelecer fronteiras pois, certamente tive uma preocupação historiográfica, mas também tive uma preocupação em deslocar o meu olhar – por mais difícil que fosse – e construir um diálogo com o filme documentário, a escrita pelas imagens e, até mesmo, a preocupação com as audiências – o que implicou a reflexão sobre o que se interessariam em ver e ouvir na história contada.

Além disso, como mencionei na introdução do capítulo, minha ideia foi pensar simultaneamente a dissertação e o material audiovisual, o que significa, sobretudo, que o documentário – como o chamo – não é um “produto” resultante da pesquisa e não tem o objetivo de “traduzir” as discussões históricas e teóricas abordadas na escrita da dissertação. Pelo contrário, o documentário é *parte* da pesquisa e do processo, foi incluído no trabalho de História Oral. Outras questões se somam, especificamente no que diz respeito às

preocupações de uma pesquisa historiográfica e da construção de um roteiro em um filme documentário, que irei detalhar no próximo tópico. Neste momento, é importante ressaltar que o processo de escrita do roteiro foi pensado a partir de questões técnicas e teóricas de um roteiro de filme documentário e não, necessariamente, de uma escrita vídeográfica. Isso porque, é possível perceber muitas proximidades entre o processo de construção narrativa do roteiro fílmico e do próprio projeto de pesquisa. As intenções são outras, o olhar, as técnicas e até as exigências são outras. Mas, existe uma organização semelhante, escolhas que precisam ser pensadas e feitas assim como recortamos nossas fontes e objetos de pesquisa.

As reflexões teóricas acerca do que é um filme de ficção ou não, do que é a própria realidade ou do que consideramos ser real, também dialoga com reflexões teóricas que fazemos ao longo da escrita da História, especialmente quando trabalhamos com memória. Essas reflexões direcionaram algumas das escolhas para o documentário e nesse processo destaco três elementos que considero mais significativos para pensar as aproximações entre os campos da Historiografia e do Filme Documentário que fiz neste trabalho. São eles: a noção de realidade versus ficção; os tipos de documentário; as questões éticas que permeiam os campos do cinema, especialmente do filme documentário e a pesquisa histórica, principalmente quando tratamos do campo da História Oral. Com isso, pretendo não só me aproximar dessa perspectiva interdisciplinar com que tentei executar este trabalho como, também, propor questionamentos, reflexões e apontamentos acerca da aproximação de tais campos.

Primeiramente, vamos abordar sobre a noção de *realidade versus a ficção*. Vimos anteriormente que essa ideia de realidade versus ficção parece ser uma das direções possíveis para pensar o que diferencia um filme documentário de um filme ficcional. Para Lucena (2012), o documentário pode ser considerado um tratamento criativo da realidade, nessa perspectiva o que interessa é manter o elo com a realidade ainda que se recorra a cenários artificiais. Ele tenta resumir a sua perspectiva sobre o que é filme documentário da seguinte maneira:

O documentário, diferentemente da ficção, é a edição (ou não) de um conteúdo audiovisual, captado por dispositivos variados e distintos (câmera, filmadora, celular), que reflete a perspectiva pessoal do realizador— ou seja, nem tudo é verdade no documentário —, envolvendo informações colhidas no mundo histórico, ambientações quase sempre realistas e personagens na maioria das vezes autodeterminantes (que falam de si ou desse mundo), roteiro final definido e não necessariamente com fins comerciais, com o objetivo de atrair nossa atenção. (LUCENA, 2012, p. 13-15)

Por sua vez, os filmes de ficção buscariam o entretenimento, a magia, envolveria atores, locação, roteiros pré-escritos e objetivos comerciais (Lucena, 2012). Estas perspectivas trazidas por Lucena – e que também vão ao encontro de alguns apontamentos de Nichols (2005) – foram as principais referências que utilizei para pensar esse *sentido* de documentário e basear minhas escolhas. Mesmo que a situação de pandemia tenha me impedido de prosseguir com algumas ideias para o documentário, certamente, minha narrativa não mudaria de foco, neste caso, nas entrevistas. O sentido mais, digamos, simples de um documentário na minha interpretação é a voz e a imagem, ainda que saibamos agora de todas as questões teóricas que se inscrevem nessa ideia de voz e imagem e mesmo com as narrativas cinematográficas contemporâneas que tendem a diminuir as fronteiras entre o “real” e a “ficção”. Contudo, para mim, desde o início o “real” neste documentário foi, justamente, a memória de Benedita e Manoel. A ideia não seria, portanto, comprovar se as histórias que eles contam são “verdade” ou “mentira”, tampouco buscar remontar o passado que eles narram ou explicar conceitualmente a ideia de identidade, de regionalismos e de disputas por memórias e identidades discutidas nos capítulos acima.

Em um sentido mais simples, o que busquei no documentário foi dar centralidade para as *memórias* de Benedita e Manoel (que foram narradas) e para as suas presenças, neste caso, traduzidas pela imagem ou representadas pela imagem de ambos, que foi capturada por duas câmeras. Isto me levou a refletir, também, sobre a própria memória em si e a imagem que temos dela. Quando pensamos no que a memória é ou quando contamos algo que se passou, automaticamente construímos uma imagem em nossa mente sobre o que é dito. Tanto quem diz, quanto quem ouve constroem uma *imagem* sobre o que é narrado a partir de nossas referências pessoais e subjetivas. Não é diferente quando lemos um livro e não foi diferente comigo, quando assumi o papel de quem constrói o roteiro e seleciona, dentre mais de 4 horas de entrevistas e mais de 4 horas de filmagens, quais trechos comporiam o documentário e quais não e, sobretudo, qual a ordem de suas falas, qual dos inúmeros assuntos trazidos por Benedita e Manoel eu escolheria. Enfim, penso ser a pergunta adequada: qual tratamento criativo eu daria para suas memórias?

Assim como precisei questionar a minha presença enquanto neta no momento da escrita dessa dissertação, questionei minha presença principalmente no roteiro. E não porque minha voz aparece em alguns momentos fazendo perguntas, mas, sobretudo, porque quando ouvia a entrevista e via as imagens capturadas pela câmera, outra imagem entrava em conflito nesse processo criativo: as imagens que eu construo de suas narrativas. Essas imagens são subjetivas e, talvez até inconscientes. Considero que parte significativa do roteiro foi

construída a partir dessas cenas que se construíam em minha mente enquanto ouvia e via Benedita ou Manoel contarem suas histórias. A memória me parece suscetível a esse “jogo de imagens”, ela é abstrata mesmo quando quem diz esteja construindo uma linearidade ou uma lógica sobre o que narra, justamente por que entre o que é transmitido e o que é recebido muitas “subjetividades” – e, por que não, identidades? – entram em conflito. Não existe, portanto, controle.

Um fato curioso sobre isso aconteceu em um dos inúmeros diálogos que tive com o Rafael, responsável pela edição e montagem. Em um momento de frustração sobre uma determinada cena que não estava correspondendo à minha expectativa imaginada sobre como ela deveria acontecer ou se parecer, começamos a discutir sobre nossas diferentes percepções sobre a narrativa que Benedita contava naquele trecho específico. Tratava-se de um momento na narrativa que ela falava sobre a rotina buscando água para a família. Enquanto na minha mente aquele trecho específico remetia a uma imaginação da minha avó andando sob o sol com os latões de água da forma com que ela descreveu, para o editor aquela narrativa acionou uma lembrança, ele visualizou a ele mesmo quando pequeno, morando em uma fazenda no interior de Minas Gerais, fazendo algo parecido com o que Benedita narra. No final dessa conversa ele me explicou que parte do processo criativo envolve essas expectativas e essa imaginação que construímos sobre o que está sendo feito ou que queremos que seja feito e que talvez, é para nós tão abstrato, que não conseguimos alcançar no resultado final. Basicamente, o que aprendi com isso foi que eu precisava aceitar que o momento da entrevista não poderia traduzir uma imaginação minha ou mesmo a lembrança do Rafael. Caso fosse este um filme ficcional eu até poderia recorrer a recursos de edição para criar o cenário imaginado e seus correspondentes personagens. Mas, não é esse o caso e mesmo que fosse não seria uma garantia de que minha imaginação seria irrefutavelmente “traduzida” em uma imagem. Ainda que minha imaginação e minhas próprias lembranças atuem nas escolhas da narrativa, a imagem que acaba sendo representada em tela é a de Benedita e Manoel contando suas histórias na maior parte do tempo – Manoel no sofá vermelho e Benedita à mesa, com a geladeira azul de fundo – e essas imagens correspondem ao Mundo Histórico, para usar os termos de Nichols (2005), portanto considerado o “mundo real”.

Questionar essa dimensão do real ou esse tratamento criativo da realidade, aliado à memória, foi importante justamente para perceber o fator simbólico que este processo pode ter. No documentário, diferentemente da escrita dissertativa, eu não interrogo as memórias apesar de interferir na narrativa no momento que escolho o que vai ser visto e ouvido. Não considero ter o poder de interrogar estas memórias no documentário porque, primeiro não tive

esse objetivo e segundo, cada espectador terá uma percepção quando assistir ao material, essa percepção foge ao meu controle, como o que aconteceu nesse breve diálogo com o Rafael. O fato de preocupar-me em abordar apenas a memória de suas vidas, também implica em não tentar comprovar suas falas (até porque de certa forma faço isso na escrita dissertativa quando cruzo suas memórias com outras fontes históricas e com a própria historiografia) e isso não necessariamente significa “acreditar cegamente”, mas, principalmente, significa assumir aquilo que a memória é em parte: um recurso organizador da nossa realidade e importante para a nossa percepção e formação no mundo.

Desse modo, da mesma maneira que a realidade em um filme documentário é passível de manipulação por parte do documentarista que faz as escolhas para o filme e de uma série de outros fatores, a memória, é passível de manipulação por parte de quem as “cria”, narra ou institui aquela lembrança sobre o passado. De acordo com Candau (2011, p. 118) tudo aquilo que tem como propósito fixar o passado – seja lugares, comemorações, escritos, monumentos ou mesmo um documentário como o que trago aqui – contribuem para a transmissão e manutenção da lembrança de dados factuais, o que implica considerar que estamos “em presença de ‘passados formalizados’ que vão limitar as possibilidades de interpretação de passado e que, por esta razão, podem ser constitutivos de uma memória ‘educada’ ou mesmo ‘institucional’”. Por isso, quando considero aqui que este documentário é não só um trato criativo da realidade, mas, sobretudo, um *trato criativo da memória*, é preciso considerar o potencial dessa transmissão da memória – seja pela oralidade ou por um documentário transmitido via *YouTube* – não só no sentido de pensar o que é verdade ou mentira (ou o que é realidade e ficção) mas, também, o caráter formalizador destas memórias ou mesmo a tentativa de fixar o passado narrado por Benedita e Manoel, como menciona Candau.

Vamos agora para o segundo aspecto que também se relaciona em alguma medida com as discussões trazidas até aqui. Trata-se dos *tipos de documentário* e qual deles melhor descreveria o que pretendi desenvolver. É difícil precisar um tipo de documentário, assim como é difícil definir o que é um documentário. Particularmente, considero que, antes de tudo, fiz um documentário amador, sem qualquer sentido pejorativo nisso e, tampouco me isentando da responsabilidade de assumir que o que fiz foi um documentário. Pelo contrário, assumindo o que de fato significa o amadorismo e suas variantes: alguém sem experiência no que se propõe a fazer e, ainda, o indivíduo que faz alguma coisa por prazer e não por obrigação ou ofício. Certamente, este é o princípio que fundamentou este trabalho e a falta de experiência se manifesta em alguns detalhes técnicos – sem, com isso, prejudicar o valor ou mesmo a qualidade do trabalho. Contudo, ainda que não seja meu intuito aqui definir em

termos rígidos quais tipos de documentário existem e em qual destes tipos o que eu fiz se encaixa, considero significativo fazer alguns apontamentos acerca desta discussão, uma vez que, reafirmo, não se trata necessariamente, de uma vídeo-história.

Desse modo, podemos pensar em um documentário de entrevista, uma vez que ele é fundamentalmente uma entrevista; podemos pensá-lo como um documentário histórico já que – apesar de ser comum uma associação imediata de filmes históricos a arquivos e um tempo localizado no passado– conciliando com uma perspectiva historiográfica, ele trabalha com um tema histórico. A questão é que estas são variantes possíveis, todas elas corretas, porém, não necessariamente completas e completar essa definição seria tarefa impossível. Conforme Nichols (2005) cada documentário possui uma voz distinta, as vozes individuais estão relacionadas ao autor enquanto as vozes compartilhadas estão relacionadas a uma teoria do gênero. Por sua vez, estes gêneros levam em consideração as características de cada grupo de cineastas e filmes, neste caso, podemos identificar o documentário como um gênero e, dentro do gênero documentário, classifica-se seis subgêneros: o poético, expositivo, participativo, observativo, reflexivo e performático. Para Lucena (2012) existem três principais correntes de produção de documentários que orientam tal teoria dos gêneros e que estão presentes na maioria das produções de filmes de não-ficção no Brasil e no mundo, são elas: a corrente clássica, com o uso da *voz over* narrando um fato ou história e que está presente no subgênero expositivo classificado por Nichols; o cinema direto norte americano, com o uso da câmera olho, que podemos associar ao subgênero observativo e o cinema verdade francês que permite a interferência do cineasta que podemos notar no subgênero participativo.

Os subgêneros na classificação apontada por Nichols (2005) são mais flexíveis do que a tentativa de identificar tipos de documentário como de entrevista, histórico, web-documentário entre outros, justamente, porque estes subgêneros levam em consideração elementos mais amplos, possuem uma “estrutura de filiação frouxa” e, ainda, “estabelecem as convenções que um determinado filme pode adotar e propiciam expectativas específicas que os espectadores esperam ver satisfeitas” (p.135) para usar as palavras de Nichols. Contudo, é válido ressaltar que a identificação de um filme a algum destes subgêneros não precisa ser total, ou seja, um filme expositivo, por exemplo, pode conter segmentos poéticos e performáticos. As características de cada subgênero funcionam mais como uma espécie de bússola para identificar diferentes tipologias de documentários, ressalta-se as características mais dominantes de um filme documentário para pensar em qual dos subgêneros ele melhor se encaixa. Novamente, nas palavras de Nichols (2005, p.36) “elas dão estrutura ao todo do filme, mas não ditam ou determinam todos os aspectos de sua organização. Resta uma

considerável margem de liberdade”. Seguindo tal perspectiva vou discutir aqui os subgêneros trazidos por Nichols e que melhor se encaixam na maneira com que construí o documentário. Não pretendo me alongar descrevendo cada um dos subgêneros, apenas apontarei aqueles que melhor dialogam com o meu trabalho.

Acredito que em termos de características dominantes o subgênero *participativo* seja o que melhor se aproxime de muitas escolhas feitas para o documentário que realizei. Na definição de Nichols (2005) o modo participativo é aquele em que a presença do documentarista e a relação íntima que ele possui com os temas que decide abordar, não precisam ser disfarçadas. Desse modo, o documentário participativo “dá-nos uma ideia do que é, para o cineasta, estar numa determinada situação e como aquela situação conseqüentemente se altera. Os tipos e graus de alteração ajudam a definir variações dentro do modo participativo” (2005, p. 153). De um modo geral, no modo participativo o espectador espera ver a representação de alguém que se engaja ativamente no mundo histórico, não se trata de convencer o espectador de um determinado ponto de vista ou mesmo de observar o mundo histórico a certa distância dos acontecimentos. Certamente, isso não significa que o documentarista precisa ser visto e ouvido durante todo o tempo de filme para que percebamos a sua presença ali – ainda que a sua presença assuma uma importância acentuada em filmes desse subgênero – é preciso expandir a nossa noção de participação. No meu caso, a minha presença se dá enquanto neta aparece, na minha voz, nas fotos de família em que eu apareço criança e, sobretudo, nas próprias escolhas das entrevistas, na seleção de imagens de família, enfim, na relação íntima que estabeleço com o tema.

Dentre os muitos exemplos de filmes documentários que possuem uma perspectiva participativa trazida por Nichols em seu livro, o que considero mais interessante para explorarmos essas variações de participação é o estilo de Rouch e Morin, representantes do que ficou conhecido como “cinema verdade” francês – que influencia fortemente o subgênero participativo como já mencionei –, em que enfatiza-se a ideia de *verdade de um encontro* em vez de uma verdade absoluta ou não manipulada, essa verdade é a “verdade de uma interação que não existiria se não fosse pela presença de uma câmera” (NICHOLS, 2005, p. 155; LUCENA, 2012). Neste caso, existe também a relação de colaboração entre o cineasta e os participantes do documentário ou representantes de seus temas, como no caso de “Crônica de um Verão” em que Marcelline Loridan fala de sua experiência em um campo de concentração alemão enquanto a câmera a segue atravessando a “Place de la Concorde”. Tal cena só foi possível porque Rouch e Morin a negociaram com Marcellina antes, dando-lhe o gravador para segurar enquanto caminhava, pois, se esperassem que essa cena acontecesse

espontaneamente para depois observar, possivelmente ela não teria acontecido. Eles seguiram com essa perspectiva colaborativa, inclusive, mostrando partes do filme para os participantes e filmando a discussão que se seguia.

Este exemplo me chamou a atenção justamente pela aproximação com as discussões que temos feito a respeito da história pública e do próprio uso do recurso audiovisual, de diferentes maneiras, na história pública e até mesmo para pensarmos a própria perspectiva de autoridade compartilhada desenvolvida por Michael Frish. São objetivos totalmente distintos, mas podemos pensar em interesses semelhantes nesse aspecto de trabalho colaborativo. O material audiovisual pode servir, também, como ferramenta ou como um caminho para fazer uma autoridade compartilhada, para aproximar o historiador dos participantes da pesquisa assim como o documentarista se aproxima dos representantes do tema de seus filmes. No caso do meu trabalho, que é exploratório como já mencionei, a ideia de um modo participativo veio antes da minha leitura de “introdução ao documentário” de Nichols (2005), ela esteve presente quando pensei a história pública no meu trabalho, na escolha pela história oral e, depois, na escolha pelo audiovisual que, inicialmente, tinha a ideia de funcionar como uma espécie de ferramenta comunicativa alternativa (ainda sem o nome de documentário), mas, depois das filmagens e no desenvolvimento da pesquisa, foi percebida enquanto um catalisador dessas narrativas, trazidas por Benedita e Manoel, de dimensões extremamente afetivas²⁷. Todos estes elementos caminharam para uma perspectiva participativa que se mostrou ainda mais enfática nas *entrevistas* – outro elemento também presente em documentários participativos.

Para encaminhar essa discussão, penso ser necessário alguns apontamentos sobre este aspecto e as diferenciações possíveis de uma entrevista em história oral e de uma entrevista para um filme documentário. Conforme Nichols (2005) as entrevistas são diferentes de um encontro social, de uma conversa corriqueira e de um processo mais coercitivo de interrogação; elas ocorrem no trabalho de campo antropológico ou sociológico e – acrescento – historiográfico. Em cada circunstância específica, as entrevistas adquirem uma estrutura própria, dependendo dos objetivos: para o direito entrevista-se com o intuito de colher provas e daí a ideia de testemunho, para a psicanálise ela ocorre na sessão terapêutica; no jornalismo aparece tanto como entrevista quanto como coletiva de imprensa e no cinema utiliza-se a entrevista para juntar diferentes relatos sobre um mesmo tema e nesse cenário a “voz” do cineasta aparece “da tessitura das vozes dos participantes e dos materiais que trazem para

²⁷ Reafirmo aqui que o uso da palavra “afeto” não é entendida neste trabalho apenas como lugar de aconchego mas, precisamente, como tudo aquilo que *afeta*, positivamente ou negativamente.

sustentar o que dizem” (NICHOLS, 2005, p. 160). Desse modo, é a organização que o cineasta faz das entrevistas que evidencia a sua presença e não necessariamente a sua aparição fazendo perguntas ou mesmo na própria filmagem. Por sua vez, a ideia de compilar imagens e documentos de arquivo remontam aos primórdios do documentário de gênero expositivo e é um recurso utilizado em muitos documentários considerados históricos ou que apresentam um pano de fundo histórico.

Nesse sentido, inclui-se no modo participativo não só os cineastas que participam de forma direta e ativa no mundo histórico, mas, também, aqueles que buscam representar questões sociais ou perspectivas históricas, tais características tornam o modo participativo mais amplo, pois pode percorrer uma variedade de assuntos dos mais íntimos aos mais históricos (NICHOLS, 2005). Tal perspectiva é o que predominantemente caracteriza o tipo de trabalho que realizei, ainda que eu não tenha utilizado imagens de arquivos com o intuito de “comprovar” o que é dito por Benedita e Manoel e, sim, no sentido de *compor* – dar forma, modelar – o que é dito. Conforme já mencionei, trata-se de *endossar* suas memórias. Estes arquivos, utilizados no filme, podem até soar como comprovações se analisados sob outra perspectiva, mas do ponto de vista historiográfico, eles são tomados como fontes primárias, passíveis de análise, de investigação histórica, de rigor científico, uma vez que para a História o arquivo cumpre uma outra função: a de fonte e não, necessariamente, de comprovação. Esse tipo de reflexão ou de cuidado é importante, justamente, porque apesar de aproximações, existem perspectivas, objetivos e interpretações distintas que precisam ser problematizadas em um contexto de produção.

Além destes fatores, cabe destacar também a relação e as diferenças entre a História Oral, enquanto método e teoria para o trabalho de historiadores; e a entrevista nos documentários de entrevista, realizados por cineastas. Já citei Nichols nos parágrafos anteriores para abordar os diferentes tipos de entrevistas que são condicionadas por diferentes contextos. Certamente, uma entrevista em história oral não é o equivalente às entrevistas feitas, como exemplo, por Eduardo Coutinho em seus documentários. Existem premissas e objetivos distintos. O próprio Eduardo Coutinho (1997) em um artigo intitulado “O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade”, disse não permitir que uma pessoa diga alguma coisa para ele pela segunda vez, e para isso, fez parte de sua estratégia de produção de seus filmes o uso de uma equipe que fazia o trabalho de campo, contatando previamente os participantes do documentário e depois de analisado o material, Coutinho selecionava os possíveis participantes, observando elementos como melhor postura diante das câmeras, melhor dicção, dentre outros elementos. Esse processo garantia a ele que somente se

aproximasse dos participantes para a entrevista, no momento das filmagens. Além disso, a própria maneira de conduzir as entrevistas será distinta, enquanto para o historiador as repetições são fatores importantes para a análise da memória e da narrativa, em que cada entrevistado é analisado ou percebido em sua integralidade não importando se sua dicção é a melhor ou se sua postura é a melhor, e busca-se a menor quantidade de interferências possíveis na entrevista a fim de garantir uma fala mais íntegra possível dos participantes; para os documentaristas, esses detalhes podem ser relativos dependendo da temática ou da premissa do filme e em muitos casos, importa mais aquilo que garanta uma qualidade estética para o filme ou que se ajuste a forma com que o documentarista constrói o roteiro.

Meu intuito foi o de tentar conciliar o máximo possível as duas formas, mas, é inegável, que a maior centralidade foi dada à história oral uma vez que esta seria a fundamental fonte da minha pesquisa. Por esta razão minha ideia inicial era de dar centralidade à filmagem das entrevistas em um primeiro momento, em que o foco principal seria a captura da imagem dos participantes e suas falas e depois, uma segunda filmagem, pensando cenários e uma “escrita pela imagem”, através do roteiro, de forma mais direta. Esse trabalho, como mencionei, acabou sendo interrompido pela pandemia o que fez com que o meu processo de produção fosse fundamentalmente uma “costura” das entrevistas e não, necessariamente, uma construção narrativa pela imagem e certamente, o pouco conhecimento técnico e até mesmo criativo contribuiu para que a produção se desenvolvesse dessa forma. No momento das entrevistas, meu objetivo principal foi o de manter Benedita e Manoel à vontade diante das câmeras e diante da Eliza e do Diego, para isso pedi a eles que participassem da entrevista, fazendo perguntas para Benedita e Manoel. Essa ação também trouxe um caráter colaborativo para a própria entrevista, experiência que em termos historiográficos, especialmente para a História Pública, foi bastante proveitosa e, levando em conta o grau de parentesco e intimidade com a narrativa de Benedita e Manoel que eu tinha, foi interessante notar como, em diversos momentos, Diego levantou questões que não me ocorriam, não porque não eram do meu interesse para a pesquisa, mas, simplesmente, porque eu de certa forma julgava já “conhecer” a resposta. Nesses momentos, de alguma forma, eu me recordava de estar fazendo uma entrevista e que, por mais que fossem com meus avós e eu tivesse intimidade com suas narrativas, precisava fazer as perguntas, mesmo que elas fossem, de alguma maneira, óbvias para mim.

Em termos de cenários, basicamente procuramos pela melhor luz natural, uma vez que não tínhamos equipamentos de iluminação, isso causou oscilações na iluminação das imagens já que naquele mesmo dia fez sol e choveu. Algumas coisas aconteceram sem meu controle,

por exemplo, em um momento durante a entrevista com Benedita em que Manoel apareceu, puxou uma cadeira do lado dela e começou a falar. Isso fez com que o ângulo da câmera não ficasse tão bom, Eliza teve alguma dificuldade para centralizar os dois na tela. Em outros momentos, era possível ouvir Benedita mexendo nas panelas enquanto cozinhava ou o relógio que badala de hora em hora tocar. Todas essas informações sonoras e de imagem foram captadas, algumas acabaram entrando no roteiro final e outras não. Mas, ainda que essas intempéries ocorressem, em nenhum momento, depois de ligado gravador e câmera, eu interrompi a entrevista ou pedi que repetissem o que haviam dito por qualquer circunstância, por exemplo, o relógio que badalou. Era importante que eles continuassem e que se sentissem quase como se não houvesse equipamento algum ali captando aquele momento.

Estas reflexões sobre as entrevistas nos levam para o terceiro aspecto que gostaria de destacar neste tópico: as *questões éticas*. Certamente, a questão ética é uma dimensão importante para qualquer área do conhecimento, uma vez que nossas ações, especialmente quando estão diretamente relacionadas a outrem, precisam de uma reflexão profunda sobre limites e permissões. Nesse sentido, as questões éticas são especialmente importantes em um trabalho colaborativo. No caso da pesquisa acadêmica e, especificamente do trabalho com a história oral, esta investigação passou pela aprovação de um comitê de ética da própria Unespar. Esse processo garantiu a definição dos documentos de autorização que foram devidamente assinados pelos participantes da pesquisa, incluindo a equipe técnica que é citada aqui na dissertação e que aparece em alguma medida no documentário. Esse comitê foi útil para algumas garantias, não só dos participantes do projeto, mas, também, minha, enquanto pesquisadora, uma vez que, ele define ou comprova os acordos estabelecidos entre mim e os participantes, ou seja, se eu poderei usar o nome real dos participantes, a voz, a imagem ou se eles vão permitir que eu utilize apenas a voz, sem o nome real e a imagem. Enfim, os acordos ficam estabelecidos.

Contudo, gostaria de deixar uma ressalva que considero muito significativa em relação ao modelo de adequação pelo qual as pesquisas acadêmicas passam ao serem avaliadas pelo comitê. As pesquisas são avaliadas individualmente por cada instituição, mas a plataforma ao qual são submetidas e que serve de parâmetro para a avaliação, é nacional e geral²⁸. Nesse sentido, muitas vezes o comitê precisa se utilizar de referências para a avaliação das pesquisas

²⁸ Porém, esse sistema nacional ao qual as pesquisas são submetidas, tem uma ênfase clara e específica – a partir de uma noção tradicional de divisão de saberes – para pesquisas nas áreas da saúde e da natureza o que inclui questões técnicas que, para pesquisas na área das humanidades e que lidam diretamente com pessoas – principalmente antropologia, sociologia e história – são difíceis de serem respondidas e as vezes até mesmo impossíveis.

e não, necessariamente, de um ponto de partida mais estruturado como seria caso tivessem referências com base em cada área específica do saber. Julgo importante essa ressalva porque, basicamente, o comitê de ética garante um direcionamento técnico geral, não necessariamente pensado levando-se em consideração questões específicas de cada área do saber. Desse modo, a preocupação ética precisa extrapolar o parecer favorável de um comitê e ser refletida junto às questões teóricas e conceituais da sua área de atuação, nesse caso, eu tive duas preocupações: a história oral e o cinema documentário.

Enquanto na história oral²⁹ me ative a integralidade das entrevistas, em manter a honestidade com que captei, transcrevi e analisei o que foi dito, no documentário tive o cuidado de me ater a integralidade da imagem dos participantes, que não é só uma imagem estética, expressa nos traços de seus rostos e no cenário que os acompanhavam, mas, sobretudo, uma imagem figurada (poderíamos até considerar uma imagem moral), a imagem que constroem de si na entrevista e sobre os temas que abordam. Conforme aponta Nickols (2005), um filme documentário pode ter efeitos imprevisíveis sobre os que estão sendo representados nele. Desse modo, da mesma maneira que o historiador precisa pensar a sua presença no momento da entrevista e a interferência que essa presença pode causar à narrativa, o documentarista também precisa refletir sobre a sua presença e interferência na representação do mundo histórico que ele faz em seu filme e as considerações éticas ajudam a minimizar os possíveis efeitos prejudiciais dessa interferência.

Esse filtro ético passa, especialmente, pelas escolhas – tanto daquilo que foi selecionado para compor a dissertação, quanto daquilo que foi selecionado para compor o filme. Nesse processo são necessários muitos questionamentos, no caso do filme documentário, Nichols (2005, p. 39) elenca algumas perguntas iniciais importantes: “Quais as consequências ou os riscos que os cineastas devem informar às pessoas que aparecem em seus filmes? Até que ponto o cineasta pode revelar honestamente suas intenções ou prever os efeitos reais de um filme?”. Essas questões se assemelham às preocupações da História Oral, poderíamos substituir a pergunta para: *Quais as consequências ou riscos que devo informar aos participantes da minha pesquisa?* Podemos, ainda, estendê-las para uma preocupação mais pessoal e sensível – especialmente quando quem escreve o roteiro ou seleciona as entrevistas possui um grau de parentesco e afetividade com os participantes. No meu caso, já citei um exemplo na introdução da dissertação a respeito de uma passagem da entrevista em

²⁹ Acredito que me ative suficientemente a questões mais específicas sobre a História Oral na Introdução e no Primeiro Capítulo. Optei para este momento uma abordagem mais sucinta e, direcionada, especificamente, às relações que podemos estabelecer entre ela e o trabalho com o documentário.

que minha avó fala sobre Maria, que também havia sido entrevistada por mim e que não mencionou em sua entrevista as mesmas coisas que Benedita disse sobre ela. O mesmo conflito que tive sobre trazer ou não essa passagem para a dissertação, tive em relação ao documentário e no caso do documentário, optei por não colocar aquela passagem, temendo uma possível situação desconcertante entre Benedita e sua irmã.

Além disso, temos a questão fundamental de quando trabalhamos em campo, especialmente, com entrevista de grupos minorizados socialmente, que é a expectativa de algum retorno que a sua pesquisa ou filme possa trazer para àquelas pessoas – especialmente em termos de políticas públicas. É impossível que um historiador ou cineasta preveja em que o seu trabalho vá resultar, por exemplo, na resolução de algum conflito para uma comunidade específica ou, especificamente no meu caso, não posso prever que depois da pesquisa e do documentário meus avós, tornem-se “nome de rua” ou se organize uma exposição especialmente para migrantes nordestinos no Museu Paranaense. Essa espécie de “retorno” não é possível prever, faz parte de uma possível consequência do trabalho, mas não pode ser garantida aos participantes pelo historiador ou cineasta. Da mesma maneira que não se pode garantir que tudo o que captamos (seja de material sonoro ou de imagem) para a realização tanto de uma pesquisa, quanto de um documentário, seja integralmente utilizado no trabalho final. Nesse sentido, não pude garantir que todas as pessoas com as quais entrei em contato ao longo do desenvolvimento do documentário para alguma participação, iriam de fato aparecer no material final. É preciso o cuidado para informar essas pessoas da forma mais honesta possível a respeito das intenções e, também, dos riscos que pode ser, inclusive, o de que mesmo fornecendo uma entrevista de mais de uma hora elas não apareçam, nem no documentário e nem na dissertação, como foi o caso de Maria.

Por fim, cabe destacar que eu não sei se todos estes questionamentos, problematizações e reflexões que tenho levantado aqui serão percebidas ou cogitadas pelo espectador e nem mesmo sei se gostaria que eles percebessem tudo isso. Assim, trata-se mais de pensar o processo, as perguntas que se fazem sobre ele e menos o que pode ser que aconteça e quais as reações possíveis das pessoas. É importante destacar, ainda, que não pretendo avaliar aqui a dimensão de recepção do documentário. O objetivo é, nesse momento, tratar de como ele foi feito. Por isso, o próximo tópico tem como foco apresentar o processo de escrita do roteiro.

3.2 A escrita do Roteiro: um processo

A escrita do roteiro é de fato um *processo* que exige habilidades técnicas, teóricas, criativas e, principalmente, objetivos claros e precisos. Em minha pesquisa sobre como fazer um documentário, que inclui a leitura de livros, vídeos do YouTube e conversas com pessoas da área, notei a existência de muitos “manuais” de como fazer um documentário, explicando as etapas que ele contém, as diferentes formas de escrever um roteiro e orientações sobre como melhorar a criatividade para trabalhar com esse tipo de narrativa. Apesar de todas as pesquisas prévias e até de leituras posteriores às filmagens, foram os erros e acertos percebidos, principalmente, no processo de edição e montagem que mais me ensinaram sobre a construção fílmica de um documentário. Para este tópico vou discutir os principais elementos que estruturam o roteiro de *Benedita e Manoel* – Título que recebeu o documentário – desde a ideia central até as estratégias (se é que cabe este termo) utilizadas para concretizar esta ideia.

No entanto, antes de começar discutindo precisamente esses elementos, cabe uma discussão mais técnica e teórica sobre a construção de um roteiro de documentário a partir das leituras que fiz e que me direcionaram no momento da escrita e montagem, é importante dividir este conhecimento para que fiquem compreensíveis tais estruturas que vou abordar sobre o roteiro. Além disso, vou aproveitar este espaço para fazer uma espécie de *relato de experiência*, compartilhando as dificuldades que encontrei neste processo, as escolhas que deram certo e aquelas escolhas que, se não deram errado, foram um pouco infelizes. Este momento será totalmente dedicado a idealização e concretude do documentário, mas, é importante uma ressalva, por mais que o documentário parta de uma estruturação ou seja, a escrita de um roteiro, e que eu vá explicar os principais elementos desse roteiro, isso não significa que eu esteja explicando o documentário em si ou que a minha pretensão seja de que os espectadores interpretem exatamente o que eu idealizei e construí no roteiro, uma vez que, conforme mencionei, cada pessoa vai se conectar com o filme a sua maneira. Por esta razão, apresento aqui aspectos gerais do roteiro e não cena por cena.

Partindo de tais ressalvas, vamos começar entendendo a importância da escrita de um roteiro e, também, o que, basicamente, precisa estar presente em um roteiro. Assim como nós construímos um projeto de pesquisa que precisa ser apresentado e analisado por uma comissão de pesquisadores quando pretendemos concorrer a uma vaga em um mestrado ou doutorado, o documentário (e filmes ficcionais), no geral, precisa de um roteiro para ser avaliado, na maioria dos casos, por possíveis patrocinadores ou editais de financiamento e, claro, para que toda a equipe envolvida no filme possa ter um direcionamento de como fazê-lo. Contudo, ainda que ele não funcione unicamente como uma ferramenta para patrocínios,

ele surge, historicamente, enquanto uma necessidade dos produtores³⁰, a fim de traduzir a história contada por imagens, em palavras, ou seja, torná-la compreensível para quem pode se interessar em financiar o projeto fílmico ou para quem vai trabalhar na etapa de produção (LUCENA, 2012).

Além disso, o roteiro acaba adquirindo um caráter de orientação para o próprio cineasta na construção do seu projeto, como uma forma de estruturação de uma ideia. Escrever o roteiro é parte importante para tornar o projeto possível, seja aos olhos de um financiador externo ou do próprio cineasta. Para continuar a comparação com as etapas de uma pesquisa acadêmica, podemos entender que o roteiro faz parte da etapa de pré-produção, assim como o projeto é a introdução a um processo de pesquisa, ou seja, é onde você apresenta a ideia, a importância que o tema escolhido tem e tenta detalhar o máximo possível a maneira como pretende concretizar essa ideia, bem como, a forma final que pretende dar a essa ideia (podemos pensar neste caso na hipótese que construímos em um projeto de pesquisa). (PUCCINI, 2009; LUCENA, 2012).

Em filmes ficcionais, o roteiro é mais preciso e detalhado, muitas vezes pouco modificado para as filmagens (etapa de produção), uma vez que, no geral, ele não depende das intempéries do mundo histórico como os roteiros de documentário. Conforme Lucena (2012), mesmo se um roteiro de documentário não compartilhar de alguns elementos dos filmes ficcionais, ele ainda mantém uma mesma base ou alguma semelhança, uma vez que ele, também, conta uma história por imagens, depoimentos ou narração, incluindo pessoas, lugares, coisas, eventos. Além disso, é recorrente que documentários tenham dois processos de roteirização: um primeiro faz parte da etapa de pré-produção em que o cineasta apresenta as cenas que ele *pretende* filmar, a estrutura e os objetivos, a forma com que ele pretende filmar, os possíveis participantes do filme, os prováveis diálogos (caso ele vá fazer um trabalho de entrevista com não-atores), enfim, é um roteiro menos preciso e mais propositivo. O segundo roteiro é o que acontece, principalmente, no processo de montagem e edição, podemos considerá-lo de pós-produção, é o roteiro que, de certo modo, concretiza o filme documentário. Vale ressaltar que mesmo nesse segundo processo de roteirização, não existe uma escrita direta. Pelo contrário, o roteiro é sempre passível de edição e reorganização, é um processo que pode ser feito em constante reedição. (NICHOLS, 2005; PUCCINI, 2009; LUCENA, 2012).

³⁰ O Produtor Cinematográfico é o profissional que atua na área empresarial, especialmente, captando recursos para o projeto elaborado ou por ele ou pela empresa que o contratou. Portanto, ele se envolve em todo o processo do filme (do início ao fim).

No meu caso, mesmo conhecendo estas etapas, filmei antes de propor um roteiro prévio, ou seja, comecei o filme pela produção direta. Tal escolha se deu pelo fato de que eu não queria refazer as entrevistas – gravando para a escrita dissertativa e depois voltando aos participantes para fazer a filmagem e pedindo que contassem a “mesma” história – talvez até motivada por uma ambição de documentários observativos e expositivos, a minha ideia era a de aproveitar ao máximo as entrevistas (e as imagens das entrevistas), e estar com a câmera em mãos todas as vezes que algum diálogo ocorresse, captando todos os detalhes possíveis na reação de Benedita e Manoel. Isto pode ser justificado primeiro pelo fato de que uma entrevista nunca se repete, em cada circunstância eles abordariam a trajetória de suas vidas de uma maneira diferente, com outras sensações e emoções e, até mesmo reelaborando os esquecimentos e silenciamentos na narrativa; e segundo, porque tratam-se de pessoas idosas e não-atores, que estavam tendo contato pela primeira vez com uma câmera gravando-os por mais de uma hora e com um gravador “guardando” tudo o que diziam, era esperado algum desconforto ou dificuldade, por isso a necessidade de filmar e gravar simultaneamente. Precisei, ainda, ponderar o risco de não aceitarem repetir as entrevistas ou as filmagens, caso eu precisasse refazê-las ou caso eu decidisse fazê-las alternadamente. Somado a isso, havia ainda a preocupação com a pesquisa, com a escrita historiográfica e com a análise das entrevistas que precisavam ser levadas em consideração durante esse processo. Por ponderar todos estes elementos, a minha decisão foi de não escrever um roteiro prévio e começar diretamente filmando e gravando as entrevistas.

Além disso, é válido lembrar que não é como se eu tivesse excluído totalmente a possibilidade de fazer um roteiro prévio, tivemos a situação de pandemia que reorganizou meus planos. Eu já tinha o contato de toda a minha vida com Benedita e Manoel, eles já haviam me dito sobre suas histórias desde que eu tenho oito anos de idade e consigo me lembrar delas. De certo modo, o grau de parentesco foi minha pesquisa prévia, eu conseguia supor algumas de suas falas e, possivelmente, eles suporiam alguns de meus interesses. Havia em mim uma ideia prévia do que eu gostaria de fazer no documentário, mas, também, uma necessidade de não “perder” imagens no momento das entrevistas, esses registros eram importantes para a pesquisa e também eram uma espécie de arquivo de memória familiar. Meu plano inicial era o de construir o roteiro prévio depois da primeira entrevista porque, dessa forma, mesmo que eu fizesse uma segunda entrevista e esta fosse, certamente, diferente da primeira, eu poderia escolher discutir isso na dissertação ou não (caso tivesse tempo) e teria, ainda, um leque de material para trabalhar no segundo roteiro, entre as filmagens mais “dirigidas” e aquelas mais “improvisadas”.

A pandemia interrompeu essa ideia, o que eu tive para trabalhar foram basicamente as filmagens improvisadas da primeira e única entrevista com Benedita e Manoel que consegui para a pesquisa. É por esta razão que considero que o meu processo de construção do documentário começou, basicamente, a partir da produção. Isso não é um enorme problema em si ou algo inadmissível, mas resulta em questões técnicas que dificultaram o processo de roteirização, edição e montagem posteriores, justamente porque as filmagens não tiveram uma direção, ou seja, um plano claro e objetivo de início. Basicamente, o filme precisou ser “costurado” fundamentalmente no processo de montagem e edição e isso exigiu, inclusive, uma habilidade criativa que não necessariamente eu tive em todos os momentos. Até mesmo a criatividade precisa de um olhar técnico ou treinado e por isso alguns déficits, mas, ao mesmo tempo, julgo este um processo de aprendizado muito importante.

Voltando para as questões do roteiro, sendo ele prévio ou definitivo, a estrutura não tende a mudar muito. Um roteiro é composto basicamente por uma sinopse (o que é o filme), um argumento (como será o filme), da descrição das cenas (imagens) e do texto (todo o conteúdo sonoro, entre falas e outros sons) – especificamente a descrição das cenas e o texto, também é conhecido como processo de decupagem – (LUCENA, 2012). Existem variantes disso dependendo de cada circunstância, de cada projeto, de cada tipo de documentário e da escolha particular de cada documentarista/roteirista no momento da escrita. Puccini (2009), por exemplo, apresenta uma estrutura de roteiro para documentários que vai ser totalmente apoiada na busca de patrocínio ou na ideia de escrever uma “peça de venda”. Para isso, ele inclui elementos como objetivo, relevância do tema para que os patrocinadores possam ter uma ideia da demanda do assunto e de possíveis retornos financeiros, e uma boa justificativa para o investimento que mostre o quanto o documentarista conhece do assunto e sabe o melhor estilo de filmagem e tipo de documentário para contar a história que pretende. Por sua vez, Lucena (2012) entende que a roteirização de documentários pode se dar por meio da construção de um *argumento amplo*, ou seja, sem o processo da decupagem, uma vez que, ao contrário dos filmes de ficção – em que o roteiro é a origem e a matriz do filme – nele tudo pode ser modificado, como já mencionei. O argumento, nada mais é do que o espaço em que você pode detalhar a ideia do filme, elementos da pesquisa que ajudem a apresentar certo domínio sobre o tema, bem como sua relevância e, sobretudo, é o espaço em que você apresenta a maneira com que pensa ou pensou em fazer o filme.

A construção da sinopse e do argumento são basilares para a construção do roteiro, independentemente da maneira com que você decida estruturar o roteiro, estes dois elementos são norteadores tanto para o documentarista quanto para aqueles que vão ler ou avaliar a sua

proposta (LUCENA, 2012). No meu caso, a escrita da sinopse e do argumento se deu depois da etapa de produção, ou seja, depois que eu já tinha as filmagens em mãos. Cheguei a descrever algumas cenas com base nas imagens que já haviam sido filmadas e estruturar uma ordem para elas antes de escrever a sinopse e o argumento, mas foi apenas após o momento que escrevi estes dois itens, que consegui prosseguir com o processo de decupagem. Isso porque o exercício de pensar uma sinopse, inclui pensar um núcleo para o documentário, elemento este que até aquele momento estava faltando. Conforme Lucena (2012), o ideal é que a sinopse tenha no máximo cinco linhas, extremamente objetivas, que mostre claramente o que é o filme. Desse modo, a sinopse de *Benedita e Manoel* ficou da seguinte maneira:

O documentário aborda fragmentos de memória de *Benedita e Manoel*, acompanhando suas histórias de vida e o caminho que percorreram da Bahia até o Paraná, na década de 1960. Trata-se de uma narrativa sensível, que explora questões históricas, subjetivas e dramáticas dos personagens e sujeitos da trama, ao mesmo tempo em que folheia um álbum de família. (Roteiro de *Benedita e Manoel*, 2021).

É importante destacar que pelo fato da construção do roteiro e da própria ideia de o documentário ter se dado a partir das imagens que eu tinha disponíveis, pensar a sinopse implicou pensar um fio para o material que já existia e não cenários ou situações possíveis. Inicialmente, houve uma forte preocupação com o tempo do filme, se eu faria de fato um longa ou se faria uma série de vídeos curtos, com trechos das entrevistas a serem disponibilizadas no *YouTube*, e definir que tipo de destino eu daria para as imagens e o tempo estimado de duração do filme foi algo fundamental para pensar o núcleo do documentário. Afinal, o que seria o filme. Nas mais de quatro horas de entrevista de *Benedita e Manoel* existem muitas histórias diferentes, eu poderia, por exemplo, escolher um desses “causos” contados por eles como núcleo e produzir um curta. Contudo, depois de passar pela Qualificação e, levando-se em conta a ligação do documentário com a minha pesquisa, repensei tudo o que já havia desenvolvido sobre o documentário e precisei me adequar, também, às possibilidades reais dentro do contexto de pandemia e com o material que eu já tinha em mãos. Foi nesse momento que decidi excluir praticamente todo o processo de decupagem que já havia começado e repensar o material ou a costura do material.

Tal processo se deu ao mesmo tempo em que eu estava readequando a dissertação e disso decorre a ideia de pensar *fragmentos da memória* de *Benedita e Manoel*, tal qual a centralidade que dei à memória de *Benedita e Manoel* no texto dissertativo. Nesse sentido,

a divisão do roteiro e a “costura” da entrevista no processo de decupagem foi dividido de maneira semelhante ao que está presente na dissertação e tendo como núcleo a memória em si de Benedita e Manoel, qual seja, a memória relatada que perpassa diferentes fases e momentos de suas vidas. Além disso, havia o desejo de trazer para o filme, de alguma maneira, aspectos da entrevista em história oral, do exercício de *ouvir* mais do que perguntar e, já que, a maior parte das imagens era do momento da entrevista – ou seja, Manoel sentado no sofá com capa vermelha e a parede amarela atrás dele e Benedita sentada na cadeira azul com uma geladeira azul e um armário vermelho e azul atrás dela – fazia mais sentido pensar as memórias, uma vez que isso traria de certa forma maior centralidade para o texto, ou seja, para as entrevistas. Desse modo, tornou-se impossível pensar em um curta e, sim, pareceu mais coerente um longa. E apesar de saber que, do ponto de vista de audiência, ouvir e ver, durante uma hora uma entrevista pode ser algo cansativo e desgastante, parte da minha intenção foi a de trazer este aspecto cansativo do trabalho em história oral, o exercício mesmo da escuta e esse tratamento até mesmo “bruto” do material que aparenta – e eu friso que só parece – não ter muitos cortes, mas que na realidade é uma colcha de retalhos em que muita coisa do material original foi deixada de fora.

Depois de definido o que seria o filme, chega o momento de pensar como fazer o filme. Conforme Lucena (2012), o argumento em documentários funciona muitas vezes como um pré-roteiro para direcionar a equipe de produção. Basicamente, ele consiste em mostrar um esboço de como será o filme, incluindo o tema, personagens, locação ou locais, materiais de arquivos que serão usados, conteúdo do filme, estilo de filmagem, enfim a estrutura básica do filme. O argumento também precisa ser objetivo e conciso, contando com um começo, meio e fim de fácil compreensão. Nos filmes de ficção o argumento funciona como esqueleto ou estrutura do projeto fílmico, mas, no caso dos documentários, ele pode funcionar como o roteiro principal dependendo da circunstância, naquilo que abordei anteriormente como o argumento amplo. No meu caso, conforme destaquei anteriormente, o argumento funcionou como a estruturação do que eu iria fazer com as imagens que eu já tinha, ou seja, ele não foi um pré-roteiro e, também, não serviu para orientar a equipe de produção. Certamente, alguns resultados nas filmagens teriam sido melhores se eu tivesse um argumento bem estruturado anteriormente, mas já expliquei aqui diversas vezes a razão disso não ter acontecido. Nesse sentido, o argumento acabou tendo a função de estruturação de como eu iria trabalhar a decupagem para contar a história que tinha proposto na sinopse.

Ele foi direcionado, também, para explicar melhor o tema e com foco maior em explicar como estava pensando em trabalhar as entrevistas, a história do filme e não,

necessariamente, descrevendo cenas e/ou personagens. Como o foco era a memória e a substancial quantidade de imagens que eu tenho são dos dois nos cenários que descrevi nos parágrafos acima, a coisa mais maleável na narrativa é o texto, ou seja, a entrevista, por isso não descrevi cenas no argumento, apenas apresentei melhor o objetivo do documentário, o que eu gostaria de abordar nele e como as entrevistas acabavam tendo centralidade para pensar isso. Depois de definido isso eu passei diretamente para o processo de decupagem que é a descrição das cenas e do texto (no caso material sonoro). Esse processo é o roteiro substancial do projeto e que norteia o trabalho de edição e montagem. Constantemente essa etapa sofre alterações e, acredito que, mesmo depois da Defesa, antes de ser divulgado o documentário, ele ainda pode vir a sofrer mais alterações. No geral, os roteiros são parte do processo que o público nunca tem acesso porque veem apenas o filme pronto e porque também, seria impossível acompanhar as constantes mudanças de um roteiro até o resultado que é divulgado. Por essa razão, escolhi não trazer em apêndice o roteiro pronto, vou apenas abordar elementos do roteiro, mais especificamente, elementos do processo de decupagem que é o que acabou se tornando a parte fundamental da construção de *Benedita e Manoel* – título que recebeu o documentário – e dividirei parte do aprendizado e dos desafios desse processo.

A decupagem consiste na descrição das cenas e do texto que pode ser feito em formato de texto corrido – respeitando a formatação própria para esse tipo de trabalho e geralmente mais comum em filmes de ficção – e em forma de tabela, que é a maneira mais comum em documentários e também a escolha feita por mim. O que fiz foi abrir uma tabela no Excel e dividir o arquivo em sete planilhas, cada uma representando uma “parte” ou “capítulo” do filme (se podemos usar esses termos), que ficou dividida em: Introdução, Bloco 1, Bloco 2, Bloco 3, Final, créditos e cenas incertas ou retiradas. É importante ressaltar que o resultado deste processo seria destinado ao Rafael, responsável pela montagem e edição do filme, e por isso ele precisa ser extremamente detalhado e claro, não só no sentido de explicar para o Rafael o que eu gostaria que ele fizesse em cada cena, mas também no sentido técnico de indicar em quais pastas estão os arquivos, quais os nomes dos arquivos e a minutagem de cada imagem selecionada.

Figura 7: Divisão das partes do roteiro

34							
35	INTRO	BLOCO 1	BLOCO 2	BLOCO 3	FINAL	CRÉDITOS	Cenas incertasRETIRADAS
	PRONTO						

FONTE: Arquivo Pessoal

Por se tratar de um processo muito minucioso e, também para facilitar a minha comunicação com o Rafael construí um roteiro bem dividido e bem detalhado. No geral, as colunas desse processo de decupagem consistem em uma coluna para descrição da imagem, uma coluna para localizar o arquivo e uma coluna para o texto que é todo o material sonoro. No meu caso, precisei de muito mais colunas e, também, de um sistema de cores para indicar diferentes propósitos de cada cena e qual dos personagens aparecia em cada cena, assim eu conseguia uma noção melhor de quem aparecia mais ou menos e porquê, também para procurar os arquivos facilitava saber quem deveria estar aparecendo naquela cena indicada. Como substancialmente as imagens apareciam no mesmo cenário eu acabei não descrevendo tanto as cenas e, sim, indicando o que eu gostaria que o Rafael fizesse na edição de cada cena, ou seja, com quais cores trabalharíamos, se deveria aparecer um som de fundo, qual efeito de transição, enfim, todos estes detalhes que foram importantes no trato das imagens e na composição do filme, uma vez que ele foi totalmente construído a partir da costura dessas imagens (não dirigidas).

Dessa forma, as colunas ficaram divididas da seguinte maneira: sequência (que é a numeração de cada tomada ou cena, o que facilitava quando eu precisava indicar uma mudança de ordem nas cenas para o Rafael, ou mesmo quando pretendia excluir alguma); Pasta (em que pasta ele encontraria o arquivo); Arquivos de filmagem/fotografia/narrativa (espaço em que eu indico os nomes dos arquivos para ele localizar); Minutagem em caso de filme ou áudio (aqui eu já indico um corte, por exemplo, em uma filmagem de 30 minutos eu indico de qual minuto a qual ele precisa fazer o corte para trabalhar a cena daquela sequência, no geral cada sequência já é o corte de alguma filmagem mas, existem tomadas que apresentam apenas um áudio com sobreposição de diversas imagens ou casos em que não há um corte preciso – nesses casos eu indico quanto tempo quero que aquela tomada tenha); áudio/arquivo e minutagem (este caso, consiste basicamente nas falas, nos áudios da entrevista e de narrativas, todo o arquivo que concentra falas e que eu precise indicar uma minutagem específica, nesta coluna eu também aproveito para alinhar o áudio à imagem, indicando em que minuto de áudio começa a fala do personagem); descrição das cenas e observações (aqui é basicamente onde a “mágica acontece”, eu indico tanto o que ele precisa ver na imagem quanto a maneira com que eu gostaria que ele trabalhasse a edição da imagem: os efeitos, cores, todas as observações da cena são feitas aqui); texto (é onde eu transcrevo todo o material sonoro, neste caso, principalmente, as entrevistas para que o Rafael consig acompanhar qual texto deve aparecer em cada cena) e, por fim, a música (aqui trata-se da

trilha sonora, que foi encomendada especificamente para o documentário, nesta coluna indico tanto quais das músicas compostas para o filme precisam aparecer, quanto os efeitos sonoros que gostaria em cada cena).

Figura 8: Organização das colunas no roteiro

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	LEGENDA:	Amarelo: Não tenho certeza	Cinza: Benedita	Rosa: Manoel	Verde: Transição de cena	***: não tem	FOI RETIRADO NAS CORREÇÕES	
2	SEQUÊNCIA	PASTA	Arquivos de filmagem/fotografia/Narrativa	MINUTAGEM (se for um filme ou áudio)	ÁUDIO/arquivo e minutagem (gravações de narrativa e entrevista)	DESCRIÇÃO DA CENA e OBSERVAÇÕES	TEXTO	MÚSICA

FONTE: Arquivo Pessoal

Depois de organizada essa questão técnica e estrutural do roteiro foi o momento de decidir as cenas, os trechos da entrevista que entrariam ou não e o processo de costura entre uma cena e outra e principalmente definir a composição entre os trechos da entrevista e as cenas de transição – pensadas como pequenos alívios durante sequências grandes de cenas apenas com entrevistas e também, como auxiliares para a mudança de um tema ao outro ou de um bloco ao outro. Uma das escolhas que fiz para a seleção das cenas de entrevista foi alternar as falas de Benedita e Manoel, isso não foi difícil porque eu já tinha um conhecimento grande das entrevistas por tê-las escutado diversas vezes para escrever a dissertação. Nesse processo percebi como em muitas circunstâncias de suas falas eles se complementavam e seguiram, digamos, que uma mesma linha do tempo em suas narrativas. Então, meu foco foi o de dividir os blocos por temáticas ou assuntos abordados por eles e, como acabaram concentrando as suas narrativas na migração – já discuti nos capítulos anteriores as razões disso – decidi seguir esse fio, ficando o roteiro configurado da seguinte maneira: no Bloco 1 começamos conhecendo Benedita e Manoel a partir de suas vivências na Bahia e quando decidem vir para o Paraná; o Bloco 2 aborda os primeiros doze anos de residência de Benedita e Manoel no Paraná, especificamente no município de Paranavaí, o Bloco 3 concentra a narrativa sobre Ubiratã, o Final apresenta uma espécie de desfecho em que eles falam sobre o que sentem a respeito da Bahia depois de tantos anos de migração e os créditos encerram o filme não só com a parte técnica mas, também, trazendo outras imagens, numa mescla de bastidores e imagens de arquivo.

Em cada um dos blocos, ainda que exista entre as cenas um fio específico, existe também a divisão em outros assuntos, por exemplo quando falam do casamento ou quando concentra-se no segundo Bloco em uma perspectiva, digamos, mais intimista sobre Benedita e no terceiro bloco acontece algo parecido com Manoel, porém sem a mesma ênfase. É válido

ressaltar que em alguns momentos a sequência de uma entrevista para outra não parece complementar ou conexa, isso se dá pelo fato de que pensei em trazer um aspecto de descontinuidade as suas falas, e para tal efeito selecionei trechos em que, por mais que eles estivessem falando de um mesmo assunto, isso não ficasse tão óbvio. Essa escolha se dá pelo fato de que julguei importante utilizar-me deste recurso para trazer o aspecto de lapsos ou descontinuidades da memória e, sobretudo, descaracterizar um pouco a ideia de uma linearidade na entrevista, por mais que eles tenham trazido uma história coesa, sabemos que essa lógica é fabricada para que nossas memórias e até a nossa percepção no mundo seja compreendida. Além disso, existem as transições em que busco trazer imagens de arquivo da família, fotos de família, cartas, registros do sítio. Essas transições foram pensadas como alívios para as entrevistas e como uma espécie de intervenção e presença minha no roteiro, especialmente quando Benedita folheia os álbuns de família e quando aparecem fotos minhas ainda criança com os dois, esses recursos ajudam a lembrar que existe uma interferência minha na entrevista e no próprio filme, ainda que não pareça óbvio e, também, são elementos que remetem a memória e ao afeto.

Outro aspecto importante, que diz respeito ao processo de roteirização, foram os arranjos e rearranjos que precisaram ser feitos para resolver dificuldades técnicas e negociar as minhas ideias e intenções com os recursos reais de edição que dispunhamos. Neste sentido, os diálogos com o Rafael foram muito importantes e, de fato, concretizaram aquilo que chamamos de negociação. Em um primeiro momento, foi preciso a compreensão de que cada um partia de domínios e de conhecimentos distintos, ele com uma noção mais técnica tanto no processo de edição como, também, no processo de criação e de divulgação e eu mais atenta ao conteúdo e, em alguns momentos, bastante perdida, inclusive no roteiro. Creio ser importante assumir isso, porque até o roteiro tomar a forma que concretiza o filme, eu passei alguns meses sem saber o que fazer nele, mesmo já tendo lido sobre “como fazer documentários”. Nesse meio tempo entre, escrever a dissertação e ainda engatinhar no roteiro, eu e o Rafael conversávamos muito, explorávamos ideias e em alguns momentos ele chegou a fazer edições de pequenos trechos para que eu pudesse visualizar a ideia proposta. Além disso, conforme ia tendo ideias sempre perguntava para ele as possibilidades reais de concretizá-las, uma vez que uma série de coisas poderia dificultar ou mesmo impedir a realização de determinada cena ou sequência, por exemplo, a qualidade da filmagem ou os recursos disponíveis no aplicativo de edição ou uma filmagem.

Nesse sentido, a ideia central era sempre fazer o melhor com o que era possível, e para tanto nos concentramos, principalmente, em resolver os desafios, partindo para outras ideias,

escolhendo o mais simples e, principalmente, improvisando – o que poderia até ser confundido com o “jeitinho brasileiro”. A realidade é que, diante de pouco orçamento, muitas dificuldades técnicas – entre qualidade de imagem e direção de filmagem – a nossa principal alternativa era tentar nos adaptar o máximo possível. A principal dificuldade foi, certamente, lidar com os materiais de arquivos, que são as cartas e as fotos de família digitalizadas, ou mesmo as fotos tiradas no dia das filmagens. Estes materiais para entrar em cena, especialmente quando a minha intenção era dar a eles a ideia de movimento, precisavam de muita manipulação e, em algumas circunstâncias, o resultado não saía como o idealizado. Essa dificuldade afetou principalmente a introdução do filme. Afinal, como começar o filme? As primeiras tentativas não foram bem-sucedidas, minhas ideias acabavam tendo muitas limitações técnicas, justamente pela dificuldade em lidar com estes materiais de arquivo, e quando tentávamos resolver essas limitações improvisando, o resultado não saía interessante. Outras vezes não conseguíamos alcançar a ideia de introdução ao tema do filme, algumas coisas que pareciam óbvias para mim não eram óbvias de fato e isso o olhar mais técnico do Rafael pode detectar. No fim das contas, acabamos trabalhando juntos, em chamadas de vídeo em que eu acompanhava o processo de montagem em tempo real, para encontrar o melhor resultado.

Algo parecido também aconteceu em outros momentos do roteiro, em que não chegávamos a lugar algum e ele acabou realizando uma edição e montando uma cena a partir de sua percepção e o resultado sempre me surpreendia. O Rafael não só foi um apoio técnico na edição, mas também no processo de criação e organização do roteiro, ele me explicava – com muita paciência, devo pontuar – questões técnicas de edição, dos recursos disponíveis aos não disponíveis e de como, por exemplo, para fazer determinado efeito em uma cena ou determinada manipulação em uma imagem, ele precisava realizar tais e tais processos. A partir disso, eu pensava o roteiro mais fixada no que era possível realizar e no que ele precisaria fazer para obter determinado resultado, o que nem sempre funcionava, muitas vezes ele me perguntou o que eu queria exatamente em cada cena porque isso não ficava claro e aí voltávamos para longas ligações.

No fim das contas o roteiro parece ser sempre um enorme tabuleiro com peças em constante movimento, pelo menos até que o filme seja divulgado. Nesse momento, a data de pré-estreia do documentário é 16 de Outubro de 2021, no evento Cine Educação³¹, promovido

³¹ Trata-se do projeto de extensão “Cine Educação: olhares para formação docente”, coordenado pela Professora Divania Luiza Rodrigues, que objetiva exibir e debater filmes com temáticas que ofereçam aos participantes uma formação que permita relacionar Educação, Cultura e Cinema. Em vigor desde o ano 2015, agora em sua 6ª

pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Na ocasião do evento o filme será assistido pelos participantes e, ao fim, ocorrerá uma roda de conversa com os espectadores. Depois da pré-estreia, o filme será disponibilizado para o público geral no Canal do *YouTube* “Bom de História”³². Possivelmente, após o lançamento, outros debates surgirão e pretendo me aprofundar neles, uma vez que, parte significativa do aprendizado e do desenvolvimento do conhecimento sobre determinado assunto está na capacidade de discussão e reflexão que fazemos sobre ele. Pensando a História Pública neste processo, no futuro da profissão do historiador e nas potencialidades do nosso trabalho em diálogo com outras áreas, acredito que refletir sobre este material audiovisual seja um importante passo para a construção e aperfeiçoamento destas possibilidades.

edição, o projeto encontra-se organizado nos seguintes ciclos temáticos: (1) Educação Especial, (2) Envelhecimento Humano, (3) Gestão escolar e Bullying escolar, (4) História Pública, (5) Pelo direito de decidir o que será preservado), (6) Processos de Criação Artística: cinema e outras artes e (6) Ciclo livre (a ser composto por indicações).

³²Acesso ao Bom de História pelo link: <<https://www.youtube.com/channel/UCeMZbPIRQzHVwVFMPBLrU4A>>, Acesso em 04 de Outubro de 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que me motivou a realizar esta pesquisa foi, certamente, a indignação que cultivei por muito tempo com o fato de perceber a presença de meus avós negligenciada no espaço público e na historiografia local. Com o aprofundamento no tema da migração de nordestinos para o sul e especificamente para o Paraná, percebi que essa presença negligenciada não era só sofrida por Benedita e Manoel, mas, também, por milhões de outros migrantes em situações semelhantes. Possivelmente, meus avós não compartilham desta mesma preocupação ou indignação que motivou minha pesquisa. Contudo, para mim ela foi o motor que me trouxe até este trabalho, não só no sentido de expor a indignação, mas, sobretudo, com o objetivo de entender o porquê dessa negligência e dessa invisibilização. Foi a soma de vários *porquês*, *como*, *quando* e *onde* que deram forma a esta investigação. Mesmo tendo, inicialmente, relutado em dar centralidade às memórias de Benedita e Manoel, ao final deste trabalho, creio que só poderia fazê-lo dessa forma, não só pela afetividade que é muita mas, porque Benedita e Manoel são “personagens” históricos reais e familiares, a potência de suas vozes está, justamente, no fato de serem semelhantes e “próximos” a tantas pessoas. São os meus avós, mas quem os assiste, ou mesmo lê esta dissertação, pode projetar o seu próprio ceio familiar ou a si próprio e, de repente, perceber que a sua história de vida ou a história de suas famílias também é História com H maiúsculo, passível do mesmo rigor científico e metodológico que a história que se pesquisa sobre Dom Pedro II. Pessoalmente, é isso que considero o mais importante neste trabalho.

Além disso, é relevante considerar a importância que este trabalho tem na compreensão de um dos fenômenos mais marcantes na história do nosso País: as migrações entre nordeste e sul, que resultam em uma histórica construção de estereótipos, ações xenófobas, invisibilizações, hierarquizações e disputas por identidade, que se estendem também para a construção histórica destas duas regiões como polos completamente diferentes. Tal construção histórica é refletida na narrativa de Benedita e Manoel, na maneira com que eles escolhem e organizam suas memórias e nas escolhas que fazem sobre o que deve e o que não deve ser dito ou mesmo lembrado. É importante ressaltar ainda que, justamente por compreender a dinâmica hierárquica entre tais polos e, sobretudo, a dinâmica hierárquica do conhecimento histórico é que não considero esta uma pesquisa de história local ou mesmo regional. Como lembra Durval (2019) é importante e faz mais sentido que reivindicemos o direito de fazer, sobretudo, História – apenas. Sem, com isso, reproduzir hierarquizações

históricas sobre o conhecimento e uma série de outros preconceitos. Certamente, a experiência de Benedita e Manoel não traduzem todo o movimento migratório que ocorreu e ainda ocorre, ao longo de décadas, entre as regiões Nordeste e Sul do país, nem mesmo simboliza todos os conflitos possíveis deste processo, mas é uma das histórias neste fenômeno, é um dos contextos possíveis e reais, são um dos tantos sujeitos que fizeram parte desse fenômeno, é um dos recortes possíveis dentro desse fenômeno amplo e complexo. No fim das contas é uma pequena parte da História, mas, ainda é História.

Por fim, cabe destacar o caráter de divulgação da pesquisa, com o documentário. Essa experiência, longe de ser perfeita, foi um campo de aprendizado e que ainda precisa ser muito explorado. Realizei a produção de um documentário, com baixos recursos, com muitas dificuldades no caminho, mas, com o principal objetivo de tornar dizível e visível as experiências de Bendita e Manoel. Este não foi um pré-requisito para se fazer o mestrado em História Pública, mas foi a maneira que encontrei de me aproximar da História Pública e de refletir sobre ela no meu trabalho. Nem todas as pesquisas em História Pública precisam resultar em um outro “produto” – eu mesma não gosto da ideia de classificar o documentário que fiz como um produto. Trata-se, pelo contrário, de pensar em diálogos, de pensar alternativas e de pensar maneiras de comunicação com diferentes públicos e, inclusive, com diferentes campos do saber a que a História pode dialogar e considerar isso parte do exercício de investigação, do desenvolvimento da pesquisa e não apenas um “algo mais”, independente dela. Considerar essas possibilidades ao mesmo tempo em que se realiza a pesquisa traz outros desafios, outras perspectivas, inclusive para a própria análise do processo e enriquece também, as reflexões teóricas sobre a nossa profissão.

FONTES

BRASIL. Lei Terras nº 601, de 18 de Setembro de 1850 – Artº 01. Arquivo público, acesso: 2020.

CAMPOS, Benedita Aves. Entrevista concedida para Laiza Campos, Ubatã, 2020.

CAMPOS, Manoel Ferreira. Entrevista concedida para Laiza Campos, Ubatã, 2020.

MARTINS, Romário. Boletim do Museu Paranaense. Curitiba, nº1, Junho de 1994. Acervo do Museu Paranaense, 2019.

MARTINS, Romário. Goyocovo. In: GROFF, João Batista. Revista Ilustração Paranaense: Mensário Paranista de arte e atualidades. Curitiba, v.02, nº8, agosto de 1928.

PARANÁ. Lei de 21 de Março: autoriza o governo a promover a emigração de estrangeiros. Coleção das Leis da Província do Paraná, Tomo II, 1855. Arquivo Público do Paraná, 2019.

SPERANÇA. A.; SPERANÇA, R.; CARVALHO, S. C. R. **Ubatã**: História e Memória. Ubatã: Edição do autor, 2008.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 155-202.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013. 386p.
- ALBIERI, Sara. História Pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 19-31.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras Artes**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro**. São Paulo: Cortez, 2016.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo. Práticas de História Pública: O movimento social e o trabalho de história oral. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R.; SANTHIAGO, R. (org.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e voz, 2016, p. 47-57.
- AMADO, Janaina. O Grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, v.14, n.1, 1995.
- BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação: lugar de memórias ou de história? **Contraponto**. v. 35; n. 1 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vichi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BATISTELLA, Alessandro. O Paranismo e a Invenção da Identidade Paranaense. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v.6, n.11, p. 1-13, jan/jun 2012.
- BEIRUTI, Catarina de Oliveira; AGUIAR, José Otávio. Secas, migrações e representações do Semi-Árido na Literatura Regional: por uma história ambiental dos sertões do Nordeste brasileiro. **Textos e Debates**, Roraima, n. 15, v. 2, p. 7-31, 2008.
- BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a Formação Social do Nordeste. **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p.41-79, 2007.
- BERNARDES, Nilo. O pensamento Geográfico Tradicional. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.44, n. 3, p. 392-415, jul./set. 1982.
- BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Revista Educar**, Curitiba, n.12, 1996 p. 153-165.
- BRAGA, Michel Magno Marcal. A Experiência Transamazônica: Nordestinos e o Plano Nacional de integração. **Revista Scientia Plena**, São Paulo, v.10, n. 12, p.1-10, 2014.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e Redes Sociais na Internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 35-53, set., 2016.

CARVALHO, Tatiane Valéria Rogério de. O silêncio sobre o negro na construção da identidade de Curitiba: memória e esquecimento. **Tese de Doutorado** – Curitiba, 2016.

CAVALCANTE, Joel Junior. **A Presença Nordestina em Maringá: memórias e sociabilidade dos migrantes**. 120f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual do Maringá, Maringá, 2013.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões Regionais do IBGE no Século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis**, v. 3, p. 1-20, 2014.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FERNANDES, Letícia. De Norte a Sul: os nordestinos na frente pioneira do norte novo de Maringá (1950-1970). **XI Encontro Nacional de História Oral: memória, democracia e justiça**, Rio de Janeiro, p. 1-14, 2012.

FERREIRA, Maria Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 169-187.

FELIPE, Delton Aparecido. A Presença Negra na História do Paraná (Brasil): a memória entre o esquecimento e a lembrança. **Revista de História UEG**, Porangatu, v.7, n.1, p. 156-171, jan./jun. 2018.

FREUND, Alexander. História Oral como Processo Gerador de Dados. **Tempos Históricos**, v.17, n.2, p.28-62, jul./dez., 2013.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou de *A Shared Authority* à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R.; SANTHIAGO, R. (org.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e voz, 2016, p. 57-70.

GOETTERT, Jones Dari. **O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para o Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

GOMES. Angela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. **Revista História Oral**, v.11, n.12, Jan/dez, p. 11-41, 2008.

GUPTA, Akhil. & FERGUSON, James. Mais Além da “Cultura”: Espaço, Identidade e Política da Diferença. In O ARANTES, Antônio (org.) **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirua, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da esfera burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 397p.

HALBWASCH, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HALL, Stuart. “El espectáculo del “Otro”, 2010. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=566935>> Acesso em: 08/06/20

HEYMANN, Luciana Qullet. O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CEPDOC, nº27, v. 29, p. 01-26, novembro 2006.

KOLING, José Paulo. A luta pela terra no sudoeste do Paraná: a revolta de 1957. In: MENDONÇA, Josli Maria Nunes; SOUZA, Jhonata Uewerton Souza. **Paraná Insurgente: História e Lutas Sociais (XVIII-XXI)**. São Leopoldo: Casa Leiria, p. 137-155, 2018.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o Conceito de Interdisciplinaridade. **Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 1, n.73, agosto, 2005.

LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. Trabalhadores rurais diante da violência. In: OLIVEIRA, TB., (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 309-327.

LINDDINGTON, Jill. O que é História Pública. In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 31-53.

LUCENA, Luiz Carlos. **Como fazer Documentários: conceito, linguagem e prática de produção**. São Paulo: Summus, 2012.

MARTINS, José de Souza. Não há terras para se plantar neste verão. PETRÓPOLIS, vozes, 1986.

MAUAD, Ana Maria; DUMAS, Fernando. Fontes Orais e Visuais na Pesquisa Histórica: Novos métodos e possibilidades narrativas. In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 81-97.

MEDEIROS, Adriana de Carvalho. História de Trabalhadores Nortistas no Norte/Noroeste do Paraná (1940-1970). **Tese de Doutorado** – Minas Gerais, 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: com fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2011.175p.

MEZZADRA, Sandro. Multiplicação das Fronteiras e Práticas de Mobilidade. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, n. 44, jan/jul, p. 11-30, 2015.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos Índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: Eduem, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Não há terras para se plantar neste verão**. PETRÓPOLIS, vozes, 1986

NASCIMENTO, Maria de Lima. **Imagem e Discursos da Cidade**: Estudos Comparado de Fotografias sobre a Construção da Cidade de Ubiratã (1950 e dias atuais) a partir das Problemáticas Ambientais. (Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE)) - Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, 2011.

NICHOLS, Bill. Introdução ao Documentário. São Paulo: Papirus Editora, 20005.

PENAFRIA, Manuela. O Ponto de Vista no Filme Documentário. **Biblioteca on-line de ciências da Comunicação**, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor.php?codautor=10>> Acesso em: 08/01/2020.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como Arte da Escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944). In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado na memória e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. Tentando Aprender um Pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História, São Paulo, n.15, p. 13-49, abril 1997.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFFENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. 2 ed. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989.

PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. A História do Oeste paranaense. In: **A História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012, p. 75-91.

PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. A cafeicultura no Paraná. In: **A História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012, p. 91-104.

SALTURI, Luis Afonso. Paranismo, movimento artístico do sul do Brasil no início do século XX. **Revista Periféria**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 1-22, 2009.

SAYAD, Abdelmalek. O Retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. Travessia Espacial, São Paulo, 2000.

SANTHIAGO, Ricardo. História Pública e Autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.10, n.23, p. 286-309, jan./mar., 2018.

- SANTOS, José Vicente Tavares dos . **Matuchos: Exclusão e Luta** (Do Sul Para A Amazônia Ocidental). Petrópolis: Vozes, 1993.
- SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e Memória: pensando o perfil de um historiador etnográfico. **Métis: História e Cultura**. v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007.
- SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 37-46.
- THOMPSON, Paul. História Oral e Contemporaneidade. **História Oral**, v.5, n.1, p. 9-28, 2002.
- THOMPSON, Paul. A entrevista. In: THOMPSON, Paul. **A voz do Passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 254-278.
- THOMPSON, Alistair. Reconstituo a Memória: Questões sobre as relações entre a História Oral e as memórias. **Revista Projeto História**, São Paulo, nº15, p. 51-84, abril 1997.
- THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial. In: THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304.
- TEIXEIRA, Eduardo Perez. A Coluna Prestes vista por *O País* e *O Correio da Manhã* (1924-1927). **Universidade de Brasília – Dissertação de Mestrado**. Brasília, 2018.
- VASCONCELOS, Cláudia Pereira. **Ser-tão Baiano: o lugar da sertanidade na configuração da identidade baiana**. 115f. Dissertação. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p. 07-73.